

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Daniella Santos de Souza

**Favela, o “sertão” da cidade”: o arraial de
Canudos no imaginário acerca das
primeiras favelas cariocas.**

Monografia apresentada à Graduação em História
da Puc-Rio como requisito parcial para a obtenção
do título de licenciada em História.

Profa. Dra. Maria Elisa Noronha de Sá

Rio de Janeiro
Dezembro de 2017

Para minha mãe Débora, de quem jamais esquecerei.

Agradecimentos

Escrever o texto de agradecimento do meu trabalho de conclusão do curso de História é algo que me imaginei fazendo por várias vezes durante a minha trajetória na graduação. Alguns nomes que agradeço aqui estão presentes desde a primeira versão imaginária deste texto. Nesta lista encontram-se os nomes de minha mãe Debora e do meu pai José Guilherme, ambos com poucos anos de estudo, mas que sempre foram grandes apoiadores da minha escolha pelo caminho mais difícil que alguém que não tenha nascido privilegiada financeiramente pode escolher, o dos estudos.

À minha mãe agradeço especialmente ao amor materno e à compreensão sem igual em todos os momentos de minha vida. Ao meu pai serei infinitamente grata por ter provisionado que eu pudesse me dedicar aos estudos durante todos esses anos. Jamais serei capaz de retribuir a altura e penso todos os dias no quanto espero ser motivo de orgulho para os dois no futuro, quando colherei os frutos de meu esforço acadêmico. Continuando a lista familiar, incluo minha vó Terezinha, grande exemplo de mulher nordestina forte e que jamais deixou seu coração endurecido pelo que enfrentou na vida. Agradeço também enormemente minha tia Delaias por ser outra pessoa que sempre demonstrou confiança no meu potencial. Junto com minha mãe, as duas formam o trio de mulheres guerreiras que me inspiram na vida, às quais terei sempre o que agradecer.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que me acompanharam durante essa longa caminhada. Em especial agradeço ao André Xavier e ao João Pereira, amigos da época escola, com quem compartilho vários anos de amizade e sonhos. Os momentos de risada e desabafo que dividimos foram fundamentais ao longo desses anos contraditórios de empolgação e cansaço. Agradeço imensamente aos amigos feitos durante a graduação com quem tanto conversei, ri, discordei, ri mais um pouco, aprendi um bocado e me transformei na pessoa que sou hoje. A minha trajetória acadêmica mudou a minha vida e sou grata por ter sido acompanhada por pessoas tão bacanas. Nessa reta final, tenho que agradecer especialmente à Bia e Renata.

Seria totalmente injusto não mencionar nesses agradecimentos os nomes dos queridos e prestativos funcionários do departamento de História da Puc-Rio. Deixo aqui o meu sincero muito obrigada ao Claudio, Cleusa, Anair, Edna e Igor

por todos os pedidos atendidos, cafezinhos e gentileza. Aos dois primeiros agradeço ainda o enorme carinho que recebi e os momentos de brincadeira e risada que tornavam meu dia-a-dia muito mais leve, principalmente neste difícil último semestre. Na verdade, termino o curso considerando-os como dois amigos.

Por fim, agradeço ao quadro de professores com quem tive o privilégio de estudar ao longo desses anos e à orientação da professora Maria Elisa de Sá com quem felizmente e despreziosamente me encontrei no elevador no início deste ano e a partir daí desenvolvi uma parceria especial. Só posso agradecer à sua orientação não só sempre precisa, como sensível, carinhosa e humana. Com certeza saber que poderia contar com sua compreensão e apoio foi fundamental durante o processo de elaboração do projeto e escrita deste trabalho.

Resumo:

Esta pesquisa está situada no contexto do surgimento das primeiras favelas cariocas, entre o fim do século XIX e o início do século XX, e tem como intuito investigar como o arquétipo construído acerca dessas primeiras comunidades tem ligação direta com o mito de Canudos. O interesse é mostrar como o vínculo entre o arraial de Canudos e esse novo tipo de moradia está para além do fato de os primeiros habitantes do morro da Favela – até pouco tempo, considerada a primeira favela carioca – terem sido combatentes na Guerra de Canudos e de que seu nome deriva do nome de uma planta muito comum no arraial ou alude ao morro da Favela existente no local. O objetivo principal é a partir da análise das crônicas escritas pelos principais cronistas de *Belle Époque* carioca, mostrar como o vocabulário utilizado para caracterizar as favelas e seus moradores alude ao sertão.

Palavras-chave:

Guerra de Canudos – Primeira República – História das favelas – Literatura

Sumário

Introdução	7
Capítulo 1 - Sertão: conceito-chave para pensar o Brasil	13
1.1. O conceito de sertão e seus significados e sentidos ao longo da história. ..	13
1.2. Os conceitos de Civilização e Progresso no século XIX.	17
1.3. Guerra de Canudos: embate entre o litoral e o sertão.	24
Capítulo 2 - Rio de Janeiro: capital da República e da exclusão.	39
2.1. A ocupação dos morros no século XIX.	40
2.2. A crise habitacional na cidade do Rio de Janeiro.	43
2.3. Cabeça de Porco: a “semente” da favela.	46
2.4. Cidade febril: discurso de higiene e exclusão social.	48
2.5. Rio de Janeiro, a Paris tropical.	52
2.6. Favela: o avesso da reforma urbana.	58
Capítulo 3 – A “invenção” da favela: a construção da imagem social dos primeiros morros habitados e seu vínculo com o sertão.	61
3.1. O conceito de Imaginação Social.....	62
3.2. Euclides da Cunha e sua literatura científica.	65
3.3. Os “mosqueteiros intelectuais”.	74
3.4. Crônicas: ferramentas de denúncia social.....	75
3.5. Favela: o “sertão” da cidade.	78
Conclusão	98
Referências Bibliográficas	101

Introdução

A história do Rio de Janeiro é marcada pela importância dos morros. A cidade surgiu nos primórdios da colonização portuguesa, a partir da ocupação do morro do Castelo que teve papel fundamental como fortaleza de segurança contra a invasão francesa no século XVI. Com o passar do tempo observa-se que as montanhas foram comumente utilizadas pela população como abrigo em certas circunstâncias. Por exemplo, alguns quilombos formados pelos escravos fugidos se escondiam nos morros da cidade pois encontravam neles o melhor local para resistirem em sua luta pela liberdade. Os morros também foram o local escolhido pelas elites para habitarem no período crítico em que as epidemias assolavam a cidade no século XIX por serem melhor arejados e mais distantes do centro infestado, o que levou a uma maior ocupação de Santa Tereza e Glória. No entanto, somente a partir do início do século passado que se tornaram a moradia de considerável parte da população. O motivo principal para tal fenômeno foi o Bota Abaixo ordenado pelo prefeito Pereira Passos durante a grande reforma urbana pela qual o Rio de Janeiro passou durante o seu mandato entre 1902 e 1906.

O alvo das demolições foram as habitações populares, vistas como o *locus* da pobreza e da insalubridade e reduto dos piores tipos – malandros, capoeiras, meretrizes, ladrões, etc. Apesar da justificativa formal de que a necessidade da demolição dessas habitações fazia parte da luta contra as epidemias que assolavam a cidade e que tinham a imundície dos cortiços como a principal responsável, o Bota Abaixo teve outras razões para a sua execução. A grande reforma urbana que tinha como alvo a capital republicana numa parceria entre a União e o governo municipal, foi na prática mais do que uma remodelação urbana, já que os objetivos também recaíam sobre a população. Era preciso afastar do centro moderno e sofisticado as classes populares, pois estas destoavam do padrão comportamental desejado para a nova cidade.

O projeto da Reforma Passos era modernizador e civilizatório, de modo que importava não só abrir novas ruas e pavimentar as existentes, adornar os espaços públicos, construir a belíssima e moderna Avenida Central, reformar o porto da cidade e melhorar o seu acesso, como era igualmente necessário educar a população, tornando-a de acordo com o padrão de gostos e costumes europeus.

Com isso, condenaram-se as manifestações populares de cultura e religião e incentivou-se um novo estilo de vida inspirado no modelo francês, com o desejo de tornar o Rio uma Paris tropical. As mudanças iam desde a determinação do uso obrigatório de paletó e sapato, passando pela remodelação do carnaval que deveria ser brincado no estilo europeu com fantasias de pierrô e colombina em detrimento das vestimentas de índio.

Neste contexto, a população pobre representava o avesso da reforma, pois suas moradias eram consideradas sujas e feias e seu comportamento era descrito como promíscuo, violento, ocioso e instintivo. A presença das classes populares não era bem-vinda no centro da cidade, que sintetizava a cidade modelo que era então o Rio de Janeiro – moderno, limpo, bonito e civilizado. A demolição em massa de habitações coletivas não foi acompanhada da construção de casas populares, o que causou um enorme contingente populacional desabrigado.

O destino de muitos foi habitar os subúrbios da cidade, porém morar longe do centro era um problema para uma população bastante dependente da centralidade, pois era no centro da cidade que se encontravam as oportunidades de sobrevivência por meio do trabalho formal e informal. Além disso, contraditoriamente, a construção nos subúrbios deixou de ser livre a partir de uma determinação do próprio prefeito Pereira Passos em 1903. A solução encontrada por muitos dos que se encontravam nessa complicada situação foi a de construir barracos precários nos morros da região central. Se antes a moradia dos pobres era marcada por uma habitação, o cortiço, após a reforma Passos passou a ser representada por um habitat: a favela.

Os morros da cidade já apresentavam moradores desde o século XIX devido à grande crise habitacional sofrida pela cidade a partir de meados do Oitocentos. No entanto, habitar os morros constituía ainda uma exceção. Isto mudou conforme o século foi chegando ao fim e alguns acontecimentos causaram, antes mesmo da Reforma Passos, porém, em bem menor proporção, a ocupação das encostas dos morros. A destruição em 1893 do maior cortiço da cidade, o Cabeça de Porco, que ficava no sopé do morro da Providência, teve como uma de suas consequências a migração de uma parte de seus moradores para o morro vizinho devido a falta de local para morarem. Poucos anos depois, em 1897, juntaram-se a esses moradores os ex-combatentes da guerra de Canudos que teriam tido seu estabelecimento

permitido pelo governo justamente pela dificuldade em abrigar esses homens relativa à crise habitacional.

A partir da chegada dos ex-combatentes da campanha de Canudos, o então morro da Providência passou a ser chamado de morro da Favela e quanto a essa escolha há duas versões mais recorrentes - a primeira afirma que o nome se deu pela alusão feita pelos praças ao morro da Favela existente em Canudos, já a segunda diz que os soldados encontraram no morro exemplares da planta favela, o que chamou logo sua atenção e inspirou o nome do local.

Durante muito tempo considerou-se o morro da Favela como a primeira favela carioca, o que hoje em dia é contestado pela presença desde antes de barracos no morro de Santo Antônio também no centro da cidade. Sobre isto duas considerações são importantes de serem feitas. Primeiro deve ficar claro que as primeiras favelas não eram em quase nada parecidas com as existentes atualmente em grande número pela cidade. Além de serem bem menores, constituíam uma espécie de hibridismo em relação às habitações coletivas de onde boa parte de seus moradores vieram quando as favelas começaram a crescer exponencialmente após o Bota Abaixo. Outra consideração importante é sobre o fato de apesar de o morro da Favela não ser considerado como a primeira favela carioca, foi ele que entrou para a história da cidade ao alcançar o protagonismo das manchetes de jornal da sessão policial. Não à toa o termo favela se substantivou e passou a designar posteriormente todos os morros habitados da cidade.

Por conseguinte, o que este trabalho monográfico intitulado “Favela, o ‘sertão’ da cidade: o arraial de Canudos no imaginário acerca das primeiras favelas cariocas”, objetiva fazer é investigar sob a luz da leitura do primeiro capítulo do livro *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*¹, da socióloga Lícia Valladares, o argumento de que o imaginário acerca das primeiras favelas cariocas associava-as ao sertão nordestino. A ideia de que as favelas constituíam um pedaço do mundo rural na cidade recém modernizada é desenvolvida por Valladares segundo o seu pressuposto de que as favelas foram inventadas, ou seja, que as representações criadas a seu respeito ao longo da

¹ VALLADARES, Lícia do Prado. “A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle”. In: _____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 22-73.

história foram construídas historicamente. De acordo com Valladares, a primeira imagem moldada acerca dos morros cariocas associava-os ao sertão.

O fato de a gênese da favela estar vinculada a esse local pela presença dos ex-combatentes de Canudos no grupo dos primeiros moradores não só do morro da Favela como também do morro de Santo Antônio, pois lá também havia sido permitida a sua estadia, talvez explique porque as favelas eram descritas de maneira similar ao sertão. No entanto, de qualquer modo, é no mínimo curioso que essa relação entre dois lugares tão distantes e diversos um do outro à primeira vista seja estabelecida. É a partir da inquietação causada pelo argumento de Valladares que este trabalho dá sua partida.

Para desenvolver esse objetivo serão aqui apresentadas e analisadas crônicas assinadas pelos intelectuais da *belle époque* carioca. O intuito da análise das fontes é observar como o vocabulário utilizado para descrever as favelas e os favelados alude ao sertão e aos sertanejos. Além disso, as fontes dialogarão com o livro *Os Sertões*, pois o referencial de sertão adotado por este trabalho, é o arraial de Canudos. A escolha pelo livro de Euclides da Cunha, parte não só do fato de ser uma fonte de valor inestimável sobre Canudos, como porque este trabalho tem como hipótese a possível leitura e influência de *Os sertões* no modo de escrita dos cronistas. O diálogo entre a obra prima euclidiana e as crônicas, visa comparar as favelas e o sertão a partir de quatro pontos de intersecção: 1) processo de crescimento rápido e desordenado; 2) ausência do domínio do Estado; 3) comportamento moral revoltante para o observador e 4) modo dualista de descrição.

O primeiro capítulo tem como pretensão conceituar o sertão apontando que a noção corrente do conceito é uma versão de significado reduzido (estritamente geográfico) e alterado daquele carregado durante séculos. Além disso, é apresentada a dicotomia sertão *versus* litoral e são contextualizados os conceitos de progresso e civilização, ambos onipresentes nas pautas políticas e intelectuais do século XIX no Brasil. Por fim, é narrada a Guerra de Canudos apresentando-a como um episódio simbólico no embate entre litoral e sertão, entre a República e a Monarquia.

O segundo capítulo expõe o contexto de crise habitacional da cidade do Rio de Janeiro a partir de meados do século XIX, problema ao qual se adicionou a eclosão das epidemias que assolaram periodicamente a cidade. Os objetivos do

capítulo são mostrar onde vivia a população pobre da cidade e como foram perseguidas a partir do momento em que o higienismo se tornou a ordem do dia como resultado da noção de que a insalubridade das habitações populares era a grande responsável pela transmissão das doenças. Além disso, destaca-se como a reforma urbana de Pereira Passos com sua proposta de remodelação da cidade e sua política de tolerância zero às habitações gerou sua maior contradição – a disseminação das favelas.

O terceiro parágrafo objetiva analisar as crônicas selecionadas dando corpo ao argumento de que o primeiro imaginário acerca das favelas cariocas as vinculava ao sertão, não sem antes discorrer sobre o conceito de imaginação social. Além disso, discorre sobre a trajetória pessoal de Euclides da Cunha e analisa sua obra prima *Os Sertões*. Ademais, contextualiza a intelectualidade brasileira na virada do século XIX para o XX, destacando o papel dos intelectuais na imprensa com ênfase na publicação das crônicas.

A execução desta pesquisa, por sua vez, justifica-se pela atualidade do tema haja visto que o estigma negativo que recai sobre as favelas cariocas é ainda enormemente presente. Basta uma breve pesquisa na caixa de comentários de qualquer notícia que envolva as favelas cariocas para se deparar com opiniões preconceituosas que parecem advindas do início do século passado, senão piores. No geral, as favelas permanecem sendo vistas como lugares pobres, sujos, feios e reduto de gente perigosa.

Ademais, apesar de fazerem parte da paisagem da cidade há mais de 120 anos, existindo 763 favelas somente na cidade do Rio de Janeiro com seus moradores somando cerca de 1.393.314 pessoas², no geral, ainda pouco se sabe sobre a história dessas comunidades de maneira difundida. Os estudos históricos são ainda iniciativa muito recente e incipiente se compararmos com a quantidade de tempo que as favelas existem e a produção acadêmica de outras disciplinas como a sociologia, por exemplo. Os próprios moradores sabem pouco sobre a história do local que os acolheu. Do mesmo modo, são raras as iniciativas de recolhimento de documentação e depoimentos *in loco*. Com isso, perde-se a noção do quanto há de valioso a ser desvendado, coletado e principalmente ouvido pelos historiadores

² Segundo o Censo de 2010.

dentro das próprias favelas. O mesmo vale para a documentação existente nos acervos da cidade.

É nesse panorama que este modesto trabalho de conclusão de curso se insere, sendo uma pequena contribuição historiográfica para os estudos sobre a história das favelas cariocas, de maneira sensível, evitando reproduzir generalizações e estereótipos negativos e entendendo as favelas menos como problema e mais como solução de moradia encontrada pela população pobre.

Capítulo 1 - Sertão: conceito-chave para pensar o Brasil.

Quando ouvimos a palavra sertão, imediatamente aludimos a um cenário localizado no interior do Nordeste castigado pelas secas regulares, pelo clima seco, solo árido, pouca habitação e marcado por uma população pobre, sofrida e esquecida pelo poder público. Com certeza essas imagens não são remetidas à toa. De fato o sertão nordestino apresenta tais características, porém o conceito de sertão é muito mais complexo e menos óbvio do que parece ser. Prova disso é o fato de ser apontado por Nísia Trindade Lima como uma “*metáfora para pensar o Brasil*”³ A afirmação diz respeito a um momento da história do Brasil em que o sertão apresentava um significado muito mais simbólico e profundo. O século XIX foi o período que o conceito de sertão estava presente nas discussões políticas acerca do futuro da nação que era então o Brasil. No entanto, o século seguinte apresentou uma tendência histórica que tornou a palavra naturalizada e direcionada exclusivamente a um espaço geográfico específico, o que fez com que boa parte do significado carregado durante séculos tenha se perdido.

1.1. O conceito de sertão e seus significados e sentidos ao longo da história.

Antes de resgatar os significados e sentidos carregados pelo conceito de sertão ao longo da história é importante tentar responder a seguinte pergunta: o que é o sertão? Para responder esta pergunta, o trabalho de Antonio Robert de Moraes⁴ será utilizado como uma possível resposta e como ferramenta de provocação e de desconforto proposital que este trabalho pretende logo dissipar.

Segundo Moraes, o sertão não se trata do ponto de vista geográfico, de “tipo empírico de lugar”⁵, não sendo possível “realizar uma caracterização geográfica precisa das localidades sertanejas, pois estas não correspondem a uma materialidade terrestre, individualizável, passível de ser localizada, delimitada e cartografada no terreno”⁶, nem são as suas características naturais que lhe conferem originalidade. Dito isto, começa a ficar claro o argumento de que

³ LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 5, p. 1, 1998.

⁴ MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, v. 31, n.1, p. 55-61, 2011.

⁵ *Ibidem*, p.2.

⁶ *Ibidem*, p.2.

compreender o significado de sertão não é tarefa fácil, pois como pode ele não ser um lugar exato nem ser possível cartografá-lo? Como podem as suas características naturais não lhe conferirem seu traço de originalidade se são justamente elas que primeiro vem em mente no imaginário coletivo quando se pensa na palavra sertão?

Para compreender isto é necessário entender que o sertão não se trata de obra da natureza e sim de invenção humana, embora haja a “prevalência de elementos naturais na composição paisagística”⁷. O sertão “não é um lugar mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares”⁸ e essa atribuição é determinada pelo homem. Nesse sentido, se torna quase impossível não lembrar da famosa frase do escritor Guimarães Rosa que afirma que “o sertão está em toda parte”⁹. É esse caráter maleável do sertão, que permite então que ele seja visto nos mais diversos lugares, inclusive nas primeiras favelas cariocas, algo que será melhor explorado futuramente neste trabalho.

Por conseguinte, apesar de ser fruto da iniciativa humana, o sertão, contraditoriamente, não é marcado fortemente pelo elemento humano. Pelo contrário, é justamente a quase ausência de população uma de suas características mais destacáveis. É importante ressaltar que a designação de um local como tal se trata da imposição de um forte significado que, no geral, tem sentido bastante negativo. Além disso, definir um lugar como sertão está associado ao interesse de agentes sociais em estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquela área. Segundo Moraes,

o sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento.¹⁰

Se olharmos para trás, veremos que a citação acima faz sentido quando pensamos o movimento das bandeiras no período colonial que adentrou o interior do país a fim de aprisionar indígenas e de quebra contribuiu com a expansão territorial do Brasil. Igualmente podemos pensar aqui o conflito de Canudos em que era necessário para a República dar fim aquele arraial de monarquistas e

⁷ *Ibidem*, p.2

⁸ *Ibidem*, p. 2

⁹ ROSA, Guimarães. *Grande sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994. p.4.

¹⁰ MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis*, v. 31, n.1, p. 55-61, 2011.p.3.

fanáticos ensandecidos afirmando assim quem imperava no país, retomando para si um território perdido e inserindo-o na ordem do progresso e da civilização.

Aliás, a assimilação do sertão pela República era de fato um projeto¹¹, pois o mesmo representava o polo do atraso, o que o fez ser visto como algo que se precisava superar. No entanto, esse processo de descoberta e incorporação teria como consequência um processo de descaracterização e transformação que condenavam o sertão a deixar de ser como tal.

Os estudos etimológicos indicam que desde o início da colonização brasileira, a palavra sertão aparece indicando o interior das terras. Segundo Janaína Amado, há a hipótese de que

desde o século XII, com certeza desde o XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a ‘sertão’, para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal porém distantes de Lisboa (...). A partir do século XV, usaram-na também para nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas contíguos a elas sobre os quais pouco ou nada sabiam.¹²

A origem da palavra ao que tudo indica, nada mais é do que a corruptela ou abreviatura da palavra desertão, o deserto grande, como eram conhecidas as regiões despovoadas e inóspitas da África Equatorial pelos portugueses. O “Dicionário da Língua Bunda de Angola”¹³ de frei Bernardo de Maria Carnecatim, apresenta na letra m o vocábulo muceltão seguido de sua versão corrompida certão que, segundo o dicionário, significa “o sítio longe do mar, longe da costa, o oposto ao marítimo”¹⁴. Segundo Carnecatim, o termo muceltão, de onde saiu as palavras certão e celtão, que posteriormente se tornaram o nosso conhecido sertão, também se trata de uma deturpação linguística. No caso, o termo original seria *michitu*, *muchitu* ou *muchitum* dependendo de como fosse pronunciado e pertencia ao idioma angolano *mbunda*. Na língua africana, essa palavra quer dizer mato e era empregada pela população do interior da África Portuguesa, tornando-se posteriormente designativa de “mato longe da costa”¹⁵.

¹¹ Cf. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999; HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, ano v, p. 21-235, jul.1998.

¹² AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, n.15, p. 3, 1995.

¹³ CARNECATIM, Bernardo Maria de. *Dicionário da Língua Bunda de Angola*. Lisboa: Ed. Imprensa régia, 1804.

¹⁴ BARROSO, Gustavo. “Vida e história da palavra sertão.” In: BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962. p.11.

¹⁵ *Ibidem*, p.11.

Outros estudos apontam, por sua vez, que o termo teria origem no latim. Desse modo, sertão proviria do latim clássico *desertanum* que significa “lugar inculto, distante das povoações ou das terras cultivadas, longe da costa”¹⁶. De qualquer forma, é interessante que independente de qual seja a origem adotada do termo, o seu significado nos dicionários antigos remete sempre a espaços longínquos, distantes da costa, sendo definido como o “ponto ou sítio mais afastado dos terrenos cultos”¹⁷, “lugar pouco habitado ou deserto”¹⁸, “lugar inculto”¹⁹ e “mato longe da costa”²⁰

Essas definições da palavra atribuem a ela não só um sentido espacial como também indicam uma associação negativa ao sertão. Se levarmos em conta o período colonial, este já era visto de maneira depreciativa pois nesse momento o termo designava as áreas da colônia que ainda não haviam sido conhecidas, exploradas nem habitadas. Desse modo, indicava o “território do vazio” em contraposição com a Região Colonial, que era o espaço do “cheio”, conhecido e explorado pela Metrópole, já habitado e dominado pela ordem colonial. A Região Colonial, desse modo, indica o território alcançado pela colonização em contraposição ao sertão, que era o domínio do desconhecido, imperado pela desordem e dominado pela barbárie.²¹

É importante ressaltar de antemão que já nesse período a palavra sertão carregava uma perspectiva dual, pois da mesma forma que era associado a uma gama de imagens assustadoras, também poderia representar uma espécie de refúgio. O sertão aqui seria uma opção de fuga da Região Colonial, onde poderiam ser livres aqueles que lá estivessem, longe do controle da metrópole e da tutela da Igreja católica. Aqui entra uma visão romantizada do sertão que recaía especialmente sobre os indígenas que ainda não haviam sido catequizados.

Com o passar do tempo, o conceito vai angariando novos significados e contornos. O século XIX, nesse sentido, surge como o momento em que ganha protagonismo e quando mais se torna debatido, estudado e conceituado. O contexto de formação do Estado nacional brasileiro tornou o sertão categoria

¹⁶ *Ibidem*, p.11.

¹⁷ *Ibidem*, p.10

¹⁸ *Ibidem*, p. 9

¹⁹ *Ibidem*, p. 9

²⁰ *Ibidem*, p.10

²¹ Cf. Sá, Maria Elisa Noronha de. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação (mestrado em história), Rio de Janeiro: FGV, 2002.

central para pensar o futuro. Era necessário discutir e formular uma solução sobre o que fazer com essa ampla parte do Brasil, levando em conta que no século XIX ainda não se fazia a associação exclusiva do sertão a uma parte específica do nordeste brasileiro. Desse modo, o sertão abrangia enormes áreas do país que assim era designadas devido ao seu contraste com o litoral.

Aliás, é fundamental ter clareza sobre o significado de sertão e litoral. Ambos carregam consigo um sentido que vai além do geográfico, o que na prática quer dizer que como já vimos com o sertão, o litoral não se tratava somente da região da costa brasileira, mas também se referia à região colonizada, conhecida, administrada, povoada, ordenada e civilizada. Ou seja, tudo aquilo que o sertão não era. As diferenças entre sertão e litoral são muito importantes de serem compreendidas e denotam uma questão histórica brasileira, pois a colonização foi feita pelo mar, por ele entravam no país os europeus, os escravos, os produtos, as novidades etc. Com isso, sempre foi atribuída grande importância ao litoral pelos seus portos e por ter sido onde primeiro se desenvolveram as cidades coloniais.

O século XIX se mostrou como o ápice da dicotomia entre sertão e litoral. Nesse século, como dito anteriormente, surgiu a demanda de pensar e formular projetos políticos e culturais que levassem em conta a imensidão territorial do Brasil que ainda se encontrava em descompasso com o litoral. Era o momento de construção da nação brasileira, projeto iniciado pela independência brasileira que continuou seu curso com o advento da República e que levou políticos e letrados da época a tentar formular ideias que dessem conta do dilema de superar a herança colonial. O sertão, nesse contexto, era o exemplo espacial perfeito para ilustrar esse “espaço do atraso” e para servir como objeto para os projetos que visavam o futuro da nação. Com isso, ele se torna visto como um território em construção, alvo de projeções futuras e de expectativas otimistas.

1.2. Os conceitos de Civilização e Progresso no século XIX.

Para compreender melhor acerca da noção de sertão no século XIX é indispensável discorrer sobre os conceitos de civilização e progresso que permearam a mentalidade desses homens empenhados em pensar sobre os rumos do Brasil. O termo civilização descende do latim, *civilitas* que significa

“qualidade de uma alma nobre e espiritualmente elevada”²², entretanto pela conotação que lhe foi atribuída no século XVIII, quando surgiu, a palavra civilização parece ter mais a ver com o adjetivo latino *civilis* que quer dizer ser polido, afável, cortês, refinado.

Segundo Norbert Elias, desde o renascimento, a elite europeia apresentou uma tendência a desenvolver códigos comportamentais condizentes com a ideia de *civilité*, que aparece numa árvore genealógica imaginária como sendo a gênese do conceito de civilização observado a partir do século XVIII. A palavra *civilité* indicava adequação a nova conduta comportamental esperada dos indivíduos na Europa do século XVI. Por sua vez, *civiliser* indicava o ato de polir e adequar alguém a esse novo padrão. Em 1690, a palavra aparece no *Dictionnaire Universel de Furetière* com o significado de “maneira honesta, doce e polida de agir, de conversar junto”²³. No idioma português, a palavra civilização originou-se da já mencionada versão *civilisation* e vem à tona em meados do século XVIII.

A palavra civilização surge num contexto de expansão do Iluminismo e condiz com diversas ideias do movimento filosófico como o progresso material e de desenvolvimento da História. Segundo André Azevedo, o termo “emerge no século XVIII e não antes, porque é neste momento que a sociedade europeia tem necessidade”²⁴. Ademais, é substancial destacar que o conceito de civilização está sempre relacionado a uma ideia de movimento e de ação. As sociedades estariam num constante caminhar rumo à civilização e era muito bem-vinda a atitude de civilizar aqueles que ainda não haviam sido assimilados. Nesse sentido, qualquer semelhança com os projetos de incorporação do sertão no Brasil do século XIX não é mera coincidência.

O conceito de progresso, por sua vez, foi desenvolvido em fins do século XVIII e sua gênese deve ser obrigatoriamente associada à figura de Fontenelle, que foi um cartesiano estudioso das ciências naturais. Segundo Azevedo,

Fontenelle desenvolveu o argumento de que os homens do século XVII não eram piores do que Virgílio, Sêneca, Platão ou Homero, pois a natureza, as árvores, e os animais, por exemplo, não se degradaram da época clássica até os seus dias. Tal premissa leva-o a concluir que os homens também não

²² AZEVEDO, André Nunes de. *Da monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese (doutorado em história) – Programa de Pós-Graduação em História da Cultura, Puc-Rio, 2003. p. 27.

²³ *Ibidem*, p. 29.

²⁴ *Ibidem*, p. 28.

poderiam ter perdido em qualidade para aqueles da época dos gregos e romanos (...) o homem tendia a aperfeiçoar de maneira constante e infinita os seus conhecimentos, encontrando-se, desta feita, fadados ao progresso.²⁵

Ao que tudo indica, a ideia moderna de progresso surgiu pouco antes da ideia de civilização, já no século XVII. Foi durante o Oitocentos, no entanto, que atingiu o ápice do impacto nas mentalidades com o advento da Revolução Industrial juntamente com a ideia de civilização. A partir da segunda metade do século XIX, a ideia de progresso foi se associando mais diretamente ao sentido de progresso científico, tecnológico, material, industrial etc. É relevante assinalar que o estudo do conceito de progresso deve obrigatoriamente levar em conta o de civilização pois ambos caminham lado a lado, não eram pensados isoladamente mas sempre de maneira associada.

No Brasil, um dos marcos fundamentais do desenvolvimento do conceito de progresso e civilização foi a chegada da família real portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. As principais mudanças que podem ser elencadas com a transformação da cidade na capital do reino português foram menos de caráter urbano e mais no campo cultural e intelectual. Por exemplo, datam do período joanino a criação da Biblioteca Real, do Horto Real, do Museu Real, da Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, da Academia Real e Militar, do Teatro Real e a vinda da Missão Artística Francesa. Estas iniciativas estavam no âmbito da necessidade de transformar o Rio de Janeiro numa cidade que se encontrasse em condições de ser a nova sede da Corte portuguesa.

Segundo o Dicionário Moraes²⁶, editado em Lisboa, na sua segunda edição de 1813 e na terceira de 1823, o termo progresso significava “adiantamento em proveito, ou efeito: fazer progressos nas artes, ciências (...) Fazer progressos na virtude. O progresso da vida; o progresso da cidade; continuação, adiantamento.”²⁷ Aqui vemos que a palavra progresso aparece com uma ideia geral de avanço, de uma ação continuada de melhoria que reflete no futuro. Por outro lado, a palavra civilização ainda não aparece no dicionário neste momento.

²⁵ *Ibidem*, p. 42.

²⁶ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2ed. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

²⁷ *Apud* SILVA, Antônio de Moraes; AZEVEDO, André Nunes, *Da monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese (doutorado em história) – Programa de Pós-Graduação em História da Cultura, Puc-Rio, 2003, p. 68.

O aparecimento do vocábulo civilização ocorre no mesmo Dicionário Moraes, somente em 1831, em sua quarta edição. A palavra é definida de maneira simples mas pouco clara, sendo “O ato de civilizar: o estado do povo civilizado”²⁸ A maneira como civilização é definida aqui demonstra certa dificuldade em dar conta de exprimir o significado de um termo tão denso. Desse modo, o definem de forma direta, no entanto, pouco explicativa. De acordo com o Dicionário Moraes, civilizar significa tornar alguém civilizado, que por sua vez, se refere aquele que é urbano e cortês, que sabe viver de acordo com o código de conduta e etiqueta indicados. Civilização, além disso, exprime o sentido de estágio de superioridade moral, de organização social, política, cultural e material atingido por um povo.

Por volta da metade do século XIX, já no Segundo Reinado, o Rio de Janeiro encontrava-se num momento de otimismo com o futuro, com a economia cafeeira no Vale do Paraíba se mostrando cada vez mais próspera. Ademais, a década de 50 do século XIX marcou a história de maneira ímpar com a publicação de inúmeras obras que tinham como mote principal a ideia de progresso. Em 1850, Comte publicou o “Catecismo positivista”, em 1852, Spencer traz a público o seu “Hipótese e desenvolvimento”, em 1854, Comte lança o seu “Sistema de Política Positiva” e, em 1857, disponibiliza a sua principal obra “O progresso, sua lei e sua causa”.

Todavia, com a chegada da década de 1870, o Império brasileiro, passou a enfrentar os primeiros sinais preocupantes de crise do sistema monárquico, o que fica claro com a criação do movimento republicano e abolicionista. Nesse momento, passaram a ganhar força as ideias republicanas que viam com desagrado a monarquia brasileira e desejavam dar início a uma nova fase para o Brasil. Essa década também foi marcada pelo fortalecimento das ideias abolicionistas com as quais passou-se a ver a escravidão pelo viés humanitário como uma atrocidade que deveria ser impedida de continuar existindo e pelo ponto de vista pragmático, era considerado um entrave ao desenvolvimento brasileiro, como uma pedra no caminho do país rumo a inserção no panteão das nações civilizadas.

Com o início da crise imperial, a Coroa buscou na ciência a solução para os seus problemas vendo

²⁸ *Apud* SILVA, Antônio de Moraes; *Ibidem*, p. 70.

na ideia de ciência a neutralidade e a universalidade que necessitava associar ao seu discurso e na ideia de progresso a sua inserção em algo maior, em um movimento inexorável da História no qual o Brasil não deveria retardar o seu ingresso. (...) Não obstante a ideia de uma nação singular continuar sendo sustentada pelo Império, o momento – pós 1870 – sugeria uma guinada ao universal, ao Iluminismo expresso na ideia de ciência e, mais especificamente, na crença da força da educação científica como propulsora do progresso.²⁹

Neste momento o ideal de progresso foi adotado pelo império brasileiro. Para que fosse possível que o Brasil entrasse no rol das nações que se encontravam no ritmo do progresso, a proposta do Império era a de fomentar a ciência no país. Essa iniciativa tinha como finalidade a articulação necessária para o Império entre o tradicional (o sistema monárquico) e o moderno (ciência) e assim garantir sua sobrevivência.

Com isso, a fase final do império brasileiro foi marcada por um significativo avanço da ciência no Brasil tendo como modelo de inspiração a França. Nesse contexto, houve a criação de novas instituições e o aperfeiçoamento das já existentes. Por iniciativa do governo imperial criou-se a Escola de Minas de Ouro Preto (1875), a Comissão Geológica do Brasil (1875) e o Laboratório de Fisiologia do Museu Nacional (1880), além da transformação da Escola Central em Escola Politécnica (1874). Além disso, foi comum o intercâmbio de cientistas franceses no Brasil e o próprio imperador visitava a Europa com o intuito de entrar em contato com as últimas novidades, além de enviar equipes do Brasil rumo à Europa a fim conhecer os indivíduos e as instituições envolvidas com ciência na Europa.

No âmbito do progresso material, o período final do império foi marcado ainda pelo desenvolvimento da rede ferroviária brasileira, que funcionava como seu maior símbolo e como o “elemento marcante do imaginário do desenvolvimento técnico no Brasil”.³⁰ Além disso, houve o empreendimento do telégrafo, a modernização do porto do Rio, a incrementação da indústria naval, medições cartográficas e expedições geológicas. Ademais, o Brasil se inseriu no grupo de países que apresentaram ao mundo as grandes exposições. Em 1861, ocorreu no Rio de Janeiro a Exposição Nacional que ia de acordo com as grandes

²⁹ *Ibidem*, p. 89.

³⁰ *Ibidem*, p. 110.

exposições internacionais ocorridas em Londres, Paris, Chicago, entre outras cidades.

As exposições internacionais do século XIX condensavam aquilo que era entendido como o supra sumo da modernidade na época. Elas funcionavam como uma miniatura do mundo moderno e avançado que se tinha como ideal. Nelas eram apresentadas as novidades tecnológicas e funcionavam como ferramenta pedagógica mostrando e ensinando as maravilhas do progresso e afirmando a superioridade do mundo ocidental como exemplo a ser seguido. Além disso, incitavam a expectativa otimista no futuro. Desse modo, a execução no Brasil de exposições como essa, tinha a função de afirma-lo como parte dos países bem encaminhados rumo ao futuro.

Por conseguinte, o período final do Império foi marcado por uma maior presença de serviços e produtos europeus na capital, o que estimulava a demanda por tecnologia e produtos industrializados. Havia entre a população abastada, a busca pela sofisticação. Este foi o momento

dos salões eruditos e das rodas de literatos das novas confeitarias cariocas, das palestras e discussões públicas sobre temas científicos e artísticos, da inauguração de novos teatros, além de marcar o período de maior intensidade e tolerância na vida política da cidade. A vida social e de entretenimento também se expandiam, foi nesta época que surgiram *clubs* como o Cassino Fluminense e o Jockey, dinamizadores das noites e chás de uma elite que gradualmente ia afirmando os seus códigos de auto-reconhecimento na capital.³¹

Apesar disso, a sociedade brasileira como um todo não tinha o progresso como valor fundamental. O marco da escravidão, como dito, como um grave entrave para o progresso, pois este seria atingido pelas sociedades de economia capitalista, urbana e com uma bem definida e especializada divisão do trabalho. A escravidão, desse modo, era refratária ao projeto de um país civilizado e a Abolição funcionaria então como ferramenta do progresso da moralidade social. Todavia, vale a pena enfatizar que esse ponto de vista não era universal, haja visto a existência de muitos intelectuais contemporâneos ao Império brasileiro que viam a escravidão como algo perfeitamente cabível e aceitável.

É interessante analisar como o conceito de civilização aparece no já mencionado Dicionário Moraes no final da década de 1870, ou seja, nesse

³¹ *Ibidem*, p.97

momento final do império, permeado por essas características descritas anteriormente. Em 1887, o termo civilização é definido como

O ato de civilizar. O estado do povo civilizado. O adiantamento, o progresso, o desenvolvimento do estado social, que se manifesta na perfeição das leis, na brandura dos costumes, nas grandes obras materiais, e na cultura intelectual, representada nas ciências, nas letras e nas artes.³²

Aqui vemos que a palavra indica também progresso, além de uma menor desigualdade social ao falar do “desenvolvimento do estado social”, de uma melhor instituição das leis, da polidez e do desenvolvimento técnico-material, cultural e científico. É relevante destacar que para o império brasileiro, civilização andava de mãos dadas com o progresso e era entendido como um processo lento e gradual de aperfeiçoamento, o que, na prática, significava que não deveria se tratar de um movimento de ruptura revolucionária. O caminho da civilização deveria seguir a ideia de ordem e da vigência da lei.

Com a chegada da República, progresso e civilização permaneceram sendo pautas do projeto político brasileiro. A República brasileira, segundo Azevedo, republicana entendia que a civilização seria inevitavelmente alcançada por aqueles que prosperassem materialmente. Deste modo, o progresso aparece como requisito para a civilização, que permanece sendo almejada, porém era vista como uma consequência e não mais como parte do processo. Se para o Império, o progresso estava subordinado à civilização, do ponto de vista republicano, a civilização estava subordinada ao progresso.

Ademais, o projeto republicano era caracterizado por um acentuado otimismo com o futuro. Isto se devia ao fato de haver uma forte tendência de negação do passado monárquico e escravagista, o que fazia com que fosse vital ter os olhos mirando o porvir. Era preciso olhar para frente e esquecer o passado colonial. As perspectivas eram positivas no início da República, pois esta se apresentava como uma ruptura com o atraso colonial sendo a instauração do novo. Havia sido rompidas as correntes que prendiam o Brasil à velha ordem. Desse modo, o projeto de progresso e civilização do início da República se diferenciava também pelo fato de propor uma clara descontinuidade com a ordem vigente.

³² *Apud* SILVA, Antonio de Moraes; *Ibidem*, p. 99.

Segundo Marcos Veneu³³, a República diferentemente do Império, abria espaço para a ideia de revolução. No entanto, a revolução proposta pelos militares era controversa pois deveria ser ordenada e levada a cabo por eles mesmos e não pela população. De qualquer forma, era necessário dar início a uma nova fase da história do Brasil, agora livre do atraso da escravidão e da tutela do imperador, rumo a um futuro empolgante pautado pelo progresso indo ao encontro da civilização.

O sertão, por sua vez, permanecia inerte a esse panorama. Enquanto o centro político brasileiro, localizado no litoral, discutia e escolhia os caminhos que deveriam ser seguidos pelo país, o sertão parecia estar situado num outro tempo. Se antes a diferença entre sertão e litoral estava pautada na localização, sendo o primeiro o interior, durante o século XIX a distinção se tornava temporal. A dicotomia se expressava no fato de o sertão parecer estar localizado temporalmente num período anterior. Definitivamente essa parcela do país não estava ajustada a lógica do progresso de caminhada rumo a um futuro próspero e civilizado.

A recém nascida República brasileira rejeitava o sertão como tal e o via como um problema. Era necessário ajustar o relógio dessa região do Brasil, que permanecia carregando os mesmos estigmas negativos de quatro séculos antes e que parecia viver como ainda estivesse nessa época. Desse modo, é fácil imaginar o quanto incomodou um problema surgido nos confins do sertão baiano. A princípio, um incômodo pequeno para as autoridades locais. Em pouco tempo, porém, se transformou num imbróglio de grande proporção, se transformando em uma questão federal que necessitava de urgente solução.

1.3. Guerra de Canudos: embate entre o litoral e o sertão.

Esse imprevisto foi o surgimento do arraial de Canudos, que representou um grande desafio por ser visto como o oposto de tudo o que se desejava para a República. Afinal, os sertanejos eram vistos como conspiradores para o retorno da monarquia, além de serem associados à barbárie, ao atraso e a ignorância. Com Canudos, o sertão toma a primeira página da pauta política brasileira. O intuito era

³³ VENEU, Marcos Guedes. A cruz e o barrete: tempo e história no conflito de Canudos. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.7, 1986.

conseguir domá-lo dando fim às loucuras de Conselheiro e incluindo aquela parcela do território brasileiro no caminho certo, o do progresso e da civilização.

Para compreendermos melhor o que foi a experiência do arraial de Canudos, faz-se necessário reservar espaço sobre seu personagem fundador, Antônio Conselheiro. Nascido Antônio Vicente Mendes Maciel, em 1828 na cidade cearense de Quixeramobim, sua vida antes de se transformar em Antônio Conselheiro não foi fácil. Sua família tinha uma rixa sangrenta com os Araújo, o que significou inúmeros episódios de vingança e assassinatos ao longo de anos. O estopim da guerra entre os clãs se deveu à acusação de roubo que os Macieis sofreram por parte de Silvestre Rodrigues Veras e por Antonio Araújo Costa. Os acusados do crime eram Miguel Carlos Maciel e seu irmão Antônio Maciel. O primeiro teve como filhos legítimos Miguel Carlos, Helena Maciel, Francisca Maciel, Brasilina e outra de nome não identificado, enquanto como bastardo havia Vicente Maciel, pai de Conselheiro.

A figura de Conselheiro é inegavelmente interessante desde antes mesmo dele surgir como tal. Embora pouco se saiba sobre essa fase, tem-se conhecimento de que com a morte do pai, quando estava com 27 anos, Antonio Maciel assumiu os negócios do mesmo e os cuidados das irmãs. No período de seu casamento com sua prima Brasilina, exerceu a função de professor numa escola local. O exercício do magistério serve como mote para lembrar que Conselheiro se tratava de alguém com caráter minimamente ilustrado. Afinal, tinha domínio de português, matemática, francês e latim. Quando abandonou o magistério, por sua vez, demonstrou enorme versatilidade haja visto a quantidade e variedade de profissões que ocupou. Em Sobral, foi caixeiro, em Tamboril exerceu a função de juiz de paz e em Ipu, atuou como advogado provisionado (sem diploma).

A vida de Maciel, no entanto, mudou de maneira drástica quando sua então esposa fugiu com o sargento João da Mata. A partir daí, sua trajetória é marcada por episódios dramáticos e por uma aura de mistério. Após a desilusão amorosa, Antonio Maciel passa anos sumido e quando retorna já não é mais o mesmo. Segundo Euclides da Cunha, autor do clássico “Os Sertões”, até hoje uma obra primordial sobre o conflito de Canudos sobre a qual será melhor explanado no terceiro capítulo deste trabalho, a volta de Conselheiro teve ares de milagre. Nesse momento

surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até aos ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão em que se apoia o passo tardo dos peregrinos....³⁴

A partir de então, Conselheiro passou a ser visto pelo sertão como um andarilho que tinha como missão pregar a religião cristã da forma por que entendia os seus mistérios e dizendo-se enviado de Deus. Antonio Maciel não se referia ao seu passado, pouco falava e sobrevivia oferecendo-se para ajudar a construir ou reformar igrejas além de se empenhar na reforma de cemitérios em mau estado de conservação. Além disso, “vivia de esmolas, das quais recusava qualquer excesso, pedindo apenas o sustento de cada dia. Procurava os pousos solitários. Não aceitava leito algum, além de uma tábua nua e, na falta desta, o chão duro.”³⁵

A postura pessoal de Conselheiro, o mesmo apresentava um comportamento ascético pautado pelo desprendimento material exemplificado pela simplicidade de suas vestes que nunca mudavam, além de seus hábitos rigorosos como sua dieta marcada pela ausência de carne e de bebidas alcoólicas, seus constantes jejuns e seus momentos diários reservados para sua intimidade com Deus. Seu modo de vida remetia a uma constante penitência. É interessante como sua aparência física foi descrita em *Os Sertões*, pois o modo nada gentil pelo qual é caracterizado o personagem, denota a parcialidade de Euclides da Cunha em seu relato. O autor o via como um dos protagonistas desse episódio de nossa história, porém, julgava-o como um fanático desequilibrado e perigoso devido ao seu alto poder persuasivo entre os sertanejos. Com isso sua descrição é uma síntese do modo negativo como Conselheiro era julgado:

face morta, rígida como uma máscara, sem olhar e sem risos; pálpebras descidas dentro de órbitas profundas; e o seu entrijar singularíssimo; e o seu aspecto repugnante, de desenterrado, dentro do camisolão comprido, feito uma mortalha preta; e os longos cabelos corredios e poentos caindo pelos ombros, emaranhando-se nos pelos duros da barba descuidada, que descia até à cintura aferroaram-se a curiosidade geral.³⁶

³⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 126.

³⁵ *Ibidem*, p. 128.

³⁶ *Ibidem*, pp.129-130.

Foi durante esse período de andanças pelo sertão que Conselheiro manteve breve contato com o padre Ibiapina, que foi responsável a partir da metade do século XIX, em fundar no nordeste as “Casas de Caridade”, que eram uma mistura de estabelecimento de ensino e orfanato, administrados por beatas. Não há como afirmar até que ponto o contato com o padre Ibiapina influenciou Conselheiro, no entanto, a ação religiosa de ambos difere do catolicismo tradicional, sendo uma expressão religiosa variante e marcada pelos elementos particulares sertanejos.

O ponto de vista político de Conselheiro, por sua vez, pode ser considerado conservador, já que era contrário a qualquer reforma administrativa e econômica, pois julgava serem sempre meios somente de roubar o povo. A exceção valia para a abolição da escravatura que inclusive fez com que o número de seus seguidores aumentasse com a incorporação de ex-cativos ao grupo. As críticas dele se estendiam ao Censo, pois havia um grande receio de que o mesmo pretendesse reescravizar os libertos, devido ao fato de entre as perguntas figurar o questionamento da raça dos indivíduos entrevistados.

Além disso, criticava assiduamente a República, porque ele a via justamente como uma daquelas reformas políticas dispensáveis e que significavam uma espécie de mal para o Brasil. O modelo republicano era condenado por ser visto como responsável pelo extermínio da religião católica que em breve seria bem sucedido, haja visto a laicização do Estado brasileiro e a imposição do casamento civil. O pensamento de Conselheiro não separava a religião da política, com isso, sua fala era permeada pela constante crítica à República.

Não demorou muito para que começasse a ser seguido por sertanejos em seu caminho. Os que o acompanhavam decidiam isso por livre e espontânea vontade. Ao que parece, a magia se encontrava no modo como e sobre o que Conselheiro falava com o povo do sertão. Sua fala era clara, incisiva e fazia com que a multidão o aclamasse como “representante natural das suas aspirações mais elevadas”³⁷. Quando falava sobre a Bíblia, se preocupava em interpreta-la e divulga-la à sua maneira, que nada mais era do que um jeito simples e direto de falar sobre Deus. Suas influências eram muitas, Santo Agostinho, Santo Inácio,

³⁷ *Ibidem*, p. 118.

São Tomás, Homero, Eurípedes, Virgílio, Quintiliano, Thomas Morus, entre outros, foram lidos por Antonio Conselheiro.³⁸

Desse modo, não é de se espantar que por onde andasse mais pessoas fossem se juntando ao seu séquito. Em 1874, Conselheiro se estabeleceu em Itapicuru de Cima, na Bahia. Lá foi fundado o Arraial do Bom Jesus, onde permaneceu até 1885. Durante esse período, foi preso, mais precisamente em 1876, sob a acusação de que teria matado sua ex-esposa e sua mãe. Com sua prisão, foi enviado de Itapicuru para Salvador e depois para Fortaleza, no Ceará. No entanto, foi solto pouco tempo depois por falta de provas que o incriminassem. Esse mesmo ano é marcado também pela seguinte queixa em relação a presença de Conselheiro:

Apareceu no sertão do Norte um indivíduo que se diz chamar Antonio Conselheiro e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos, com que impõe à ignorância e à simplicidade. Deixou crescer a barba e cabelos, veste uma túnica de algodão e alimenta-se tenuemente, sendo quase uma múmia. Acompanhado de duas professoras, vive a rezar terços e ladainhas e a pregar e a dar conselhos às multidões, que reúne, onde lhe permitem os párocos; e, movendo sentimentos religiosos, vai arrebanhando o povo e guiando-o a seu gosto. Revela ser homem inteligente, mas sem cultura.³⁹

Conselheiro e seus seguidores incomodavam três grupos em particular: a Igreja católica, os fazendeiros da região e as autoridades. Os primeiros perdiam trabalhadores que largavam o que faziam e seguiam Conselheiro tomando o caminho de Deus, a segunda via nele um perigoso concorrente que retirava os fiéis da Igreja e os arrastava pelos sertões, a palavra sagrada diferente da oficial, enquanto os terceiros ficavam ressabiados com a influência que as palavras de Conselheiro poderiam ter sobre os conselheiristas, incitando-os a se rebelar. Desse modo, seis anos após a denúncia citada acima, em 1882, foi divulgada uma circular dirigida ao clero baiano pelo arcebispo D. Luís

Chegando ao nosso conhecimento, que pelas freguesias do centro deste arcebispado, anda um indivíduo denominado Antonio Conselheiro, pregando ao povo, que se reúne para ouvi-lo, doutrinas supersticiosas e uma moral excessivamente rígida está perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares, ordenamos a V. Revma., que não consinta em sua freguesia semelhante abuso, fazendo saber aos paroquianos que lhe proibimos

³⁸ COSTA, Nicola. *Canudos: ordem e progresso no sertão*. São Paulo: Moderna, 1990. p. 11.

³⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.p.128.

absolutamente, de se reunirem para ouvir tal pregação, visto como, competindo na Igreja Católica, somente aos ministros da religião, a missão santa de doutrinar os povos, um secular, quem quer que ele seja, ainda quando muito instruído e virtuoso, não tem autoridade para exercê-la.⁴⁰

Em 1886, foram as autoridades policiais que manifestaram descontentamento com a presença de Conselheiro e seus seguidores, o que fica claro neste ofício dirigido em novembro ao chefe de polícia da Bahia pelo delegado de Itapicuru

Para que V. Sa. Saiba quem é Antonio Conselheiro, basta dizer que é acompanhado por centenas e centenas de pessoas, que ouvem-no e cumprem suas ordens de preferência às do vigário da paróquia. O fanatismo não tem mais limites e assim é que, sem medo de erro, e firmado em fatos, posso afirmar que adoram-no, como se fosse um Deus vivo. Nos dias de sermões terços e ladainhas, o ajuntamento sobe a mil pessoas (...) e esse dinheiro sai dos crédulos e ignorantes, que, além de não trabalharem, vendem o pouco que possuem a até furtam para que não haja a menor falta, sem falar nas quantias arrecadadas que têm sido remetidas para outras obras do Chorrochó, termo do Capim Grosso.⁴¹

No ano seguinte, o presidente da província baiana requeria o envio compulsório de Conselheiro para o hospício de alienados do Rio de Janeiro, o que não ocorreu devido a falta de vagas no local. Estas atitudes de denúncia e tentativas de intervenção que tinham Conselheiro como alvo, deixam claro que os incomodados com sua existência estavam determinados a impedir que o movimento conselheirista ganhasse ainda mais força. Para piorar a situação, em 1893, no município de Bom Conselho, localizado no sertão baiano, ao passar com seus seguidores por lá, Conselheiro mandou arrancar e queimar os editais públicos de cobrança de impostos afixados pelas autoridades republicanas locais.

O juiz de direito da cidade, Dr. Arlindo Leôni, estava presente no momento mas por não ter nenhum reforço não executou nenhuma ação. Isto foi feito quando o governo baiano da capital foi informado do acontecido e em resposta determinou o envio de soldados sob o comando de um tenente para atacá-los. O grupo foi alcançado pelos militares no município de Masseté, no entanto, a tropa foi dispersada pelos sertanejos que resistiram sem problemas. Esse episódio, por sua vez, embora tenha sido uma luta de pequeno porte e num momento em que ainda não havia eclodido a guerra, se destaca por poder ser lida como uma

⁴⁰ *Ibidem*, p.135.

⁴¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. pp. 135-136.

espécie de presságio do que seria visto a seguir. De fato, “esta batalha minúscula teria, infelizmente, mais tarde, muitas cópias ampliadas.”⁴²

Após o episódio, Conselheiro e seu grupo seguiram rumo ao norte do estado baiano e chegaram numa velha fazenda abandonada à beira do Rio Vaza-Barris. A localidade era conhecida como Canudos, devido ao hábito dos homens fumarem “uns esquisitos cachimbos de barro em canudos de metro de extensão de tubos naturalmente fornecidos pelas solanáceas (canudos-de-pito).”⁴³ A região, em decadência até então, se transformou totalmente com a chegada dos novos moradores. Ali, Conselheiro encontrou o cenário ideal para a realização de seu projeto. A partir da chegada em Canudos, ele e seus seguidores se estabeleceriam de maneira sossegada, deixariam de ser incomodados e poderiam só se preocupar com sua sobrevivência seguindo os preceitos de Deus e preparando-se para um futuro otimista, posterior ao Juízo Final em que todos seriam salvos e quando voltaria a reinar Dom Sebastião, o famoso rei português mitificado depois de morto na África pelos mouros em 1580, cuja volta era profetizada.

Segundo fontes, o arraial chegou a ter entre 25 000 e 30.000 habitantes em sua época mais áurea.⁴⁴ A população vivia da produção agrícola, pautada na plantação de mandioca, milho, feijão, batata, abóbora, cana, cereais, melancia, etc.. A produção era destinada ao consumo dos habitantes e o que sobrava era negociado com os povoados próximos. É importante dizer que em Canudos a produção era coletivizada, assim como as terras, de modo que tudo era de todos e a construção de um patrimônio não constituía o objetivo daqueles que se juntavam ao grupo.

A cidade era cortada por apenas uma rua, a Campo Alegre, que a dividia em duas partes e que terminava na praça das igrejas. Uma era a igreja velha, a outra era a nova, idealizada por Conselheiro e construída com todo o empenho pelos moradores, porém sem ter chegado a ser concluída por causa da guerra. As principais figuras de Canudos eram João Abade que recebia os recém-chegados e espécie de “prefeito”, Antonio Beato, o “repórter” de Canudos, Timóteo, que exercia a função de sineiro da igreja, Manuel Quadrado, o curandeiro do arraial,

⁴² *Ibidem*, p. 140.

⁴³ *Ibidem*, p. 141.

⁴⁴ COSTA, Nicola. *Canudos: ordem e progresso no sertão*. São Paulo: Moderna, 1990. p. 21.

Pajeú, o comandante militar e Antônio Vila Nova, responsável por guardar as armas e munições.

Canudos representava uma espécie de oásis no sertão, pela qualidade de vida que oferecia aos seus habitantes em comparação com a realidade ao seu redor. Não havia riqueza mas também não havia miséria, pois todos tinham o suficiente para viver. Também não havia casos de crimes e quando algo ocorria o próprio Conselheiro se encarregava de entregar os responsáveis para as autoridades, o que não fazia necessário a existência de uma cadeia no arraial. Do mesmo modo, não era tolerado o uso de bebidas alcoólicas e configurava “crime abominável faltar às rezas”⁴⁵. O compromisso com Deus deveria ser levado a sério, o que era demonstrado pela aglomeração diária da população a fim de escutar a prédica diária de Conselheiro na praça central.

O fim da situação estável deu-se pelo episódio da compra mal sucedida de uma quantidade de madeira que seria utilizada na construção da igreja nova. A madeira deveria ser transportada de Juazeiro até uma localidade chamada Jacaré, onde seria buscada pelos canudenses. O problema começou porque a madeira não foi entregue como deveria ter sido e Conselheiro então ameaçou que iria mandar seu pessoal ir buscá-la pessoalmente em Juazeiro. Se no episódio da queima dos editais em Bom Conselho, o Dr. Arlindo Leônidas não fez nada, dessa vez, ocupando o cargo de juiz de direito de Juazeiro, para o azar de Conselheiro, ele interpretou maldosamente a ameaça do mesmo e telegrafou ao governador baiano requisitando providências militares para resolver a questão.

O pedido foi atendido prontamente com o envio de cem praças do exército, sob o comando do tenente Pires Ferreira. Os soldados chegaram em Juazeiro no dia 7 de novembro de 1896 e no dia 12 seguiram rumo a Canudos. O tal ataque dos conselheiristas em Juazeiro não aconteceu mas, ainda assim, os praças foram mandados ao encontro de Conselheiro e seu grupo, pois era necessário mostrar ao governador que a operação não havia sido disponibilizada à toa. Com isso, dando prosseguimento a sua caminhada, os praças acamparam estrategicamente na cidade Uáúá, que ficava bem próxima Canudos e que funcionava como uma espécie de extensão desta, pois sua população era seguidora a distância de Conselheiro. Ao ouvirem os boatos de que estava o Exército vindo rumo à

⁴⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975, p. 149.

cidade, os moradores fugiram em debandada rumo a Canudos. Com isso, Uáúá se encontrava vazia quando os militares lá chegaram.

Na madrugada do dia 21 de novembro de 1896, o primeiro embate ocorreu com a chegada surpresa do grupo conselheirista na cidade. Foi emblemático esse momento pelo fato de a chegada do grupo alvo da investida militar ter aparecido no “campo de batalha” na forma de procissão religiosa penitente, com a bandeira do Divino e uma grande cruz de madeira sendo carregadas. Esses eram os inimigos da República, homens que em nada pareciam grandes combatentes mas que nesse mesmo episódio, tal qual acontecido antes, despacharam as forças do Exército com maestria.

As tropas foram arrebatadas pelo jagunços e os soldados nem puderam executar sua estratégia de combate. Houve mortos e feridos de ambos os lados, mas o episódio deixou o Exército em maus lençóis porque os conselheiristas saíram da linha de combate sem grandes problemas, mostrando que a sua força não era desprezível.

Com o fracasso da primeira expedição, se tornou obrigatória uma segunda tentativa. Esta tinha o comando do major Febrônio de Brito, reunia 543 praças, 14 oficiais combatentes e 3 médicos, além do apoio de quatro metralhadoras e dois canhões. As tropas permaneceram por cerca de quinze dias na cidade de Monte Santo que a partir de então passou a servir como quartel-general dos militares. Durante o trajeto rumo a Canudos, foram deixadas em Queimadas, um terço da munição, o que indica que houve um julgamento errôneo da guerra. Os militares acreditavam que sua superioridade bélica e suas estratégias oficiais de combate lhe garantiam a vitória de antemão. No entanto, cantaram vitória antecipadamente, pois não tinham ideia das dificuldades que enfrentariam.

Para começo de história, além dos jagunços, as tropas tinham mais um inimigo: o sertão. A natureza sertaneja constituiu-se como uma aliada dos sertanejos e um martírio para os militares. Segundo Euclides da Cunha, “a natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzado fazendo vacilar a marcha dos exércitos.”⁴⁶ Para as forças expedicionárias, o sertão funcionava como castigo, como uma prova de resistência anterior a própria batalha. Os sertanejos, por sua vez, lidavam bem com o clima

⁴⁶ *Ibidem*, p. 191.

seco, a falta d'água e o sol tórrido. Além disso, sabiam se camuflar em meio ao deserto, conseguindo se esconder com êxito e dar o bote sempre no momento certo, sem que os soldados esperassem.

O pequeno conhecimento da região, mais as dificuldades do trajeto e a arrogância que os fazia considerar que não precisavam levar todo o armamento para enfrentar a guerra, já que consideravam seus opositores combatentes homens fanáticos e rudes sem conhecimento técnico de guerra, fez com que novamente os militares fossem derrotados. A segunda expedição constituiu-se de uma série de lutas exaustivas, embora tenha deixado muitos mortos e feridos do lado sertanejo, terminou com a retirada urgente das tropas militares antes que a situação se tornasse ainda pior.

Após mais um fracasso, o governador baiano decidiu telegrafar ao presidente pedindo o reforço ao governo federal. O comandante agora seria o temido Coronel Moreira César, escolha que causou temor no povo de Canudos, pois esse era por lá conhecido como “corta-cabeças”. No dia 22 de fevereiro de 1897, o Coronel Moreira César partiu de Monte Santo acompanhado de 1281 homens. Percebe-se que houve uma mudança na postura do exército ao se aumentar o número de soldados, o que indica que haviam percebido que essa guerra não seria tão fácil como julgaram anteriormente. No entanto, a postura arrogante e o canto de vitória precoce permaneceu existindo e a frase do Coronel Moreira César que afirmou que as tropas iriam almoçar em Canudos⁴⁷ e que iriam conquistar a cidade sem disparar um tiro⁴⁸, exemplifica bem essa postura.

Novamente a força sertaneja e o antagonismo da natureza foram desprezados. Ao contrário do que o imbatível Moreira César imaginava, os sertanejos deram muito trabalho novamente as tropas militares. Estas foram recebidas com intensa fuzilaria e a ação militar dos jagunços indicava total controle do território, com sua clara noção de logística e conhecimento topográfico da região. O maior indício que sabiam como guerrear, foi o fato de terem atingido a bala o Coronel Moreira César em um combate em meio a travessia do rio Vaza-Barris.

A queda do coronel tem bastante valor simbólico se o pensarmos como uma alegoria da República. O modo como ele julgava negativamente os conselheiristas

⁴⁷ COSTA, Nicola. *Canudos: ordem e progresso no sertão*. São Paulo: Moderna, 1990. p. 36.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 36

e sua visão arrogante que o garantia a certeza da vitória, era compartilhado pelo panteão militar e político republicano. Sua queda, por sua vez, foi um choque que fez muitos se darem conta finalmente da dificuldade da guerra. Se para os sertanejos o episódio pode ter dado gosto de vitória importante e esperança de vitória, a morte do Coronel Moreira César por decorrência do tiro, fez com que a situação de Canudos se tornasse um caso de honra.

A vitória deveria ser alcançada a despeito dos maiores sacrifícios. (...) Era preciso vencer. Repugnava-os, revoltava-os, humilhava-os angustiosamente aquela situação ridícula e grave, ali, no meio de canhões modernos, sopesando armas primorosas, sentados sobre cunhetes repletos de cartuchos – e encurralados por uma turba de matutos turbulentos.⁴⁹

Após a morte de Moreira César, o Coronel Tamarindo assumiu a sua função, porém também morreu em combate. A terceira expedição terminou de maneira totalmente desastrosa com a debandada dos soldados de maneira desorganizada, em fuga.

Oitocentos homens pareciam em fuga, abandonando as espingardas; arriando as padiolas, em que se estorciam feridos, jogando fora as peças de equipamento, desarmando-se, desapertando os cinturões, para a carreira desafogada; e correndo, correndo ao acaso, correndo pelas estradas e pelas trilhas que a recortam, correndo para o recesso das caatingas, tontos, apavorados, sem chefes... (...) E como na maioria os fugitivos evitassem a estrada, desgarraram, sem rumo, errando à toa no deserto, onde muitos, e entre estes os feridos, se perderam para sempre, agonizando e morrendo no absoluto abandono.⁵⁰

Desse modo, a terceira expedição ainda contribuiu com o fortalecimento do inimigo, já que Canudos se aproveitou de todo o espólio deixado para trás. Com isso, os objetivos da expedição de Moreira César foram totalmente frustrados. Nem nas piores premonições poderia se indicar que o desastre seria tão grande. No entanto, essa humilhação tinha que ser vingada, o que fez com que a pressão e expectativa acerca da quarta expedição fossem enormes. Era preciso vencer em nome de todos os militares que morreram, de todo o dinheiro e armamento investidos e principalmente em nome da República. Era uma questão de honra para o governo militar republicano ganhar a guerra, pois isto significaria simbolicamente bastante coisa. Seria a autoafirmação republicana como sistema

⁴⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2.ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975, p. 270-271.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 274.

político em oposição à monarquia representada por Conselheiro e seus seguidores. Era necessário vencer e mostrar que o poder republicano era mais forte que os dissidentes. Além disso, era fundamental recuperar aquele território perdido, retirá-lo de seu descompasso temporal e torná-lo de acordo com a ordem do progresso e da civilização.

Com isso, a quarta expedição foi organizada através de grande comoção nacional, pois agora o país inteiro se interessava pelo o que estava acontecendo nos confins da Bahia. A quarta e última investida contra Canudos foi comandada pelo general Artur Oscar, comandante do 2 Distrito Militar de Recife. É interessante que esse foi o momento em que dado o modo como a guerra vinha acontecendo, aumentou-se a crença que os sertanejos estavam sendo de fato ajudados por monarquistas. Isto só contribuía com o clima de necessidade de salvação da República que imperava entre os envolvidos na guerra.

Foram reunidos na Bahia vinte batalhões de vários estados, somando um total de 5400 homens. O grupo foi dividido em duas colunas – uma primeira ficou sob o comando do general Savaget e partiu de Aracaju rumo a Jeremoabo, na Bahia, de onde atacaria Canudos; a segunda ficou sob o comando do general Silva Barbosa e seguiu até Queimadas, de onde marcharam até Monte Santo. É curioso o fato de que segundo Euclides da Cunha, os expedicionários viam a capital baiana como uma espécie de extensão de Canudos, no quesito apoio à monarquia. Com isso, era evitada a estada do exército em Salvador para evitar episódios como o descrito abaixo:

(...) os oficiais de um batalhão, o 30, levaram a dedicação pela República a um assomo iconoclasta. Em pleno dia tentaram despedaçar, a marretadas, um escudo em que se viam as armas imperiais, erguido no portão da alfândega velha.⁵¹

A quarta expedição apresentou 750 mil quilos de munições e mantimentos. Havia também a disposição um canhão Withworth que pesava 1.700 quilos e mais doze canhões menores. Alguns problemas foram enfrentados em relação ao abastecimento das tropas, ademais foram necessários 3 meses para instrução das mesmas para a guerra. Isto facilitou o lado dos jagunços, pois permitiu que eles também se preparassem. Quando finalmente tudo estava pronto as duas colunas de combatentes marcharam rumo ao arraial.

⁵¹ *Ibidem*, p. 289.

Como não poderia deixar de ser, a resistência sertaneja foi enorme. Inúmeros ataques de ambos os lados ocorreram, transformando a cidade num amontoado de ruínas. O reforço constante homens do Exército no decorrer da quarta expedição não intimidava a resposta dos jagunços. No entanto, apesar da bravura dos beatos, a força militar que no passado só havia colecionado episódios vergonhosos de derrota, conseguiu finalmente no dia 19 de julho 1897 tomar o arraial. Inicia-se a partir daí a fase final da guerra com o sufocamento do Exército sendo cada vez mais forte, assim como a selvageria da guerra. O espírito da vingança permeava os combatentes republicanos.

Aquilo não era uma campanha, era uma charqueada. Não era a ação severa das leis, era a vingança. Dente por dente. Naqueles ares pairava, ainda, a poeira de Moreira César, queimado: devia-se queimar. Adiante, o arcabouço decapitado de Tamarindo: devia-se degolar. A repressão tinha dois polos – o incêndio e a faca.⁵²

A partir do momento que o arraial foi tomado, a destruição e a violência se tornaram cada dia piores. Para piorar o sentimento de desespero e de inevitável derrota, Antônio Conselheiro foi encontrado morto no dia 2 de setembro de 1897. Assim como a morte de Moreira César, a imagem de Conselheiro morto carrega um enorme significado simbólico. Sua morte serve como prelúdio do fim da guerra e simbolicamente indica que a derrota por parte dos conselheiristas era iminente.

O assalto final se deu no dia 1 de outubro e no dia seguinte se entregaram cerca de 300 pessoas. Na maioria, mulheres, crianças e velhos que espantavam pela resiliência que lhes permitiu aguentar por tanto tempo sobreviver em meio as casas destruídas, tiros, bombardeios e incêndios, fora a dificuldade no abastecimento de água e alimentos. No dia 5 de outubro, finalmente foram combatidos os últimos resistentes: um velho, dois homens e uma criança.

O corpo de Antônio Conselheiro, que ainda não havia sido encontrado pelos militares foi desenterrado e fotografado. Era necessário dar a certeza que o maior inimigo da República havia morrido e que o perigo havia acabado. Posteriormente, a cabeça de Conselheiro foi cortada e enviada para o Rio de Janeiro a fim de que seu cérebro fosse examinado.

⁵² *Ibidem*, p. 444.

A vitória das tropas do Exército representou a afirmação da República como o sistema político vigente deixando claro o recado de que movimentos dissidentes não seriam tolerados. O fantasma do retorno da monarquia representado por Conselheiro e seus seguidores havia sido finalmente espantado. Do mesmo modo, o massacre ocorrido com a campanha militar em Canudos representou a vitória dos ideais do progresso e da civilização.

Na luta entre o litoral e o sertão, venceu o representante das instituições, da oficialidade, da cultura, da política, da ordem, da história e da presença humana. Porém, a bravura e a resistência sertaneja entraram para a memória nacional devido às brilhantes e inesperadas vitórias. O papel de Euclides da Cunha para isso foi fundamental ao escrever sua obra prima, fruto do seu trabalho como correspondente da guerra para *O Estado de São Paulo*. A leitura de *Os Sertões* deixa clara como a vitória republicana teve gosto de derrota ao mesmo tempo, devido às atrocidades cometidas contra uma população julgada erroneamente como inimigos da nação e que foi injustamente massacrada. O tratamento reservado a Conselheiro e seus seguidores exprime o modo como eram vistos negativamente e como a República lidava com aqueles que do seu ponto de vista relutavam em andar nos trilhos rumo ao progresso e à civilização.

Com o fim da campanha de Canudos, os soldados combatentes oriundos dos mais diversos estados se dirigiram rumo à capital do país. A chegada desses homens tornou-se um problema no que tangia onde colocar esses oficiais haja visto que a cidade do Rio de Janeiro passava por um gravíssimo problema habitacional. Com isso, a solução encontrada pelas autoridades foi permitir que se instalassem provisoriamente nos morros de Santo Antônio e da Providência, ambos no centro da cidade.

A chegada dos ex-combatentes a esses morros coincidiu com o início da habitação de um lugar que até então não era utilizado como tal. A vinda desses soldados deu-se no momento em que as montanhas da região central do Rio de Janeiro passaram a ser vistas como opção de moradia devido ao recrudescimento na perseguição e destruição dos cortiços, até então o *locus* da pobreza na cidade.

Ao chegarem no morro da Providência, em 1897, os praças, não se sabe exatamente se devido a existência da planta favela no morro carioca ou se por terem aludido ao morro da Favela existente no arraial de Canudos, passaram a chamá-lo dessa forma. Com isso, embora cronologicamente o morro da Favela

não tenha sido a primeira favela carioca, pois o morro de Santo Antônio já vinha sendo habitado desde um pouco antes há uma ligação inegável e factual entre sertão e favela.

A gênese da favela carioca está diretamente vinculada a Canudos pelo fato de seus primeiros moradores terem sido ex-combatentes da guerra e de que a mais célebre e importante favela da Primeira República, aquela que teve seu nome substantivado e que a partir da década de 20 passou a designar todos os outros morros como favela⁵³, teve seu nome criado por esses primeiros habitantes militares. Desse modo, embora distantes geograficamente, a favela está atrelada indiscutivelmente ao sertão em sua história.

⁵³ Cf: MATTOS, Romulo Costa. *A “Aldeia do Mal”: o Morro da Favela” e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (mestrado em História) – UFF, 2001.

Capítulo 2 - Rio de Janeiro: capital da República e da exclusão.

Ao descrever a flora sertaneja na primeira parte de *Os sertões*, Euclides da Cunha descreve a planta favela da seguinte forma:

as favelas, anônimas ainda na ciência – ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos tabaréus – talvez um futuro gênero cauterium das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa. Por um lado, a sua epiderme ao resfriar-se, à noite, muito abaixo da temperatura do ar, provoca, a despeito da secura deste, breves precipitações de orvalho; por outro, a mão que a toca, toca uma chapa incandescente de ardência imaturável.⁵⁴

Além de nomear a planta encontrada no sertão nordestino, a palavra favela passou a denominar o morro da Providência a partir do estabelecimento dos ex-combatentes de Canudos no Rio de Janeiro em 1897. Como dito, isto se deveu à necessidade de abrigar os ex-combatentes da campanha de Canudos, o que se tornou dificultado pela grave crise habitacional ocorrida desde meados do século XIX pela capital da República. Todavia, não há total concordância quanto a isto.

Segundo, Henrique Dias da Cruz⁵⁵, a atitude de habitar o morro da Providência foi tomada pelas vivandeiras dos soldados, que eram as mulheres responsáveis por acompanhar as tropas a fim de vender comestíveis. Como elas não podiam ficar no pátio do Quartel-General com os praças, viram como opção se estabelecerem no morro da Providência, próximo ao local. Além disso, teria sido também por causa dessas mulheres que o morro teria passado a ser chamado de morro da Favela e o autor ainda afirma que o oratório existente até hoje no topo do morro teria sido construído “para abrigar a imagem de Cristo que pertencera a Antônio Conselheiro e que, após a tomada de Canudos, fora trazida para o Rio”.⁵⁶ Já na versão defendida por Carlos Alberto de Medina, os soldados sobreviventes da campanha contra Canudos, decidiram vir à capital da República reivindicar seus direitos como promessas oficiais e soldos atrasados.⁵⁷

⁵⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2 ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p.40.

⁵⁵ APUD CRUZ, Henrique Dias da; Zylberberg, Sonia (Org.). Morro da Providência: memórias da “favela”. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.v.1. (Coleção Memória das Favelas). p.55

⁵⁶ Ibidem, p.55.

⁵⁷ APUD MEDINA, Carlos Alberto; Zylberberg, Sonia. *Op. Cit.*, p. 55.

De qualquer forma, todas as versões que tentam explicar de que maneira deu-se o início da habitação do morro da Providência, vinculam a chegada dos ex-combatentes de Canudos a esse acontecimento⁵⁸. Este vínculo, por sua vez, torna possível aproximar de maneira concreta e factual favela e sertão, embora deva-se ter em mente que os militares não foram os primeiros habitantes do morro da Providência haja visto a existência de moradores oriundos da destruição do maior cortiço da cidade, o Cabeça de Porco, que ficava bem no sopé do morro. Ademais, o morro da Favela, também não é defendido como a primeira favela carioca pois há indícios da existência de barracões um pouco antes no morro de Santo Antônio.

2.1. A ocupação dos morros no século XIX.

A ocupação deste morro remonta aos primórdios da cidade quando lá foi construído pelos franciscanos o Convento de Santo Antônio no século XVII. O século XIX, por sua vez, foi o momento em que passou a ser habitado. Suspeita-se de que essa atitude tenha sido tomada já em meados do século⁵⁹, bem no começo da crise habitacional. No final do Oitocentos adicionaram-se a esses moradores os ex-combatentes da Revolta da Armada (1893-1894) e os da campanha de Canudos (1896-1897). Por decisão das autoridades, estava permitida a permanência dos militares provisoriamente no morro. Entretanto, já em abril de 1897, quando nem havia terminado a guerra de Canudos, a Prefeitura demonstrava preocupação com essa situação.

De 1898 a 1901, um comissário de higiene alertou por diversas vezes as autoridades acerca do crescimento desordenado do número de habitações no morro de Santo Antônio. Os apelos do funcionário foram ignorados, até que a imprensa noticiou em 1901 que estava surgindo “um bairro novíssimo”⁶⁰. Não

⁵⁸ Apesar de todos os trabalhos sobre o surgimento das favelas cariocas, vincularem o surgimento do Morro da Favela aos retornados de Canudos, não existe, segundo Maurício de Almeida Abreu, documentos oficiais que comprovem a autorização das autoridades para a permanência dos soldados no morro da Providência. Somente em relação ao morro de Santo Antônio há documentos oficiais que comprovam isso. Cf: ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma história esquecida: ordem e expansão inicial das favelas do Rio. Espaço e Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, 1994. p.36

⁵⁹ O historiador Mauro Amoroso afirma em sua dissertação que há a comprovação de moradias no morro de Santo Antônio em 1865. Cf: AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. 2006 Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006. p. 77.

⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 14/10/1901.

demorou muito para que o prefeito Xavier da Silveira tomasse a atitude de ir ao morro ver com seus próprios olhos o local.

O morro da Providência, que já teve vários nomes⁶¹, passou a ser chamado como tal por volta de 1850. Na verdade, a parte chamada Providência relacionava-se a parte mais próxima ao morro do Pinto, enquanto a parte que se limitava com o morro da Conceição ficou conhecida como Livramento. Assim como o nome, o próprio formato do morro, sua aparência, suas funções e seus moradores mudaram bastante entre meados do século XIX e início do século XX.

Em conjunto com os morros vizinhos da Conceição, do Pinto, da Saúde, de São Diogo e de São Bento, o morro executou um papel importante na cidade não sendo possível dissociá-los da história do Rio de Janeiro. Até o final do século XIX, a capital republicana era dividida em freguesias e as de Santa Rita e de Santana, as duas as quais a montanha fazia parte, continham cerca de 20 a 30% da população.

A aglomeração local pode ser explicada pelo fato dessas freguesias fazerem parte da região portuária da cidade. Ali localizavam-se os depósitos e armazéns dos produtos que entravam e saíam, assim como os trapiches. A região era marcada pela grande movimentação de trabalhadores do porto e carregava uma forte herança negra, haja visto a existência durante bastante tempo do mercado de escravos do Valongo e do cemitérios de escravos novos. Ali também se tratava da parte da cidade onde se aglomeravam em maior número as habitações coletivas, chegando a serem contadas 27 numa rua só⁶².

A partir da década de 1840, a encosta do morro voltada para o atual Campo de Santana começou a ser explorada pela pedreira da Providência⁶³. A exploração das pedreiras nos morros tornou-se comum devido à expansão da cidade que criou a necessidade de grandes quantidades de materiais de construção. Com isso, a feição do morro da Providência foi alterada definitivamente com a criação de um despenhadeiro. Há a hipótese de que alguns moradores do Cabeça de Porco eram

⁶¹ O morro já se chamou Paulo Caieiro, da Formiga, Livramento, Valongo, Santana e São Lourenço.

⁶² Zylberg, Sonia (Org.). *Morro da Providência: memórias da "favela"*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.v.1. (Coleção Memória das Favelas). p. 51

⁶³ Os moradores do morro da Providência tiveram que conviver com a exploração da pedreira até a década de 1970.

trabalhadores da pedreira, supõem-se com isso que talvez o cortiço tenha surgido a partir do início das atividades no morro⁶⁴.

A exploração da pedreira criou a abertura de dois caminhos: o da Formiga (atual rua Eboíno Uruguai) e a rua da Providência (atual Rego Barros). Estes acessos, juntamente com outras duas ladeiras abertas na década de 1860, a do Barroso e a de São Lourenço, (do Faria, a partir de 1867), segundo Sonia Zylberberg, podem indicar que as encostas do morro da Providência já vinham sendo habitadas antes mesmo da demolição do Cabeça de Porco, “talvez por trabalhadores das pedreiras próximas e da própria estrada de ferro⁶⁵, entre outros”.⁶⁶

Porém, somente com a demolição do cortiço Cabeça de Porco, em 1893, que o tornou o morro o novo endereço das famílias sem moradia às quais juntaram-se os praças da campanha de Canudos, em 1897, é que o morro passou a ter um número de habitantes considerável. É interessante ressaltar que a legislação que regulava a construção e reformas de prédios liberava as construções desde que “ainda não tivessem habitações e mediante licença.”⁶⁷ No caso dos morros que vimos até o momento, somente os militares retornados se encontravam dentro deste critério.

Segundo Lícia Valladares, há indícios da existência de barracões na Quinta do Caju, Mangueira e Serra Morena⁶⁸. O povoamento dessas áreas teria começado em 1881 e tanto na Quinta do Caju quanto na Mangueira, os primeiros habitantes seriam imigrantes portugueses, espanhóis e italianos. Neste caso, por exemplo, ao que tudo indica houve autorização para o estabelecimento nos morros, algo que talvez fosse até incentivado pelas autoridades, por serem locais mais ventilados e menos propícios às infestações da época. Não à toa, durante o ápice das epidemias os mais ricos se dirigiram ao morro de Santa Tereza e ao Outeiro da Glória, áreas mais distantes do centro empestado.

Apesar da aprovação das habitações nos morros ter sido restrita e clara quanto a quais casos se destinava, com a crise habitacional, os morros se tornaram alvos

⁶⁴ VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, v.1, n.2, p. 31.

⁶⁵ A estrada de ferro refere-se à Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil.

⁶⁶ ZYLBERBERG, Sonia. (Org.). *Morro da Providência: memórias da “favela”*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.v.1. (Coleção Memória das Favelas). p. 47.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 25.

⁶⁸ A localidade Mangueira mencionada não é a famosa favela carioca, e sim uma encosta localizada em Botafogo.

da população mais pobre. Assim como o morro de Santo Antônio e o da Providência, que, como já mencionado, eram habitados antes do final do século XIX, outras montanhas também parecem ter sido alvo. Segundo um relatório de 1865, “(...) há uma parte de nossa população pobre, que, fugindo do centro da cidade (velha) onde as casas são mais caras, vai habitar os arrabaldes ou mesmo as montanhas situadas no coração da cidade.”⁶⁹ Em 1881, outro relatório, este destinado a informar sobre a situação dos cortiços, referindo-se ao morro do Trapicheiro na Tijuca, diz que “no morro existem 5 casebres contíguos e 8 mais acima, onde mal penetra ar e luz através de uma abertura estreita e baixa a que lhes servem de entrada.”⁷⁰

2.2. A crise habitacional na cidade do Rio de Janeiro.

A existência de barracos nos morros durante o século XIX, antes mesmo do surgimento das favelas, indicava uma exceção, já que, no geral, a população pobre morava nas habitações populares. De todo modo, essas improvisações se tornaram necessárias devido a grande crise habitacional vivida pela capital da República a partir da década de 1850. Dessa década em diante, a cidade apresentou um crescimento populacional sem precedentes. Para se ter uma ideia, em 1856 havia 151.700 habitantes enquanto em 1900 o contingente populacional era de 691.565 pessoas.⁷¹ Esse enorme aumento no número de habitantes criava demandas difíceis de serem satisfeitas, a principal delas foi a habitacional. Na prática, havia gente demais e moradia de menos, um problema que só se agravou com o tempo.

Segundo Lillian Fessler Vaz, o panorama da cidade do Rio de Janeiro era o da substituição do trabalho escravo pelo assalariado, da formação de mercados e da mercantilização de bens, da decadência da cafeicultura fluminense, do desenvolvimento do setor secundário e terciário da economia e da definição de novas categorias sociais e da substituição das elites no poder com a proclamação da República em 1889. Além disso, esse foi o momento da modernização dos

⁶⁹ ABREU, Maurício de Almeida; VAZ, Lillian Fessler. Sobre a Origem das favelas. IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1991, Salvador. p.486.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 487.

⁷¹ ZYLBERBERG, Sonia. (Org.). *Morro da Providência: memórias da “favela”*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.v.1. (Coleção Memória das Favelas). p. 50.

serviços públicos com o surgimento dos sistemas de transporte coletivo (bondes puxados a burro e estradas de ferro), de esgoto, de abastecimento de água, telégrafo, iluminação à gás, telefone, energia elétrica, etc.⁷²

Dentre as mudanças apontadas acima, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado destaca-se pela contribuição com o crescimento populacional. Com o fim da escravidão, uma grande leva de ex-escravos que trabalhava na lavouras do Vale do Paraíba se direcionara para a capital juntando-se ao restante da população também composta em boa parte por ex-cativos. Além destes, havia também um grande número de migrantes e imigrantes.

O grande contingente populacional formado ao longo das décadas do século XIX se estabelecia principalmente no centro da cidade devido ao fato de ali se encontrarem maiores oportunidades de trabalho. É importante ter em mente que o modo de ganhar a vida era bem mais instável nessa época, haja visto as poucas opções de emprego fixo e formal. Desse modo, o ganha pão era conquistado dia após dia na execução das mais diversas funções pela cidade. O centro reunia o maior número de possibilidades de sobrevivência por demandar trabalhadores devido a alta circulação diária de um grande número de pessoas por suas ruas.

João do Rio em uma reportagem descreveu quais eram as “profissões de misérias” executadas pelos pobres. Havia os trapeiros, que coletavam trapos limpos ou sujos; os papeleiros; os cavaqueiros, que reviram o lixo atrás de objetos vendáveis; os caçadores de gatos, que os vendiam para os restaurantes que os revendiam como coelhos; os coletores de botas e sapatos; os apanha rótulos e selistas, que iam atrás de rótulos de itens importados e selos de charutos caros a fim de vendê-los aos falsificadores; os ratoeiros, que compravam os ratos vivos ou mortos para revendê-los à Diretoria de Saúde; as “ledoras” de mão, os tatuadores, entre tantos outros.

Além disso, a cidade do Rio de Janeiro passou por surtos de industrialização que tiveram como resultado o surgimento no centro da cidade e nas suas imediações, de inúmeros pequenos estabelecimentos industriais que absorviam, no entanto, grande força de trabalho. Com isso, o centro da cidade constituía o maior mercado de trabalho da cidade. A dependência da centralidade se agravava ainda mais pela precariedade do transporte em direção ao subúrbio, o que tornava

⁷² VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v.24, n.127, 1994. p.587.

bastante oneroso se deslocar pela cidade diariamente e fazia com que a população trabalhadora não tivesse outra escolha.

Dito isto, não é de se espantar que tenha sido no Centro que se multiplicaram as habitações populares. Dentre as possibilidades de habitação no século XIX na cidade do Rio de Janeiro, encontrava-se a moradia no próprio local de trabalho provisionada pelos patrões e que indicavam o não rompimento com a unidade trabalho/moradia. Aqueles que não tinham essa opção encontravam inúmeras outras. Por exemplo, uma das práticas mais comuns nos períodos de crise habitacional era alugar quartos de uma casa particular para terceiros. Além disso, havia as estalagens, que eram grupos de pequenas casas térreas enfileiradas, de dimensões, compartimentos e demais elementos reduzidos ao extremo e as casas de cômodos, que eram casas subdivididas internamente, ambas a fim de serem alugadas. Havia ainda as avenidas, espécies de cortiços melhorados, os chalés de madeira e os casebres.

Para se ter um noção do quão alarmante era a situação habitacional da cidade, até mesmo espaços como o sótão e o porão era utilizados como moradia. No entanto, no geral, quando se pensa o problema da falta de local para se morar no Rio de Janeiro do século XIX, a habitação popular que vem à tona é o cortiço. Segundo o regulamento municipal de 1906, o mesmo se tratava de

Construção proibida pela Prefeitura. É uma habitação coletiva, geralmente constituída por pequenos quartos de madeira ou construção ligeira, algumas vezes instalados nos fundos de prédios e outras vezes uns sobre os outros; com varandas e escadas de difícil acesso; sem cozinha, existindo ou não pequeno pátio, área ou corredor, com aparelho sanitário e lavadeira comum. Também se considera cortiço m prédio de construção antiga, onde clandestinamente são construídas divisões de madeira (construção proibida pela Prefeitura), formando quartos ou cubículos, sem mobília, que muitas vezes se estendem aos sótãos, forros, porões, cozinhas, despensas, banheiros, etc e habitados geralmente por indivíduos de classe pobre e com o nome de casa de alugar cômodos, sem direção, onde também há lavanderia e aparelhos sanitários internos ou externos, em número insuficiente não havendo banheiros e cozinhas.⁷³

⁷³ VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 24.

O protagonismo assumido pelo cortiço talvez se deva a existência de uma tendência em considerar como tal todos os outros tipos de habitação coletiva, além do fato de terem existido em grande quantidade pela cidade e finalmente, pela memória deixada pelo célebre Cabeça de Porco, cuja destruição ordenada pelo prefeito Barata Ribeiro, em 1893, gerou enorme repercussão. Isto se deveu por esse ter sido um cortiço considerado até então intransponível pelas autoridades. Havia quem dissesse que o próprio Conde D'Eu, marido da Princesa Isabel, fosse um dos proprietários. Essa informação nunca foi confirmada mas é bastante estipulada até hoje como um dos motivos que mantiveram o Cabeça de Porco em pé por tanto tempo.

2.3. Cabeça de Porco: a “semente” da favela.

O seu curioso nome devia-se a uma enorme cabeça de porco existente no arco central da entrada. As arcadas com cabeças de animais eram comuns nas entradas das propriedades antigas da cidade, como os solares e chácaras. Por isso, talvez o cortiço tivesse sido uma dessas construções anteriormente. As informações a respeito do Cabeça de Porco são poucas e muitas vezes não confiáveis. O número de moradores existentes, por exemplo, é apontado entre 2000 e 4000 pessoas no seu auge.⁷⁴ Quanto a isso, não há como se ter certeza, embora tudo indica que se tratava do maior cortiço da cidade no fim do século XIX.

Na prática, o Cabeça de Porco parecia mais um bairro do que qualquer outra coisa, devido a grande quantidade de moradores, de compartimentos direcionados à moradia – dos mais diversos tipos e qualidades – e a uma ativa dinâmica interna com inúmeras pessoas circulando no seu dia a dia. Além disso, havia, por exemplo, um “grande número de cocheiras com animais e carroças, galinheiro e um armazém”⁷⁵. Uma reportagem posterior à sua demolição informava a existência até de uma barbearia e de oficinas de remendar sapatos.⁷⁶

A população era descrita como composta pelos piores tipos possíveis. O cortiço seria o antro dos ladrões, meretrizes, assassinos e capoeiras. Estes últimos

⁷⁴ VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, v.1, n.2, p. 30.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 31.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 31

merecem destaque especial pois, segundo fontes⁷⁷, foi justamente o fato do cortiço se tratar um reduto de capoeiras que afastou durante algum tempo a possibilidade da destruição do Cabeça de Porco. Afinal, esses formavam um grupo temido graças à fama de criminosos violentos. Quando a investida a fim da demolição do cortiço teve início, um grande número de capoeiras havia sido deportado para a prisão em Fernando de Noronha por ordem do chefe de polícia Sampaio Ferraz, o que talvez explique o sucesso na execução dos planos da Prefeitura.

O pretexto oficial utilizado pelas autoridades municipais para dar fim ao cortiço foi a proposta de prolongamento de ruas da região e a abertura de um túnel (atual túnel João Ricardo). Na prática, havia grande interesse das autoridades em obter terrenos para construção num local de grande valor - o centro da cidade - num contexto de grande especulação imobiliária devido à crise habitacional. Em 21 de janeiro de 1893, os proprietários receberam a intimação para que eles mesmos demolissem seus prédios, no prazo de cinco dias, com a desculpa de que se tratavam de construções em estado ruinoso e sem licença para existirem. Com a recusa em acatar a ordem, exatamente cinco dias depois, inicia-se a destruição do cortiço.

Desse episódio destacam-se duas consequências: a primeira diz respeito ao fato de que mesmo em meio a uma grave crise de moradia a prefeitura tenha tomado a iniciativa de demolir a maior habitação popular da cidade, deixando sem ter onde morar um grande número de pessoas. Esse episódio mostra a lógica das autoridades de repulsa às classes populares que habitavam as construções coletivas, não se importando em providenciar a construção de casas para esses desabrigados. A segunda é o fato de que o próprio prefeito Barata Ribeiro permitiu que os moradores retirassem as madeiras oriundas da demolição a fim de que fossem reutilizadas em suas novas moradias. Há indícios de que alguns moradores imediatamente após ficarem sem ter onde morar aproveitaram o material disponível e construíram barracões no morro da Providência. Neste

⁷⁷ Lilian Fessler Vaz afirma que, segundo um antigo morador da vizinhança, o cortiço era “(...) quartel-general dos capoeiras de antanho (...) protegido com firmeza pelos magnatas da política local que não compreendiam um político as direitas sem um razoável grupo de capangas ou guarda-costas.” Cf: VAZ, Lilian Fessler Vaz. *Op. Cit.*, p. 30.

sentido, o cortiço Cabeça de Porco teria sido uma espécie de “semente da favela”.⁷⁸

A perseguição sofrida pelo maior cortiço da cidade refletiu interesses escusos das autoridades de aproveitamento do lucro com o aproveitamento do terreno vago em construções futuras com preço valorizado. Além disso, estava em voga a associação dos cortiços com a insalubridade, que era considerada fator agravante para as epidemias que assolavam a cidade recorrentemente a partir da segunda metade do século XIX.

2.4. Cidade febril: discurso de higiene e exclusão social.

O Rio de Janeiro passou boa parte do Oitocentos livre de epidemias. A partir da década de 1850, todavia, a cidade passou a enfrentar os terríveis surtos de febre amarela, além da cólera, da varíola e da tuberculose também atormentarem os moradores e as autoridades em menor proporção. Somente no verão de 1849/1850, um terço da população contraiu febre amarela resultando em 4.160 mortos⁷⁹. Até mesmo o imperador dom Pedro I e sua esposa, a imperatriz Tereza Cristina foram atingidos pela doença na mesma epidemia, tendo inclusive perdido seu filho de um ano e meio, também vítima da febre amarela.

O ineditismo da doença até então gerou inúmeras especulações acerca dos motivos de sua existência. Havia a visão religiosa que compreendia a epidemia de febre amarela como castigo divino, em que o vômito preto seria “o anjo da morte que Deus enviou a esta cidade, (...) o enviado da justiça de Deus”⁸⁰. Por outro lado, havia a visão científica que se dividia entre os que achavam que a doença era transmitida pelo contágio e os que defendiam a transmissão através de infecção.

Foram os infectologistas que “produziram arcabouço ideológico básico às reformas urbanas”.⁸¹ A Comissão Central de Higiene, criada em 1850 e transformada posteriormente em Junta Central de Higiene, era responsável por aconselhar e formular as políticas higienistas que deveriam ser postas em prática pelo governo imperial. No geral, o entendimento era de que as doenças se

⁷⁸ VALLADARES, Lícia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013. p. 23.

⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996. p.61.

⁸⁰ *Ibidem.*, p. 62.

⁸¹ *Ibidem.*, p. 65.

proliferavam devido a negligência em relação à questão da higiene e da limpeza na cidade.

Os infectologistas acreditavam que havia um veneno ou foco de infecção que causava as doenças. A princípio julgou-se que esse tal veneno ou foco de infecção seria exclusivo ao Rio de Janeiro, porém a manifestação de epidemias de febre amarela em Salvador e outras cidades litorâneas ao mesmo tempo, fez com que a ideia de que a doença se tratava de um “mal da cidade” tenha caído por terra.

Com isso, fez-se necessário mudar as estratégias de investigação das causas da febre amarela. Ao perceberem que a população negra, no geral, era menos vitimada que os brancos, passou-se a cogitar que os navios negreiros seriam os responsáveis por trazer o “veneno” para a cidade. Com isso, Sidney Chalhoub levanta a hipótese de que as epidemias de febre amarela e a teoria de que o vetor da doença seria trazido pelos tumbeiros influenciou no convencimento dos parlamentares brasileiros em ceder de vez à pressão britânica em dar fim ao comércio de escravos⁸². Além disso, havia o entendimento religioso que julgava que as epidemias seriam um castigo divino enviado à cidade em resposta a crueldade imposta pela escravidão.

Segundo os médicos sanitaristas brasileiros envolvidos nas investigações, os africanos resistiam melhor às epidemias por terem se aclimatado a ele em suas regiões de origem, enquanto, por outro lado, os imigrantes europeus recém chegados sucumbiam facilmente ao flagelo por não terem desenvolvido a aclimação.

A partir da década de 1870, quando a questão epidêmica se torna obsessiva e o principal problema de saúde pública da cidade, algumas mudanças importantes ocorreram menos na concepção do que causaria a febre amarela e mais no que fazer para solucionar o problema. Desse momento em diante os cortiços substituem os navios negreiros como alvo principal dos sanitaristas que passam a identificá-los como foco das doenças que assolavam a cidade, incluindo a temida febre amarela.

O sanitarista Pereira Rego, afirmou ser capaz de

determinar com precisão que os primeiros casos de febre amarela no surto de 1873 haviam ocorrido em quarteirões onde os esgotos andavam entupidos e as condições de habitação eram

⁸² CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996, pp. 71-72.

mais precárias; fora supostamente a partir desses pontos que a moléstia se espalhou para o porto e outras partes da cidade.⁸³

Com isso, a partir da década de 1870 deu-se início a condenação das habitações populares, consideradas como responsáveis pelas epidemias a partir da insalubridade existente em seu interior. A perseguição teve os cortiços como principal foco e a intenção era erradicar a sua existência. Para atingir esse objetivo, a ação do Estado direcionou-se para a restrição da construção de novas moradias desse tipo, além da proibição de melhorias na estrutura que visavam que a deterioração dos cortiços agisse por expulsar os moradores por motivo de força maior, sem a necessidade da intervenção direta das autoridades. Além disso, foram determinadas normas higiênicas e se tornou comum a fiscalização dos recintos a fim de analisar a assepsia local.

É interessante observar que a ideia de que a erradicação das epidemias dependia do desaparecimento das habitações populares, segundo Chalhoub, tem a ver com a política de imigração europeia incentivada pelo governo imperial a fim de substituir a mão de obra escrava africana pelos trabalhadores assalariados europeus. Os altos índices de mortalidade de imigrantes recém chegados dificultaram o processo de substituição. Este, portanto, seria mais um motivo que tornava fundamental dar fim ao *locus* da epidemia. Ademais, havia o interesse do setor imobiliário que se favorecia diretamente com a desapropriação e destruição dos cortiços que se localizavam muitas vezes em excelentes localizações. Os terrenos livres davam lugares a novas construções, vendidos por preços exorbitantes que fizeram com que a cidade passasse por um processo de forte especulação imobiliária.

Os empresários da área habitacional também souberam tirar proveito da situação a partir do incentivo à construção de vilas de casas higiênicas e baratas destinadas aos trabalhadores. A ideia era de que o estado imperial cedesse a concessão para os construtores escolhidos que, por sua vez, se responsabilizariam pelas obras. Segundo afirma Lillian Fessler Vaz, as construtoras recebiam a concessão para desapropriar “prédios e terrenos necessários à realização de projetos, a isenção de impostos durante vários anos e das taxas de alfândega para

⁸³ *Ibidem*, p. 88.

importação de materiais de construção”.⁸⁴ Deste modo, tornou-se vital para esses empresários o convencimento da sociedade dos malefícios da existência das habitações populares, o que fez com que eles se apropriassem do discurso higienista a fim de ressaltar os aspectos negativos dessas moradias.

O discurso de higiene foi elaborado e disseminado por autoridades sanitárias, engenheiros, médicos, imprensa e empresários do setor habitacional. As exigências feitas visando a implantação de um novo padrão de moradia na cidade do Rio de Janeiro eram muitas. Era necessário ter uma habitação limpa, ampla, arejada e bem dividida, possibilitando não só a assepsia como também a ordem, disciplina e moralidade desejadas. Vale lembrar que os cortiços eram condenados não só pelas suas condições de higiene como também pelo comportamento considerado imoral de seus moradores. As brigas entre eles, a bagunça interna, os relatos de crimes envolvendo moradores e a falta de privacidade eram quesitos comuns aos cortiços que serviam de exemplo aos argumentos contrários a sua existência.

Como dito anteriormente, muitos eram os requisitos que as moradias deveriam atender para serem consideradas adequadas. Para tal, era necessário, no entanto, ter dinheiro para construir habitações desse tipo ou contar com a iniciativa do governo. Na prática, porém, poucas habitações foram construídas pela ação governamental, mesmo no auge da destruição de cortiços no período da reforma urbana de Pereira Passos.

A demolição do Cabeça de Porco nesse contexto de perseguição aos cortiços da cidade, foi um marco devido a sua grandiosidade e a espetacularização do episódio feita pela imprensa. Além disso, serviu como recado das autoridades à população no sentido de que a postura a partir daquele momento recrudesceria em relação ao objetivo de dar fim às habitações populares. Nesse sentido, a atuação de Pereira Passos na Prefeitura serve como o melhor exemplo para entendermos essa afirmação, pois foi durante seus anos como prefeito que se empreendeu a maior intervenção urbana que a cidade já tinha visto até então. O intuito da reforma urbana de Passos era o de remodelação e modernização da capital da República, tendo como alvo principal a extinção das habitações populares que configuravam o oposto de seu projeto de cidade.

⁸⁴ VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v.24, n.127, 1994. p.584.

2.5. Rio de Janeiro, a Paris tropical.

A ideia de reformar a cidade não era inédita, em 1882, antes mesmo da proclamação da República, o engenheiro Paulo José Pereira apresentou ao Parlamento um projeto de reurbanização da cidade, inclusive solicitando o “privilégio por trinta anos”⁸⁵ para empreender as obras. A execução da reforma, no entanto, só ocorreu durante o período republicano, logo após a virada do século. A ideia compartilhada entre os envolvidos era a da necessidade de tornar o Rio de Janeiro o cartão postal do país, uma cidade que fizesse jus ao título de sede política, econômica e cultural. Além disso, era necessário dar fim ao seu aspecto colonial. Sendo assim, o esforço de remodelação da cidade estava atrelado ao projeto republicano de civilização e progresso, o que tornava necessário que a capital fosse moderna, sendo um símbolo da República brasileira.

O Rio de Janeiro anterior à reforma carregava grandes marcos ao seu nome. A cidade era o maior centro comercial do país e tinha papel privilegiado na intermediação dos recursos econômicos, oriundos principalmente do café. O porto, por onde boa parte dessa mercadoria era escoada, era o 15 maior do mundo. Além disso, a cidade era sede do Banco do Brasil, da maior bolsa de valores e dos maiores bancos existentes até então. Era o núcleo da maior rede ferroviária do país, que permitia sua comunicação com o restante do país, abrigava o maior centro populacional nacional e era a principal porta de entrada dos estrangeiros, sendo considerada o “maior centro cosmopolita da nação”⁸⁶. Em suma, o Rio de Janeiro era a maior cidade brasileira no sentido econômico, político e cultural.

No entanto, apesar de tamanha magnitude e importância, rapidamente se percebia o anacronismo da cidade em relação a sua estrutura. Entre os inúmeros problemas estavam o próprio porto

que não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. As

⁸⁵ NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Editora Atual, 1991. p.56

⁸⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.28.

áreas pantanosas faziam da febre tifóide, impaludismo, varíola e febra amarela, endemias inextirpáveis.⁸⁷

Segundo Nicolau Sevckenko, “a nova filosofia financeira nascida com a República reclamava a remodelação”⁸⁸. Era necessário dar fim ao aspecto de cidade colonial ainda carregado fortemente pela arquitetura da cidade. Além disso, era preciso mudar não só o aspecto das construções e a largura das ruas, se considerava fundamental remodelar os hábitos da população, fazendo com que esta se alinhasse ao padrão comportamental desejado, o francês. Não à toa, o Rio de Janeiro oriundo da reforma urbana é chamado de Paris tropical. O exemplo francês foi o utilizado nos hábitos e costumes desejados para a população se estendendo ao estilo arquitetônico utilizado nas novas construções.

O projeto de reforma era pautado também na necessidade de dar fim à imagem de cidade insalubre, o que explica porque a atenção das autoridades recaiu bastante sobre as habitações populares que foram extintas em número recorde. A demolição dessas moradias atendia não só à ideologia sanitarista que as condenava como a razão pela qual a cidade era assolada, como também ia ao encontro da ideia de condenação dos hábitos e costumes populares. O centro do Rio deveria ser o antro da civilização e do progresso, sendo frequentado por pessoas que se comportassem de maneira condizente. Com isso, a população pobre moradora dos cortiços, estalagens, pensões, etc, vistas como vadios, malandros, criminosos, gente de comportamento execrável, foi expulsa.

As obras ocorreram durante o governo do presidente Rodrigues Alves, que governou país entre 1902 e 1906. O político foi o responsável pelo convite feito ao engenheiro Pereira Passos para que se tornasse o prefeito da cidade e empreendesse as mudanças necessárias. O convite foi aceito com a condição de que pudesse contar com carta branca, passando por cima da Câmara dos Vereadores, que foi inclusive fechada durante o mandato da Passos.

A trajetória de Pereira Passos antes de assumir a Prefeitura da cidade é interessante, pois nos mostra o poder e influência política que os engenheiros tinham nesse momento na cidade. Passos iniciou seu caminho no Clube de Engenharia desde sua fundação, em 1880. O clube congregava alunos recém formados da Escola Politécnica, que, por sua vez, foi fundada em 1874 e era

⁸⁷ *Ibidem*, p. 28.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 28.

voltada para alunos de engenharia civil. A Escola Politécnica surgiu pela necessidade de formação de mão de obra engenheira e teve grande envolvimento político no movimento abolicionista e republicano.

Os engenheiros da cidade, formados pela Escola Politécnica e posteriormente membros do Clube de Engenharia, desenvolveram um movimento de tomar para si a responsabilidade dos problemas da cidade. Com isso, passaram a fazer parte da consultoria e execução de várias medidas relacionadas às melhorias para a mesma. Quando a Inspetoria Geral de Higiene entregou seu relatório apontando ao ministro do Império os melhoramentos necessários à cidade, o Clube deu a palavra final. Segundo Oswaldo Porto Rocha, isto acontecia sempre nos assuntos relacionados aos problemas urbanos.⁸⁹ Vemos então que a reforma urbana ter sido comandada pela ação de um prefeito engenheiro significa o auge da influência e poder desses profissionais que já vinham fazendo parte do panorama político antes mesmo do sistema republicano.

A reforma urbana embora seja sempre associada quase que exclusivamente a Passos, teve participação do governo federal. A União era responsável pela abertura da Avenida Beira Mar, que ligava Botafogo ao Centro, de uma avenida que ligava o Passeio Público ao Centro, pelo alargamento de uma série de ruas⁹⁰ e pelas importantíssimas obras de revitalização do porto e de abertura das avenidas Francisco Bicalho, Rodrigues Alves e Central.

Esta última, talvez o resultado mais famoso e memorável da reforma, teve sua inauguração, em 1904, como um marco devido a sua grandiosidade estonteante. A construção da avenida a projetou dividida em três áreas: 1) da avenida Beira-Mar até a rua São José, onde ficavam os estabelecimentos públicos, institutos, associações de ensino, auxílio mútuo e beneficentes; 2) da Rua São José até a rua General Câmara, destinada aos armazéns de moda, confeitarias, bancos, etc; 3) no restante da avenida encontrava-se o comércio de grande porte referente à importação e exportação e os grandes bancos referentes a este tipo de atividade.

⁸⁹ Cf: ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Informação Cultural, 1986. pp. 41-45

⁹⁰ As ruas Estácio de Sá, Frei Caneca, Assembleia, Uruguaiana, Carioca e Visconde do Rio Branco foram alargadas para 17m; as ruas Estreita de São Joaquim (atual Marechal Floriano) e Visconde de Inhaúma para 24m e a rua para Mariz e Barros para 14m. Muitas outras ruas foram alargadas, como a Treze de Maio, Acre, Camerino, entre tantas outras. Cf: ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos. p.61.

Para a abertura da avenida, foram derrubados 641 prédios⁹¹ e a visita a Paris feita pelo engenheiro Paulo de Frontin, um dos responsáveis pela grande obra, segundo Rocha, pode ter influenciado o aspecto de alguns trechos da avenida.

A partir de sua inauguração, a avenida Central serviu de vitrine para a nova cidade que tomava forma. Aquele pedaço do centro do Rio era a síntese do que se queria para a cidade como um todo, ou seja, um espaço limpo, moderno, arejado e bonito. A avenida também servia de passarela para que desfilassem os homens e mulheres da cidade bem vestidos e de comportamento concomitante à nova ordem. Por lá também circulavam os automóveis que davam ênfase ao clima de progresso material. Além disso, na avenida se encontravam as melhores lojas, os prédios dos jornais e das grandes companhias, clubes e hotéis. Construídos bem na parte final, os prédios da Escola de Belas Artes, da Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal fechavam com chave de ouro o trajeto que devia deixar em êxtase os pedestres.

O governo municipal se responsabilizou, além da construção dos prédios mencionados acima, pelo alargamento de inúmeras ruas do centro. Além disso, Passos determinou o uso de calçamento asfáltico em várias ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo.⁹² A fim de melhorar o acesso à zona sul, foi construída a Avenida Beira Mar, que ligava a antiga Praia de Santa Luzia ao Mourisco, na praia de Botafogo. No trecho entre a Praia do Flamengo e a de Botafogo foi aberta uma nova avenida, chamada naquela época de Avenida da Ligação, a atual Oswaldo Cruz.

Outros benefícios oferecidos à zona sul foram a integração de Copacabana à Botafogo por meio da perfuração do Túnel do Leme (atual Túnel Velho). Além disso, no mesmo bairro, foi construída a Avenida Atlântica, na época com modestos 6m de largura. O Rio Carioca, que corta Laranjeiras e Flamengo foi canalizado e a Lagoa Rodrigo de Freitas teve parte de sua extensão saneada e determinou-se que o lixo urbano fosse removido pra a Ilha de Sapucaia.

A reforma de Passos destaca-se também por sua preocupação com os adornos. A Praça XV, o Largo da Glória, o Largo do Machado e a Praça São Salvador, entre outras foram agraciadas com estátuas e/ou tiveram seus jardins

⁹¹ ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Informação Cultural, 1986. p.62.

⁹² Esta foi a primeira vez que esse tipo de calçamento era utilizado no Brasil.

cuidados. As ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras foram arborizadas e construíram-se pavilhões arquitetônicos, como os Pavilhões de Regatas e o Mourisco em Botafogo.

É indispensável reservar espaço para o caráter civilizatório da reforma Passos. A remodelação tinha como alvo não só a cidade como seus habitantes. Com isso, temos exemplos que beiram o absurdo como a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos para todas as pessoas. Essa atitude ganha uma dimensão ainda mais importante se levarmos em conta a parte da população que era escrava até poucas décadas antes e que se distinguiam da população, entre outras coisas, por não usarem sapatos. Desse modo, a obrigatoriedade do uso de paletó e sapato indica uma clara intenção de apagar a herança de cidade colonial escravista.

Além disso, houve perseguição às manifestações religiosas e culturais populares, como a proibição das festas de Judas e o combate policial aos candomblés, feiticeiros e curandeiros. Também foi ordenada pela prefeitura uma campanha de caça aos mendigos, que, na verdade, se estendia a quaisquer grupos marginalizados da cidade. O carnaval igualmente não escapou, sendo desejado que a partir de então fosse marcado pelos pierrôs, colombinas e arlequins, com “emoções comedidas”⁹³. A fim de garantir que isso acontecesse, as autoridades impuseram restrições às fantasias – principalmente a de índio – e se passou a fiscalizar o comportamento dos foliões.

A repercussão de mudanças tão radicais foi de dois tipos. Havia o deslumbramento e empolgação com os rumos que a cidade tomava. Era como se finalmente o Rio de Janeiro tivesse entrado nos eixos, encontrado o caminho do progresso e da civilização e desse orgulho fazer parte daquele momento andando pela cidade com cheiro de tinta. Isto fica claro quando lemos a opinião de Olavo Bilac acerca das obras:

O Brasil entrou – e já era tempo – em fase de restauração do trabalho: a higiene, a beleza, a arte o ‘conforto’ já encontraram quem lhes abrisse as portas dessa terra, de onde andavam banidos por um decreto da Indiferença e da Ignorância coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar e já está passando por uma transformação radical: a velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados.⁹⁴

⁹³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 33.

⁹⁴ *Apud* Olavo Bilac; Sevcenko, Nicolau, *Ibidem*, p.30.

Por outro lado, havia quem achasse a reforma desnecessária e fajuta, como se a cidade estivesse vivendo uma grande ilusão na tentativa de realizar seu sonho de se tornar uma Paris tropical. Com a palavra de Lima Barreto, nos damos conta de que mesmo os contemporâneos à reforma, eram capazes de manter os pés no chão e ver com bastante reticência o surgimento de uma nova cidade .

(...) e eis a Bruzundanga, tomando dinheiro emprestado, para pôr as velhas casas da sua capital abaixo. De uma hora para a outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia.⁹⁵

A reforma Passos, de acordo com Maurício de Almeida Abreu, representou o primeiro exemplo de intervenção maciça do Estado sobre o urbano, visando determinar novas funções para a cidade, eliminando as formas antigas e a reorganizando sob novas bases econômicas e ideológicas, já que a cidade se adequava às exigências capitalistas. Ademais, Romulo Mattos resume as reformas urbanas como o

triunfo dos interesses dos setores ligados ao comércio (principalmente a importação), aos meios de transporte e à construção civil, além de estímulo à atuação dos setores ligados à infra-estrutura. Assim como é possível perceber nesse evento a tendência à especulação e ao enriquecimento privado proporcionada por uma operação de valorização executada pelo Estado e o interesse de Pereira Passos no ramo da construção civil não pode passar despercebido.⁹⁶

Como consequência das obras, foram derrubados 2.240 prédios, o que resultou na retirada de 36.900 pessoas. Além do fator das demolições outros motivos complicaram a vida da população. A especulação imobiliária resultante da valorização do solo foi um dos piores resultados. Para se ter noção, os leilões dos terrenos vagos da avenida Central eram feitos em meio aos escombros. A especulação ganhava força também pelo fato de haver uma demanda por moradia muito maior do que a oferta. Com isso, os alugueis se tornaram altíssimos e a disputa por um teto era acirradíssima. Para piorar, entraram em voga novos

⁹⁵ Apud BARRETO, Lima; NEVES, Margarida de Sousa; *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Editora Atual, 1991, p. 59.

⁹⁶ MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Rio de Janeiro, 2008 Tese (doutorado em história) – UFF, 2008. p.58.

impostos relativos aos serviços públicos (iluminação elétrica, calçamento, esgoto, etc) e novas restrições e normas arquitetônicas direcionadas às construções que impunham gastos aos proprietários para que pudessem se adequar.

Encontrar um lugar para morar se tornava ainda mais difícil para aqueles que a partir da proibição de uma lista de profissões populares, se encontraram sem nenhuma garantia de renda para sobreviver. Com isso, expulsas do centro da cidade, as pessoas pobres tiveram que encontrar uma solução, já que as autoridades pouco se empenharam em construir casas populares para os trabalhadores. Esse foi o momento de migração e crescimento dos subúrbios da cidade. Nas partes mais distantes do centro, havia uma grande oferta de lotes baratos e grandes e liberdade de construção. Entretanto, o próprio prefeito Pereira Passos decretou em 10 de fevereiro de 1903 uma série de regulações e exigências técnicas e arquitetônicas que tornavam oneroso morar até mesmo longe do moderno centro. O fim da liberdade de construção criou uma contradição que é o fato de inviabilizar a moradia dos mais pobres justamente na região da cidade destinada a eles.

Com isso, muitos ex-moradores das habitações coletivas do coração da cidade, se dirigiram a moradias do mesmo tipo nos bairros vizinhos da região portuária. Os que não seguiam esse caminho nem se dirigiam para as freguesias mais distantes, passaram a construir casas precárias nas encostas dos já habitados morros de Santo Antônio e da Providência. Após a era das demolições, a habitação popular deixa de ser associada a construção (cortiço) e se direciona a uma área (favela) e não demorou muito para que logo as favelas se disseminassem pela paisagem carioca.

2.6. Favela: o avesso da reforma urbana.

No ano seguinte à saída de Pereira Passos ao poder, em 1907, já há indicações de barracos no morro da Babilônia, na zona sul da cidade. Em 1909, a imprensa fala sobre barracões que haviam aparecido nas montanhas do Andaraí, de Copacabana e do Leme. Em 1912, surge a favela de São Carlos e em 1915, há

indícios da existência de uma favela no morro dos Cabritos⁹⁷, em Copacabana e outra no morro do Pasmado em Botafogo.

A partir disso pode-se concluir que a demolição massiva de habitações populares empreendida pelo prefeito Pereira Passos durante o Bota Abaixo da prefeitura durante a reforma urbana, ao não se preocupar em disponibilizar casas populares para a população desabrigada, criou uma enorme contradição no espaço: a favela. Quando pensamos que além de uma remodelação física, o projeto de Passos era pautado também pela transformação dos hábitos e costumes que agora deveriam ser polidos e europeizados, o surgimento das favelas se mostra como o oposto daquilo que se pretendia para a cidade.

As favelas, com sua população pobre e esquecida pelo poder público, vivendo em barracos improvisados e mal construídos, sem saneamento básico nem qualquer outro tipo de serviço, eram uma continuidade do problema da habitação popular que ao que parece nunca foi a maior preocupação das autoridades. O interesse era remover das vistas os pobres da região central, porém a dependência da centralidade não permitiu que essa parte da população abrisse mão de morar nessa parte da cidade.

Com isso, as favelas surgiram como o avesso da reforma, representando o contrário de tudo o que se desejava para a civilizada capital da República e se constituindo como um problema para as autoridades, porém como solução para aqueles que encontraram nos morros um local para viver. O fato de serem logo compreendidas como problema, gerou um movimento já desde cedo pedindo a extinção das favelas, do mesmo modo como o feito com os cortiços, inclusive com o mesmo tipo de argumentação – insalubridade, perigo social, etc.

Como vimos, em 1901, um pouco antes da reforma urbana, ou seja, quando as favelas ainda não haviam se disseminado, o morro de Santo Antônio saiu denunciado na imprensa o que levou à visita do prefeito Xavier Silveira pouco depois. No mesmo ano, a favela que ali existia foi removida. Entretanto, justamente durante as obras de Passos, novos barracões foram construídos no local. Em 1910, muitos barracos foram removidos e seus moradores tiveram permissão para que construíssem no morro do Telégrafo, distante da região

⁹⁷ ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: ordem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, 1994. p.38.

central. Em 1916, lá estavam novamente ameaçados de remoção os moradores do morro de Santo Antônio, este inclusive foi incendiado de maneira criminosa a fim de despachar os moradores. Porém, em 1919 já estava novamente o morro repleto de habitações.

O exemplo da favela do morro de Santo Antônio é útil e interessante, pois nos mostra como a perseguição às favelas começou bem cedo, mas igualmente nos mostra a resistência e insistência dos moradores em sempre retornar devido à necessidade continuada de habitar no centro da cidade. Com isso, vemos que ao tentar de maneira mais do que discutível resolver o problema habitacional da cidade, as autoridades na verdade conseguiram outro ainda maior e mais difícil do que os cortiços, pois as favelas logo se proliferam e cresceram em tamanho se sedimentando na paisagem da cidade.

Capítulo 3 – A “invenção” da favela: a construção da imagem social dos primeiros morros habitados e seu vínculo com o sertão.

O capítulo anterior terminou mostrando como a reforma urbana de Pereira Passos teve a multiplicação das favelas como sua consequência mais contraditória e como logo elas foram descobertas pela imprensa e autoridades que as viam como um problema que deveria ser logo solucionado. Segundo Lícia Valladares⁹⁸, nesse momento a ideia de conhecimento e ação eram inseparáveis, ou seja, quando foram reveladas, as favelas deveriam ser alvo de alguma atitude tomada pelos órgãos responsáveis. Isto se tornava ainda mais latente pelo contexto de preocupação com o futuro da capital da República recém modernizada por parte das autoridades e da intelectualidade carioca.

Ainda de acordo com Valladares, o século XIX foi o momento em que a pobreza urbana se tornou uma preocupação para as elites europeias. Com isso, os profissionais ligados à imprensa, engenharia, medicina, direito, filantropia etc, se voltaram para os mais desfavorecidos a fim de conhecer seus problemas, denunciando-os e propondo soluções. No Rio de Janeiro, a situação não foi diferente. Se antes o alvo era o cortiço, o então *locus* da pobreza da cidade, após a virada do século XX e a disseminação das favelas, foram os morros que se tornaram o destino desses profissionais. Desse modo,

a favela passa, então, a ocupar o primeiro lugar nos debates sobre o futuro da capital e do próprio Brasil, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres. Para ela se transfere o postulado ecológico do meio como condicionador do comportamento humano, persistindo a percepção das camadas pobres como responsáveis pelo seu próprio destino e pelos males da cidade.⁹⁹

As imagens acerca das primeiras favelas cariocas criadas pelos profissionais da saúde, jornalistas, engenheiros, autoridades, entre outros, permitiram que se criasse um imaginário coletivo direcionado às favelas e aos seus moradores. O imaginário criado sobre os primeiros morros cariocas habitados, segundo Valladares, associava-os diretamente ao arraial de Canudos e a principal referência utilizada nesse sentido era o livro de Euclides da Cunha, *Os*

⁹⁸ VALLADARES, Lícia do Prado. “A gênese da favela carioca: do campo à cidade, da rejeição ao controle”. In: _____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV. p.24.

⁹⁹ *Ibidem*, p.28.

*Sertões*¹⁰⁰. A obra prima do autor, em que a epopeia da campanha de Canudos foi narrada, teria sido lida e servido de influência para os intelectuais que visitaram as favelas, o que teria resultado no modo como são descritas em seus textos.

O argumento de Valladares está de acordo com a sua ideia de que houve uma “invenção” da favela, ou seja, que o modo como foram compreendidas ao longo do tempo, foi construído historicamente. A primeira “invenção” da favela, digamos assim, foi a de que os morros cariocas seriam um pedaço do sertão na capital da República. Isto teria a ver com o vínculo com Canudos, através da habitação dos morros da Favela e de Santo Antônio por praças retornados da guerra mas, além disso, que o entendimento que se tinha das favelas era de representantes de um mundo incivilizado, miserável e atrasado tal qual o sertão.

Com isso, as primeiras favelas cariocas representariam uma metáfora perfeita do sertão nordestino. É importante que fique claro que as favelas não eram vistas como um pedaço do sertão geográfico. Como vimos no primeiro capítulo, o conceito de sertão é marcado por uma forte maleabilidade. Isto se deve ao fato de o sertão não ser um lugar exato e sim uma atribuição dada a um determinado lugar a partir da identificação de determinados elementos pré concebidos. No caso geográfico, as características necessárias são a aridez do solo, a seca, a vegetação rarefeita, entre outras. No quesito simbólico, o sertão inclui a barbárie, a miséria, o atraso, o desconhecido. A designação de um lugar como sertão quando este não se encontra no interior nordestino, parte da identificação desses últimos elementos e tem caráter fortemente simbólico. Com isso, ao se identificar que as favelas cariocas eram aludidas como um pedaço do sertão no coração da República, igualmente se identifica uma dicotomia formada pela cidade *versus* favela, de modo paralelo à oposição sertão *versus* litoral.

3.1. O conceito de Imaginação Social.

Para que se compreenda melhor a ideia da construção de um imaginário que associava o mundo urbano das favelas ao do campo, é importante que se dedique algumas linhas ao conceito de imaginação social. Quando pensamos sobre o significado da palavra imaginação remetemos comumente ao campo das artes e do

¹⁰⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

abstrato, entretanto o vocábulo desenvolveu um novo sentido ao longo do tempo, que o relaciona a campos concretos como a política e ao poder. Por sua vez, o termo social

designa um duplo fenômeno. Por um lado, trata-se da orientação da atividade imaginativa em direção ao social, isto é, a produção de rerepresentações da ordem social, dos atores sociais e das suas relações recíprocas (hierarquia, dominação, obediência, conflito, etc), bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, às imagens do chefe, etc. Por outro lado, o mesmo adjetivo designa a participação da atividade imaginativa individual num fenômeno coletivo.¹⁰¹

É importante ressaltar que cada época tem o seu modo de imaginar. Se pensarmos o Rio de Janeiro do início século passado, encontramos total continuidade com a mentalidade do século XIX que pode ser resumida pelas palavras ordem, progresso, civilização, positivismo, evolucionismo e cientificismo. O imaginário criado sobre e sertão e as favelas estava pautado por essas palavras-chave.

O positivismo foi uma doutrina filosófica derivada do Iluminismo. A sua origem remota está vinculada a Condorcet, mas foi Auguste Comte seu nome mais famoso e responsável por transformar o positivismo numa escola filosófica. O filósofo tinha formação matemática e sua principal obra foi *Système de Politique Positive* (1852-1854). Pertence a Comte a teoria dos três Estados, que seriam o estado teológico, metafísico e o positivo ou científico. Segundo a teoria, a humanidade passaria inevitavelmente por esses três estágios evolutivos, sendo o terceiro o ápice da humanidade. O estado positivo seria aquele em que a humanidade atingiria seu máximo, teria domínio absoluto da natureza e das ciências, formando uma sociedade industrializada e pautada pela racionalidade científica.

O positivismo teve grande adesão no Brasil entre os militares, que adotaram seu princípio de República unitária e de caráter ditatorial necessária para que o caminho evolutivo fosse seguido pelo país. A influência positivista se encontrara também no lema “Ordem e progresso” escolhido para fazer parte da bandeira republicana.

¹⁰¹ BACKZO, Bronislaw. “Imaginação social”. In: *Anthropos – Homem*, Enciclopédia Eunadi, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 309.

O evolucionismo, por sua vez, difere da ideia de “perfectibilidade” rousseauiana que acreditava serem todos os seres humanos igualmente capazes de se superarem. A ideia de Rousseau desenvolvida no século XVIII foi contraposta à visão evolucionista do século seguinte. O século XIX é marcado pelo seu caráter cientificista, que determinava que as explicações deveriam ter sempre embasamento e comprovação científica. O oitocentos foi também o período em que nesse contexto de cientificismo se debateu e teorizou acerca das raças.

O lançamento do livro *A Origem das Espécies* por Darwin revolucionou o modo como a humanidade entendia a espécie humana. Ao comprovar que o homem assim como todos os outros animais eram fruto do aperfeiçoamento desenvolvido ao longo de milhares de anos, Darwin serviu de arcabouço para o argumento evolucionista de que os homens formavam grupos que distinguiam entre si pelo nível de desenvolvimento alcançado. Com isso, surgiu o darwinismo social pautado pelo determinismo racial.

O evolucionismo tinha a civilização e o progresso como conceitos fundamentais e julgava que apenas os mais aptos o atingiriam. Os indivíduos da raça branca eram defendidos como aqueles capazes de alcançar o ápice evolutivo. Por sua vez, os negros e mestiços seriam naturalmente atrasados e incapazes de acompanhar igualmente o caminho rumo à civilização. O que determinava o sucesso de uns e o fracasso de outros era o fator racial, o que mostra como a teoria darwinista foi apropriada no contexto de teorização racial.

No Brasil, foi a partir da década de 1870, que as novas ideias foram apresentadas. Houve, inclusive palestras, cursos e conferências destinadas à elite com linguagem científica e que colocavam ao público um projeto de branqueamento. Não à toa houve o ímpeto por parte do governo imperial de incentivar a vinda de imigrantes europeus a fim de substituírem a mão de obra africana. O ideal de branqueamento dialogava com a concepção negativa que tinha como alvo negros, indígenas e mestiços e que via sua forte presença entre a população como um grande entrave ao processo civilizatório.

De volta ao conceito de imaginação social, é indispensável apontar que é a partir dele que a sociedade formula a sua compreensão sobre algo e também a sua própria identidade. No caso das favelas, o imaginário construído sobre elas foi negativo desde o início e pode-se pensar que a auto-imagem de seus moradores

era também alicerçada sobre o estigma do qual eram alvo, pois o imaginário social tem o poder de forjar imagens totalizantes e que são reproduzidas inclusive por aqueles aos quais se direciona.

Por conseguinte, segundo Bronislaw Backzo, “o imaginário social elaborado e consolidado por uma coletividade é uma resposta que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais”¹⁰². Esta afirmação nos permite compreender que a imagem criada sobre as primeiras favelas era pejorativa pois essa atitude ia ao encontro da necessidade de encontrar uma solução para aquela parte da cidade. Como a solução defendida por muitos era a sua extinção, difamar as favelas, neste contexto, era a maneira encontrada para que a sociedade se mobilizasse contra a sua existência. Além disso, o imaginário regula a vida coletiva fazendo com que àquelas localidades marcadas por uma imagem negativa sejam direcionadas as ações de autoridade e poder, funcionando como um reforço ao apelo à ação.

Para a elaboração de um imaginário que associasse as favelas ao sertão, o livro *Os Sertões* teria sido fundamental, pois Valladares defende que ele tenha sido lido pelos intelectuais que subiram as favelas cariocas existentes no início do século XX e que terão seus textos analisados posteriormente neste capítulo. Não se pode afirmar com certeza que os autores dos textos que serão expostos leram o livro mais famoso de Euclides da Cunha. Entretanto, de qualquer forma, discorrer sobre sua obra número um é indispensável a este trabalho, pois, com o intuito de aproximar sertão e favela, serão analisados e comparados trechos de *Os Sertões* com as crônicas sobre os morros habitados.

3.2. Euclides da Cunha e sua literatura científica.

Nascido em 1866, na cidade de Cantagalo, interior do estado do Rio de Janeiro, Euclides da Cunha, formou-se em engenharia na Escola Militar da Praia Vermelha, reduto dos positivistas. Durante sua passagem pela Escola Militar, foi alunos do professor Benjamin Constant, uma das maiores referências do positivismo brasileiro.¹⁰³ Antes mesmo de começar a estudar engenharia, ainda no

¹⁰² *Ibidem*, p.309.

¹⁰³ Euclides foi aluno de Constant por duas vezes, uma no Colégio Aquino e outra na Escola Militar da Praia Vermelha.

Colégio Aquino, aos 18 anos, Euclides escreveu seu primeiro artigo intitulado “O Democrata”.

No ano da proclamação da República, em 1889, Euclides da Cunha foi convidado para escrever para o jornal *O Estado de São Paulo*, que mudou de nome justamente devido a mudança na forma de governo, já que desde que havia sido fundado, em 1875, se chamava *Província de São Paulo*. O periódico tinha caráter republicano e nele Euclides tinha bandeira branca para publicar seus artigos de entusiasmo e defesa da República. Para o intelectual, a República significava um estágio necessário e inevitável para o desenvolvimento da sociedade. O Brasil estaria seguindo a lei natural de evolução ao se transformar em um país republicano.

Todavia, o tom de entusiasmo de Euclides da Cunha se transforma pela decepção do intelectual com os rumos da política. De tão promissora, a República havia se transformado, ao seu ver, no “paraíso dos medíocres.”¹⁰⁴ Para o intelectual, o sistema republicano, teria se tornado algo decepcionante, marcado pela “exacerbação do egoísmo”¹⁰⁵ exemplificada pelos interesses pessoais dos indivíduos sendo postos acima de tudo, na busca pelos cargos públicos bem remunerados. Para Euclides da Cunha, a situação na qual se encontrava a República brasileira no início do século XX, era desmoralizante perante os outros países.

Em 29 de julho de 1897, Julio Mesquita, editor do jornal *O Estado de São Paulo*, enviou um telegrama ao então presidente da República, Prudente de Morais, para solicitar que Euclides da Cunha fosse enviado rumo a Canudos a fim de ser o correspondente da Guerra de Canudos. Após o aceite do pedido, pouco depois, já no dia 3 de agosto, Euclides embarcou rumo à Bahia, permanecendo em Salvador por um período de 4 dias. Durante esse tempo visitou arquivos, observou a cidade, os comboios que iam e vinham do arraial, escutou os rumores da guerra, recebeu informações dos militares, visitou hospitais de campanha e entrevistou jagunços e membros do Exército.

No dia 30 de agosto, partiu num trem rumo a Canudos e em sua parada em Queimadas aproveitou para recolher testemunhos e estudar a flora e o solo da

¹⁰⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e produção cultural na Primeira República*. 3ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p.146.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.147.

região. No dia 4 de setembro, Euclides partiu para Monte Santo, aonde chegou no dia 7 do mesmo mês e permaneceu por mais 5 dias. Finalmente, chegou em Canudos no dia 16 de setembro de 1897. Alguns dias depois, assistiu através de binóculos, da sede da comissão de engenharia, ao fechamento do cerco ao arraial que havia começado no dia anterior.

Antes mesmo de escrever *Os Sertões*, Euclides já havia escrito sobre o sertão. Primeiro escreveu sobre o destino que as autoridades do Rio de Janeiro reservaram para os flagelados das grandes secas sofridas no século XIX¹⁰⁶. Depois disso, já durante a guerra de Canudos, escreveu dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*¹⁰⁷. A referência imediata era o movimento contrarrevolucionário iniciado pelos camponeses da região da Vendéia, na França em resposta ao alistamento dos homens para fazerem parte das forças revolucionárias. O levante dos camponeses franceses, pessoas simples e bastante religiosas, que se posicionaram contra os revolucionários anti-monarquistas serviu de exemplo comparativo para Euclides da Cunha em relação ao que vinha acontecendo no arraial de Canudos.

No primeiro artigo, Euclides busca explicar as razões do insucesso da expedição militar até então. Sua visão é a de que os sertanejos não passavam de massa de manobra monarquista e para vencer a guerra era necessário compreender a relação profunda desses homens com o solo sertanejo, só assim o Exército aprenderia como agir. O segundo artigo procurava refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelo Exército brasileiro para pôr fim ao conflito de Canudos, além de fazer uma análise metódica sobre as estratégias e táticas dos militares.

O envio de Euclides da Cunha como correspondente da guerra de Canudos propiciou que o jornalista escrevesse sua obra prima, um dos livros mais importantes da literatura brasileira e que já foi considerado o livro número um do Brasil. Segundo Regina Abreu, durante o Estado Novo *Os Sertões* se converteu em obra especialmente difundida e foi nesse período que data-se a fabricação de Euclides da Cunha como um dos grandes escritores nacionais.¹⁰⁸

Segundo Abreu, o período varguista escolheu a obra de Euclides da Cunha no contexto da Marcha para o Oeste, em que o governo federal obstinava uma virada

¹⁰⁶ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Op. Cit.*, p.145.

¹⁰⁷ O primeiro artigo foi publicado no dia 14 de março de 1897 e o segundo no dia 17 de julho do mesmo ano no O Estado de São Paulo. Cf. CUNHA, Euclides da. *Canudos e outros temas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Pp.3-14.

¹⁰⁸ Cf. ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Rocco, 1998.

para o interior do país, visando explorar e investir nas regiões pouco conhecidas. O Estado Novo considerava Euclides da Cunha como um intelectual “autêntico” pelo seu ímpeto em desbravar o sertão brasileiro, sendo uma espécie de “bandeirante literário” ao eternizar suas impressões em *Os Sertões*, ressaltando a originalidade do povo sertanejo e defendendo a sua assimilação ao resto do país. A apropriação do estadonovista da obra euclidiana resultou na sua consolidação como grande nome da literatura brasileira, fazendo com que durante o período a obra e o nome de Euclides passassem a fazer parte do currículo escolar e universitário como referências obrigatórias para o conhecimento do Brasil.

É interessante destacar que outros correspondentes também foram enviados a Canudos e deixaram registrado o que viram¹⁰⁹, inclusive muito do que se descobre lendo *Os Sertões* também se encontra informado nessas obras. No entanto, somente Euclides da Cunha entrou para o cânone literário brasileiro e segundo muitos, foi o responsável por eternizar o conflito de Canudos na memória brasileira.

A intenção do autor era intitular seu grande livro como “A Grande Vendéia” que seria dividido em duas partes: “A Natureza” e “O Homem”. Na prática, o livro acabou sendo intitulado como *Os Sertões* e foi dividido em três partes – “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”. Segundo Abreu¹¹⁰, a mudança de nome tem bastante significado, pois indica que o livro não se trata somente sobre a campanha de Canudos, e sim sobre outros temas de caráter científico: geologia, botânica, geografia, sociologia, costumes, tradições e folclore. Não seria sem intenção o fato de a leitura de *Os Sertões* provocar a sensação de que o sertão é um personagem, o protagonista da narrativa, pois é a primazia das ciências da natureza que mais importava a Euclides da Cunha.

A primeira parte, intitulada “A Terra”, diz respeito ao sertão, em que Euclides discorre de maneira exaustiva sobre as características físicas e climáticas do local. Tudo é levado em conta em seu texto, a topografia, a flora, a fauna e o que mais surgisse aos olhos do autor. Sobre tudo o que viu, o autor discorreu de maneira exaustiva recheando as páginas com inúmeras descrições, exemplos e comparações deixando sempre a impressão de se encontrar estupefato pelo

¹⁰⁹ Também escreveram sobre a experiência no campo de batalha, os militares Dantas Barreto, Duque Estrada Macedo Soares e Antônio Constantino Néri; os estudantes de medicina, Martins Horcades e Francisco Mangabeira e os jornalistas Fávila Nunes, Manuel Benício e Lélis Piedade.

¹¹⁰ ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Rocco, 1998. p.165.

mistério e força daquela terra. O cientificismo euclidiano fica evidente já no início do livro pois Euclides pretendia fazer uma literatura científica.

O cientificismo de Euclides da Cunha era baseado no determinismo climático e biológico e pelo evolucionismo. Isto fica bastante claro em “O Homem”, no qual a questão racial é o alicerce principal. Nessa parte o autor demonstra o seu entendimento acerca dos sertanejos, além de apresentar a figura de Antonio Maciel discorrendo sobre sua trajetória pessoal desde antes de se tornar Antônio Conselheiro e narrar sobre o surgimento e o crescimento do arraial de Canudos. A sua argumentação e explicação é toda formulada a partir da sua concepção determinista e evolucionista que via o cruzamento racial como a chave para compreender a decrepitude sertaneja.

Todavia, os sertanejos aparecem na obra euclidiana mais como retrógrafos do que como degenerados. Ademais, a visão evolucionista de Euclides julgava as “sub-raças” sertanejas brasileiras como condenadas à futura extinção, pois

a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliadas às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra.¹¹¹

A incapacidade de acompanhar o processo civilizatório seria justificada pelo cruzamento racial. Para Euclides da Cunha, a mestiçagem era um grave problema, pois gerava seres híbridos, subformados, que herdavam a partir da mistura racial uma série de características desprezíveis. Canudos tinha uma população majoritariamente mestiça, em que “predominava o pardo lídimo, misto de cafre, português e tapuia”¹¹², o que justificava a visão do escritor de serem os moradores do arraial seres desequilibrados, inconstantes e ignorantes, incapazes de compreender tanto a “forma republicana como a monárquico-constitucional.”¹¹³

O entrecruzamento racial era detestável, considerado um prejuízo, pois era o responsável por degenerar toda uma parcela da população brasileira. Com isso, tinha-se um grupo considerável de indivíduos fadados a uma vida medíocre e que incomodavam homens com o pensamento como o de Euclides pela sua

¹¹¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p.7.

¹¹² *Ibidem*, p.473.

¹¹³ *Ibidem*, p. 158.

inconstância, impulsividade, ignorância, passividade, entre outras características negativas.

Desse modo, os homens e as mulheres do sertão eram, segundo a visão euclidiana, relegados ao atraso e à barbárie, sendo impossível acompanhar a marcha civilizatória. Este fato, por sua vez, determinava o seu futuro desaparecimento, pois a civilização de uma maneira ou de outra, avançaria sertão adentro, sendo uma condenação. De acordo com Euclides da Cunha, “a civilização avançará nos sertões impelida pela implacável ‘força motriz da história’.”¹¹⁴

O determinismo geográfico e climático é outro ponto que não pode ser ignorado em *Os Sertões*. O entendimento do entrelaçamento do homem sertanejo ao meio em que vive fica claro quando o autor argumenta que o sertão é o responsável por fazer do sertanejo um ser vigoroso apesar de tudo.

O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente (...) ao invés da inversão extravagante que se observa nas cidades do litoral, onde funções altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos.¹¹⁵

O trecho acima permite que se aponte ainda um outro elemento fundamental para a análise de *Os Sertões*, que é o modo dualista como Euclides da Cunha descreve os sertanejos. O método cientificista de Euclides caracteriza os sertanejos como espécies, pois os habitantes do sertão são analisados, categorizados, descritos e comparados durante todo o tempo. Entretanto, as conclusões de Euclides são contraditórias, pois, se por um lado os sertanejos são condenados como bárbaros e fanáticos, por outro são apontados como constituindo uma raça diferenciada das demais, porque o meio fez dos homens do sertão seres fortes.

Segundo Euclides da Cunha, “o sertanejo é antes de tudo um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”¹¹⁶. Aqui, mais uma vez o meio físico seria a resposta, já que o

o vaqueiro, porém, criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias – tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o Sol, arrastando de envolta no volver das estações,

¹¹⁴ *Ibidem*, p.7.

¹¹⁵ *Ibidem*, p.90.

¹¹⁶ *Ibidem*, p.92.

períodos sucessivos de devastações e desgraças. (...) Atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança. (...) Cedo encarou a existência pela sua face temerosa. É um condenado à vida. (...) Fez-se forte, esperto, resignado e prático.¹¹⁷

Segundo Sevcenko, Euclides tinha grande admiração e interesse pelos sertanejos por terem sido capazes de alcançar um elevado nível de adaptação ao meio físico hostil em que viviam. Ademais, o intelectual via os homens do sertão como o “cerne de uma nacionalidade”¹¹⁸, como os “sedimentos básicos da nação”¹¹⁹. Para o autor de *Os Sertões*, os sertanejos eram o modelo para um “consórcio perfeito entre o homem e a terra no Brasil, que o livrasse das falácias do cosmopolitismo”.¹²⁰

Euclides, que nunca foi um grande entusiasta do metropolitismo e da agitação da Belle Époque carioca, considerava que o esquecimento destinado ao sertão permitiu que aquela região do país se mantivesse protegida de todo o estrangeirismo, formando portanto um Brasil autêntico. Essa concepção euclidiana gerou a sua ideia de integração dos sertões ao restante do país, sendo o sertão uma possível base para o desenvolvimento de uma civilização “de verdade”. Desse modo, ao defender o sertão como reduto maculado e original, contribuiu com a construção de uma imagem mítica dos sertanejos.

A segunda parte de *Os Sertões* é também marcada pela busca em responder as seguintes perguntas: De onde os sertanejos tiravam tamanha resistência? Por quê não se entregavam? O que os fazia continuar em condições tão precárias e existência ou sacrificando mesmo as próprias vidas? A busca da explicação foi feita na própria natureza, na constituição biológica do sertanejo e nos componentes físicos que foram desenvolvidos no processo de adaptação ao meio inóspito do sertão. Além disso, uma parte das respostas foi pautada na fé sertaneja que, do ponto de vista de Euclides, seria potencializada.

Apesar de manter uma postura oscilante em suas considerações sobre os sertanejos, quando se tratava de falar sobre Antônio Conselheiro, Euclides da Cunha apresentava um julgamento categórico. Para o autor, Conselheiro representava a figura de todo mal, sendo um aliciador mal intencionado que com o

¹¹⁷ *Ibidem*, p.95.

¹¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. , *Literatura como Missão: tensões sociais e produção cultural na Primeira República*. 3ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 139.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 145.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 145.

poder de sua retórica poderosa, ludibriou e corrompeu os sertanejos. No geral, Euclides condena Antônio Conselheiro e demonstra admiração pela bravura de seus seguidores ao mesmo tempo que sente tristeza por terem se deixado levar pelas mentiras do falso profeta.

A terceira parte, enfim, é toda dedicada a campanha do Exército contra os jagunços. É curioso o fato dessa ser a maior parte do livro, constituindo um texto extenso e repleto dos mais minuciosos detalhes, pois Euclides da Cunha não passou muito tempo no campo de batalha. Sua permanência durou apenas três semanas, tendo sido uma das últimas testemunhas oculares da guerra. Contudo, apesar desses pontos que *a priori* poderiam condenar a qualidade das informações que são compartilhadas em sua obra, Euclides conseguiu a partir da força de sua narrativa tão singular, escrever um livro sem precedentes na literatura brasileira.

Segundo Berthold Zilly, a guerra aparece em *Os Sertões* encenada como uma grande tragédia¹²¹. Apesar de à primeira vista o conflito fratricida não ter nada de grandioso e sublime, constituindo um assalto desigual e covarde de uma força extremamente superior belicosamente e especializada contra um grupo visto como formado por fanáticos e bárbaros, a narrativa euclidiana transforma a campanha de Canudos numa grande epopeia. Nela o não-herói sertanejo se destaca ao demonstrar uma força sobre-humana e uma fé inabalável que roubam o protagonismo e acabam por mobilizar o leitor a torcer a seu favor.

Antes mesmo de chegar em Canudos, durante sua estadia em Salvador, Euclides da Cunha testemunhou os horrores da guerra ao ver a chegada constante de mortos e feridos vindos do campo de batalha. Foi também durante seu período na capital baiana que o autor encontrou com um jagunço de 14 anos chamado Agostinho. Com ele, o escritor estabelece uma breve porém fortuita relação já que o jovem lhe informou sobre o arraial e seus moradores.

A sua viagem de descoberta dos sertões ofereceu a Euclides a oportunidade de pôr em prática todo o seu conhecimento científico acumulado até então. Seu livro neste sentido expõe para o mundo a sua análise minuciosa da topografia, geologia, geografia, fauna e flora do sertão, além do seu postulado racial. O seu método merece atenção pois sua intenção com ele seria criar uma obra científica antes de mais nada. Para deixar claro que estava escrevendo uma obra científica, e

¹²¹ Cf: ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em *Os Sertões*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, ano V, pp.13-37, 1998.

não literária, Euclides utilizou recorrentemente as ciências naturais e a matemática. Não à toa, utiliza de linguagem matemática ao falar sobre a problemática da mestiçagem.¹²²

A partir de seu livro, se tornou corrente a delimitação do conceito de sertão sendo associado exclusivamente ao nordeste. Além disso, ao lançar *Os Sertões* cinco anos depois do fim da guerra de Canudos, Euclides da Cunha descortinou uma memória desagradável para a República. O fato de ter sido um escritor militar fez com que a recepção do livro fosse a de vê-lo como uma obra escrita por alguém que sabia do que falava não só por ter sido testemunha ocular mas também por conhecer os pormenores militares.

A primeira crítica sobre o livro foi escrita por José Veríssimo no Correio da Manhã e o mesmo destaca o caráter cientificista e diversificado de Euclides da Cunha ao afirmar *Os Sertões* como um livro “ao mesmo tempo (...) de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnógrafo, de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador”¹²³. Além disso, Veríssimo ressalta a sensibilidade de Euclides que transparece no modo como o autor narra os horrores da guerra. Sua narrativa era do ponto de vista do crítico, a

de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, as secas que assolam os sertões do Norte brasileiro, venha da estupidez ou da maldade dos homens, como a campanha de Canudos.¹²⁴

Em suma, *Os Sertões*, de acordo com Zilly, funciona como vários livros em um só pela

síntese de temas, pontos de vista, métodos de pesquisa e ideologias, quase uma enciclopédia do sertão, que digere todo tipo de texto anterior sobre o assunto; obra polissêmica, por isso mesmo sugestiva, instigadora da imaginação do leitor, que se sente convidado pelo sem número de reticências a continuar o

¹²² “Como nas somas algébricas, as qualidade dos elementos que se justapõem, não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço (...) menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores.”. In: CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 88

¹²³ ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Rocco, 1998. p. 211.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 211.

trabalho do autor. Este expõe com a maior clareza, radicaliza sua hesitações e contradições, exacerba os paradoxos.¹²⁵

3.3. Os “mosqueteiros intelectuais”.

A atuação de Euclides da Cunha em meio à intelectualidade brasileira do início da República é singular e interessante. Segundo Nicolau Sevcenko, os intelectuais brasileiros “voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de (...) abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas”.¹²⁶ Outra característica da *intelligentsia* brasileira era o seu engajamento, o que explica a denominação dos principais escritores cariocas como “mosqueteiros intelectuais”.¹²⁷

As pautas dos intelectuais engajados eram a atualização da cidade ao modo de vida europeu, a modernização estrutural, a integração do país na grande unidade internacional e a elevação cultural e material da população. Surgiu com a geração intelectual de fins do século XIX e início do século XX, a ideia de um utilitarismo que considerava que a produção literária só valia quando se apresentava como ferramenta em busca de mudança social. Os intelectuais responsáveis por essas obras se consideravam os “representantes dos novos ideais de acordo com o espírito da época”¹²⁸, o da “europeização da consciências”¹²⁹, cuja responsabilidade seria a de indicar os caminhos que deveriam ser seguidos.

O palco principal da *intelligentsia* brasileira era o Rio de Janeiro, onde havia o maior mercado de emprego para os intelectuais que atuavam principalmente na imprensa, política e serviço público. Na mesma cidade foi criada em 1897, a Academia Brasileira de Letras exemplificando o ambiente acolhedor aos literatos. Para completar, a capital republicana apresentava um cotidiano efervescente, movimentado pelos cafés, confeitarias e livrarias que serviam como pontos de encontro e debates.

¹²⁵ ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em Os Sertões. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, ano V, p. 14, 1998.

¹²⁶ SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como Missão: tensões sociais e produção cultural na Primeira República*. 3ed. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 78.

¹²⁷ *Ibidem*, p. 79.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 82.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 82.

Com a popularização da imprensa, através de novas técnicas de impressão e edição que tornaram os jornais mais baratos, houve um aumento no poder de ação dos intelectuais. Boa parte deles encontrou nos jornais uma oportunidade de trabalho que proporcionava estabilidade financeira e um espaço para divulgarem suas opiniões e ideias. Entretanto, a disseminação da imprensa adicionada ao surgimento da fotografia e do cinema constituíam outros concorrentes e impunham à literatura o problema de se adaptar a esse novo panorama. Segundo Sevcenko,

a diminuição do tempo, a concorrência do jornal diário, do livro didático, da revista mundana e dos manuais científicos, de par com as novas formas tecnológicas de lazer, o cinematógrafo, o gramofone e a fotografia, estreitaram ao extremo o papel da literatura.¹³⁰

A absorção dos intelectuais pela imprensa, por sua vez, provocou a padronização da escrita e tornou a literatura escrita por aqueles que trabalhavam nela um amontoado de clichês. Euclides da Cunha, todavia, seguiu um caminho contrário ao panorama que o cercava, pois não só era dono de uma escrita singular e personalizada como o empenho do escritor era o de forçar a elite brasileira a “executar um meio giro sobre os pés e voltar o seu olhar do Atlântico para o interior da nação”.¹³¹ Além disso, Euclides não compactuava com a empolgação que se tinha com o padrão europeizado de comportamento da sociedade carioca.

3.4. Crônicas: ferramentas de denúncia social.

A atuação dos intelectuais na imprensa carioca se dedicou em grande parte à produção de crônicas sobre o cotidiano da cidade. A crônica, segundo Machado de Assis, teria como principal marca falar sobre as “coisas ínfimas”.¹³² Os temas abordados, no geral, eram diversos mas tinham enfoque nos pequenos acontecimentos do dia-a-dia. Ou seja, constituíam textos simples e efêmeros, que tinham vínculo direto com o momento em que foram escritas.

¹³⁰ *Ibidem*, p.97.

¹³¹ *Ibidem*, p. 124.

¹³² CHALHOUB, Sidney (Org.); PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida de Souza (Orgs.). *História das cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 9.

O fato de os cronistas dedicarem suas linhas a “cousas doces, leves, sem sangue nem lágrimas”¹³³ tornou esse tipo de produção textual espécie renegada pela literatura. Ao contrário dos textos literários “sérios”, as crônicas não eram pretensiosas, não tinham como objetivo entrar para a história, sendo logo esquecidas quando o assunto abordado deixasse de interessar o público leitor. Antônio Cândido as classifica como um “tipo ligeiro e despretenso de literatura, feita às pressas e sem cuidado, para o consumo diário dos jornais”.¹³⁴

Na prática, as crônicas se apresentam como um misto de notícia de jornal e literatura. Afinal, os temas são sempre decorrentes dos acontecimentos cotidianos da cidade, aquilo que estivesse chamando atenção naquele momento. Porém a escrita não era simplesmente jornalística, existindo toda uma preocupação com a elaboração estética e retórica do texto.

A leitura simplista das crônicas não permite enxergá-las em toda sua complexidade, pois o texto apresentado é tão denso quanto um livro de romance ou de contos. Há inclusive uma forte imbricação entre elas e os outros estilos literários, o que denota um rico material de análise. Ademais, quando observadas como uma ferramenta de denúncia e intervenção social, as crônicas se tornam ainda mais interessantes como escopo documental para a pesquisa histórica.

As segundas intenções dos autores, de a partir dos seus textos interferir na sociedade, tem a ver com a já mencionada característica da *intelligentsia* brasileira do início da República de utilizar seus textos como ferramenta de ação. Concomitantemente, o surgimento das favelas cariocas despertou nos principais cronistas da cidade, o ímpeto de subir os morros a fim de conhecer essa “outra cidade” que vinha dando as caras. A leitura das crônicas originadas a partir de suas visitas demonstra a execução de um serviço jornalístico ao informarem o que viam nos morros, as condições precárias de existência e o comportamento dos moradores. Contudo, junto a isso vê-se nos textos uma clara utilização do espaço nos jornais para se tecer comentários sobre as impressões dos cronistas acerca do que viram e suas ideias relativas ao que deveria ser feito com as favelas.

A representação das favelas nos jornais de onde eram oriundas essas crônicas era pautada pela noção de que eram um problema da cidade que deveria ser solucionado e o cotidiano dos morros habitados passa a ser presente nas

¹³³ *Ibidem*, p. 9.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 10.

notícias a fim de moldar a percepção da sociedade carioca sobre as favelas. A imprensa, neste sentido, funcionaria como um partido aliado às autoridades, pois ao divulgar de maneira sensacionalista os crimes ocorridos nos morros, por exemplo, corroborava com o sentimento de repulsa destinado às favelas e com o argumento favorável a sua extinção.

A prática difamatória que tinha as favelas como alvo principal por parte da imprensa demonstrava esta como espécie de funcionária do governo no seu papel de estigmatização negativa das favelas. De acordo com a teoria do estigma, desenvolvida por Erwin Goffman¹³⁵, os portadores desse conceito não são considerados completamente humanos, sendo então construída uma retórica pautada na construção de uma imagem que mostrasse os moradores das favelas como seres inferiores, incivilizados, ociosos e perigosos. O ato de estigmatizar implica ainda negar direitos que, no caso dos favelados, significava a negação do direito de habitação.

Os periódicos então contribuiriam para o desenvolvimento de uma cultura de medo no Rio de Janeiro que tinha as favelas como as grandes vilãs responsáveis. No geral, os jornais apresentavam uma mesma visão compartilhada e difundida mesmo no caso de linhas editoriais diferentes entre si. A postura jornalística teria como justificativa o fato de estar envolta nos ideais de progresso e civilização, conceitos nos quais a nova constitucionalidade brasileira ainda recente era pautada.

A defesa do argumento de que houve a construção de um imaginário negativo acerca das primeiras favelas cariocas que as vinculava ao sertão, tendo como exemplos de fontes as crônicas escritas pelo intelectuais da Belle Époque carioca que se arriscaram a subir os então pouquíssimo conhecidos morros, leva ao questionamento sobre o poder e influência da imprensa. Uma crítica comum ao uso de material literário e/ou de imprensa pelas pesquisas históricas é a de questionar a influência de textos escritos numa sociedade de maioria analfabeta. Quanto a isto, a resposta vai de acordo com o fato de que o ato da leitura pode ter um significado amplo. Por exemplo, era comum o hábito comum de ser ler em voz alta, difundindo assim as últimas notícias para aqueles que não sabiam ler.

¹³⁵ Cf: MATTOS, Romulo Costa. *A "Aldeia do Mal": o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (mestrado em História) – UFF, 2001. p. 13 -15.

Ademais, a utilização de crônicas a fim de elaborar a argumentação deste trabalho dialoga com a dificuldade de se encontrar fontes sobre as favelas durante a Primeira República. Não se tem notícia de material que tenha resistido ao tempo e que seja de autoria de algum moradores das primeiras favelas, enquanto, por outro lado, há algumas crônicas que apresentam falas de habitantes dos morros. Quem se dedica ao estudo das favelas cariocas no período da Primeira República, tem que usar a criatividade a fim de encontrar possibilidades de documentação. A imprensa surge como uma boa alternativa, mesmo com sua visão tendenciosa.

As crônicas que serão aqui apresentadas estão inseridas no recorte temporal da Primeira República e foram escritas pelos principais cronistas cariocas do período que tiveram considerável parte de seus textos compilados em livros posteriormente. A partir da listagem dos principais cronistas da capital federal no início da República e da leitura de suas obras publicadas, foram selecionados aqueles textos que se destacaram por corroborarem com a ideia da existência de um imaginário que associava as primeiras favelas cariocas ao sertão, mais precisamente ao arraial de Canudos.

3.5. Favela: o “sertão” da cidade.

A crônica de João do Rio¹³⁶, intitulada “Os Livres Acampamentos da Miséria”¹³⁷, publicada originalmente na *Gazeta de Notícias* em 1908 e posteriormente no livro *Vidas Vertiginosas*, de 1917, é um bom começo do trabalho de análise das fontes. O texto é oriundo da visita feita pelo flâneur ao morro de Santo Antônio na companhia de um grupo de músicos que fazia uma seresta no local. De início, observa-se que o autor não sabia muito bem o que esperar de sua visita. *A priori* o morro parecia ser “como qualquer outro”¹³⁸ mas

¹³⁶ João do Rio foi o pseudônimo mais conhecido entre outros usado pelo jornalista Paulo Barreto (1881-1921). Além de jornalista, Paulo Barreto foi cronista, contista e teatrólogo mas foi sua ação na imprensa, que iniciou-se precocemente, aos 16 anos, que o eternizou como figura ilustre cena literária da cidade. Suas crônicas dotadas de estilo único, eram originadas das visitas feitas por Paulo Barreto aos mais diversos locais da cidade, inclusive aqueles estigmatizados negativamente, de suas experiências pessoais e de suas reflexões sobre o momento que vivia. Suas obras mais conhecidas são os livros *As religiões do Rio* (1905), *A alma encantadora das ruas* (1908) e *Vidas Vertiginosas* (1911). Foi membro da Academia Brasileira de Letras, na qual entrou em 1910.

¹³⁷ RIO, João do. “Os livres acampamentos da miséria”. In: _____. *Vidas Vertiginosas*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. pp. 143-152.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 144.

João do Rio logo se dá conta de que estava passando por uma experiência única e particular, a de descoberta de um outro Rio de Janeiro.

Apesar de se encontrar no coração do centro do Rio a narrativa deixa a impressão de longa viagem feita em “um caminho amplo e maltratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade, no admirável noturno de sombras e luzes”¹³⁹. Não demora para que o autor não se sinta mais na cidade, e sim em meio ao sertão. A mudança de perspectiva fica clara no seguinte trecho:

A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que serpeava descendo, era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão com cercados, indicando quintais (...) eu percebi, então que estava numa outra cidade dentro da grande cidade. (...) Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente?¹⁴⁰

Ali, onde não havia iluminação e as casas eram precárias de madeira, o cronista se deu conta de que estava num lugar totalmente diferente. Não poderia estar na mesma cidade que ele tão bem conhecia, a favela só poderia ser uma outra cidade dentro daquela. Vale pensar aqui a figura de João do Rio e seu papel como escritor do cotidiano carioca no período da *Belle Époque*, sendo um homem que circulava pela cidade e que estava sempre explorando os mais diversos lugares. O espanto do *flâneur* com a favela existente nas encostas do morro de Santo Antônio indica que aquilo que via era inédito para ele. Desse modo, questiona como teria se formado aquela “vila de miséria indolente”.

Por conseguinte, João do Rio descreve de maneira mais detalhada as habitações encontradas em sua caminhada morro acima. Estas seriam “feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas de Flandres, taquaras”¹⁴¹. Além de demonstrar o quão simplórias eram as casas habitadas pelos moradores do morro de Santo Antônio, a citação remete às casas sertanejas marcadas igualmente pela precariedade de construção utilizando o mesmo tipo de material de baixa qualidade. Logo em seguida à descrição das moradias, o cronista afirma ter “a impressão lida na entrada do arraial de Canudos ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme”¹⁴².

¹³⁹ *Ibidem*, p. 144.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 143.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 147.

¹⁴² *Ibidem*, p. 147-148.

Neste momento fica clara a alusão feita a Canudos, pois, segundo o autor, a imagem daquelas casas precárias e autoconstruídas da favela equivalia àquela que viam os que chegavam ao arraial sertanejo. É interessante que a outra possibilidade de resposta capaz de explicar do que se tratava aquilo que via, associava a favela a um galinheiro, num claro exemplo de animalização dos moradores do morro. Isto fica ainda mais nítido quando em outra passagem o autor afirma que o morro de Santo Antônio constitui uma “empolgante sociedade, onde cada homem é apenas um animal de instintos impulsivos, em que ora se é muito amigo e grande inimigo de um momento para o outro.”¹⁴³

Os sertanejos também eram alvo de uma imagem que os construía como seres inconstantes, impulsivos e incapazes de domarem seus instintos primitivos. A justificativa estava na mestiçagem que gerava seres bárbaros, irriquietos e violentos. Se pensarmos que a maior parte da população pobre do Rio de Janeiro era formada por negros e mestiços, seria inocente achar que a animalização feita por João do Rio em relação aos moradores do morro de Santo Antônio estava desprendida do fator racial.

Por fim, a crônica se encerra dando a entender o quão impressionante foi a experiência para o autor, pois o mesmo afirma:

E quando de novo cheguei ao alto do morro, dando outra vez com os olhos na cidade, que embaixo dormia iluminada, imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida ao arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente daquela miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refeleestado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência, livre de todas as leis.¹⁴⁴

O final de “Os livres acampamentos da Miséria” reafirma a ideia de que o autor realizou uma viagem de descoberta. João do Rio desvendou uma parte do Rio de Janeiro desconhecida e ignorada pela cidade moderna que literalmente adormecia lá embaixo e sua crônica parece querer acordar seus leitores para isso. Do mesmo modo, Euclides da Cunha desbravou o sertão nordestino e escreveu *Os Sertões* com o intuito de apresentar ao litoral um Brasil desconhecido. É interessante também como o *flâneur* reafirma ter visitado um arraial, por sua vez descrito de maneira dicotômica pois era alegre e sórdido ao mesmo tempo. Além

¹⁴³ *Ibidem*, p. 148.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 152.

disso, seus moradores eram acomodados e sem apreço ao trabalho, porém formavam um “povo vigoroso”. Nesta passagem fica claro como da mesma forma que os sertanejos, que eram alvos de uma nítida dicotomia que os associava a uma “preguica benfazeja”¹⁴⁵ ao mesmo tempo que eram resistentes, impetuosos e insistentes no campo de batalha, os favelados eram igualmente descritos de maneira contraditória.

Ademais, destaca-se ainda a inquietude de João do Rio com o fato de se encontrar bem no meio da cidade aquela outra cidade, que vivia seus dias sem ser notada ou incomodada, crescendo cada vez mais, formando um acampamento livre da ordem. Mais uma vez pode-se pensar em Canudos, pelo fato de o arraial ser sempre celebrado devido ao seu caráter de auto – organização, marcado por leis e dinâmica próprias, destoando dos seus arredores em que a população vivia sob a lei autoritária dos grandes fazendeiros, da Igreja e das autoridades locais.

Por conseguinte, dando prosseguimento ao objetivo de apresentar crônicas que aludem ao sertão quando falam sobre a favela temos a crônica intitulada “Fora da Vida”¹⁴⁶ de Olavo Bilac¹⁴⁷. Ao falar sobre as casas das favelas, Bilac as descreve como “casinhas tristes, de fachadas roídas e janelas tortas, cujo conjunto dá a impressão de um asilo de velhas desamparadas e inválidas”¹⁴⁸. As residências seriam como os seus moradores, marcados por “faces humanas (...) quase todas [com] esse ar de apática indiferença que vem do largo hábito da miséria e do desânimo. Indiferença por tudo, pelo prazer e pelo sofrimento, pela vida e pela morte...”¹⁴⁹.

A construção textual de Olavo Bilac apresenta os favelados como seres que transpareciam seu sofrimento em sua face desanimada e que seriam indiferentes em relação à vida. Ademais, o texto remete à velhice a partir da analogia das casas

¹⁴⁵ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p.103

¹⁴⁶ BILAC, Olavo. “Fora da Vida”. In: _____. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. pp.195-197.

¹⁴⁷ Olavo Bilac (1865-1918) foi um jornalista e escritor. Sua produção literária se destaca pela poesia, sendo sua escola poética, o parnasianismo. Suas obras, no entanto, não se restringiram aos versos, tendo se dedicado também às crônicas. Na imprensa, fundou alguns jornais de curta duração – A Cigarra, O Meio, A Rua. Além disso, utilizou o espaço nos jornais para sua atuação política no contexto republicano. Suas posições políticas o tornaram um dos perseguidos de Floriano Peixoto. Além disso, ocupou ao longo da vida durante algumas vezes cargos políticos, como o de secretário do prefeito do Distrito federal em 1907. Foi um dos membros fundadores da ABL, em 1897.

¹⁴⁸ BILAC, Olavo. *Op. Cit.*, p.195.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 196.

a um asilo. É interessante como a descrição das moradias as apresenta adjetivadas de maneira desapontada e até mesmo humanizada com a utilização do adjetivo “triste”. Além disso, a caracterização dos favelados como indivíduos passivos e desinteressados aproxima-os do modo como Euclides da Cunha retratava os sertanejos.

Sobre o homem do sertão Euclides afirma ser este “permanentemente fatigado”¹⁵⁰, dono de uma “preguiça invencível”¹⁵¹ e apresenta “tendência constante à imobilidade e à quietude”.¹⁵² O autor também recorrentemente adjetiva as localidades sertanejas de maneira humanizada. A cidade de Uauá, vizinha a Canudos, era “o ponto mais animado daquele trecho do sertão (...) espécie de transição entre maloca e aldeia – agrupamento desgracioso de cerca de cem casas mal feitas e tijupares pobres de aspecto feio e tristonho”.¹⁵³ Monte Santo, que serviu de quartel general durante a campanha de Canudos, não passava de um “povoado triste e de todo decadente”.¹⁵⁴

Com a leitura da crônica “A favela”¹⁵⁵ de Orestes Barbosa¹⁵⁶, vemos novamente a apatia e a resignação sendo destacadas. Segundo o autor, “mesmo de dia, observada por um visitante que lhe desconheça a vida íntima, a Favela é tristonha e ordeira – tem uns ares de sono, de acabrunhamento, como se pensasse na própria vida.”¹⁵⁷ A mesma atitude é tomada por Luiz Edmundo¹⁵⁸ ao falar

¹⁵⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975, p. 92.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 92.

¹⁵² *Ibidem*, p. 92.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 179.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 199.

¹⁵⁵ BARBOSA, Orestes. “A Favela”. In:_____, *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. pp.111-116.

¹⁵⁶ Orestes Barbosa (1893-1966) foi um jornalista, literato e compositor. Em 1911 iniciou seu trabalho na imprensa onde executou diversas funções em vários jornais – Diário de Notícias, A Noite, O Dia, O Globo, A Notícia. Sua produção além do livro *Bambambã* (1923), publicou *Na Prisão* (1922), *Portugal de Perto* (1923), *O Português no Brasil* (1927). Durante a década de 1930 dedicou-se à música popular, tendo composto vários sambas ao lado de grandes nomes como Noel Rosa, Francisco Alves e Wilson Batista. Nessa década, lançou o livro *Samba: sua história, seus poetas, suas músicas e seus cantores*.

¹⁵⁷ BARBOSA, Orestes. *Op. Cit.*, p. 111

¹⁵⁸ Luís Edmundo (1878-1961) foi um escritor e jornalista. Na imprensa atuou nos jornais *A Imprensa* e *no Correio da Manhã*. Foi também o diretor da *Revista Contemporânea*, publicação vinculada ao Simbolismo brasileiro. Sua produção literária abarcou a poesia presente nos livros *Numbus* (1894), *Turíbulos* (1900) e *Turris Eburnea* (1902). Seus livros mais famosos são aqueles dedicados à cidade do Rio de Janeiro: *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* (1932), *A corte de D. João* (1939-1940) e *O Rio de Janeiro do meu tempo* (1938). Se tornou membro da Academia Brasileira de Letras em 1944.

sobre o morro de Santo Antônio. O morro aparece como habitado por pessoas “incapazes de uma palavra de queixa, um suspiro ou um protesto”.¹⁵⁹

Por conseguinte, é indispensável apontar como a crônica de Olavo Bilac mostra a percepção do autor das favelas como um território que vive num descompasso temporal. O cronista demonstra perplexidade ao conhecer uma senhora lavadeira moradora do morro da Conceição que foi ali morar em 1874¹⁶⁰ e que segundo ela não ia ao Centro da cidade há trinta e três anos. De acordo com o intelectual, a senhora passa os seus dias de maneira apática, “sem curiosidade, sem desejos, sem aspirações (...) vendo todos os dias as mesmas pessoas, dormindo todas as noites o mesmo sono, sem compreender a significação do barulho que estronda na planície”¹⁶¹

Olavo Bilac via as favelas como um território que não seguia a marcha da civilização e do progresso. Pelo contrário, vivia à parte dessa caminhada, num ritmo atrasado e numa circunstância de exclusão. A próxima citação deixa claro o descontentamento do cronista em perceber que existiam pessoas vivendo de maneira alienada aos acontecimentos que movimentavam a política e consequentemente a vida da população.

Fizemos cá embaixo a Abolição e a República, criamos e destruimos Governos, passamos por períodos de vacas gordas e por períodos de vacas magras (...) E, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá trinta e três anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da nossa vida, como se recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século passado atrasado, e no fundo da China ou da Austrália.
¹⁶²

A partir disso podemos pensar mais um pouco sobre a crônica de João do Rio analisada anteriormente, pois tanto nela quanto em “Fora da Vida” vemos a favela apresentada como um território apartado espacial e temporalmente do resto da cidade. Enquanto o tempo passava e vários acontecimentos iam transformando a sociedade, as favelas permaneciam inertes, vivendo num outro ritmo e passando despercebidas pelo resto da cidade.

¹⁵⁹ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [1938] Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. p. 148.

¹⁶⁰ Se essa informação for verídica, a crônica corrobora com as informações de que os morros já vinham sendo habitados desde antes da Reforma Passos.

¹⁶¹ BILAC, Olavo. “Fora da Vida”. In: _____. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. p. 196.

¹⁶² *Ibidem*, pp.196-197.

A noção de que a favela constituía um território à parte do resto da cidade é recorrente nas crônicas lidas para este trabalho. Olavo Bilac afirma que a favela “É uma cidade à parte... O Rio já é uma aglomeração de várias cidades, que pouco a pouco vão se distinguindo, cada uma adquirindo uma fisionomia particular e uma certa autonomia de vida material e espiritual”.¹⁶³ Orestes Barbosa, é categórico, segundo ele, “há, sem dúvida, duas cidades no Rio”¹⁶⁴, enquanto para Benjamin Costallat¹⁶⁵, a favela se encontrava “fora do mundo”¹⁶⁶ e era “uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma.”¹⁶⁷

O sertão era igualmente compreendido por Euclides da Cunha como uma parte do Brasil parada no tempo, pois os sertanejos viviam há quatrocentos anos e reproduzindo intactamente os mesmos “divertimentos anacrônicos”¹⁶⁸, usando as mesmas vestes características, praticando os mesmos hábitos, demonstrando um “estranho aferro às tradições.”¹⁶⁹ Assim como a favela, o sertão constituía uma parte do país que vivia em desacordo à ordem republicana, destoando totalmente do ideal de ordem e progresso, sobre o qual o restante da população não conhecia nem tinha interesse, o que só mudou com a eclosão da guerra de Canudos.

Outra crônica que corrobora com a possibilidade de aproximação entre favela e sertão é a intitulada “Morro de Santo Antônio”¹⁷⁰ de Luiz Edmundo. Assim como João do Rio, Luiz Edmundo chama o morro de “acampamento de miséria”¹⁷¹, o que talvez indique a leitura prévia do texto do primeiro. O tom do cronista é pesado e o mesmo faz questão de enfatizar a sua impressão negativa gerada pela carência local. O morro era, por causa disso, “um verdadeiro arraial

¹⁶³ *Ibidem*, p. 195.

¹⁶⁴ BARBOSA, Orestes. *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. p. 115.

¹⁶⁵ Benjamin Costallat foi bacharel em direito, jornalista, cronista e crítico musical. Atuou nos jornais *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Brasil*, onde publicou a série *Mistérios do Rio*, depois publicada como livro. Os textos de Costallat tinham a marca singular de tratarem, no geral, sobre o submundo da cidade, tendo como personagens os grupos marginalizados e como cenário os lugares desconhecidos e indesejáveis.

¹⁶⁶ COSTALLAT, Benjamin. “A favela que eu vi”. In: _____. *Mistérios do Rio* [1924]. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1995. p.36.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 36.

¹⁶⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975, p. 103.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p. 82..

¹⁷⁰ EDMUNDO, Luiz. “O morro de Santo Antônio”. In: *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [1938] Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. pp.145-172

¹⁷¹ *Ibidem*, p.148

de infortúnio, chaga cruciante da miséria humana. Santo Antônio dos desgraçados!”¹⁷²

Ao nomear o morro como “arraial de infortúnio”, a crônica permite que a alusão ao arraial de Canudos seja feita. Os moradores do morro de Santo Antônio, por sua vez, são descritos como “figuras sinistras e merencórias, tipos andrajosos, impressionantes, doentes apoiados em muletas, faces sofredoras, escaveiradas, velhos arrimados a bordões”¹⁷³. Chega a ser impressionante uma outra passagem da crônica em que o autor fala sobre os mendigos residentes no morro e sua rotina de mendicância.

São todos uns reles trapos humanos, negras velhas com cara de rato seco (...) vagarosas e curvas, andando de pau na mão, *pa - joões* fistulentos, arrastando pernas cobertas de panos sujos de sangue e pus, pedindo ‘bença meu sinhô’, a carapinha branca, os olhos apagados e tristes, cegos de nascença, tocadores de sanfona ou vendedores de bilhetes de loteria; oftálmicos, leprosos, elefantiásticos, léxicos em último grau, dos que já não podem mais descer do morro nos dias de grandes hemopteses... Todo esse rebotalho lazarento e melancólico, remanescente de vidas que por vezes foram prósperas e felizes, cedo deserta e vai-se arrastando pelo morro abaixo (...) A primeira missa é a deles. Não a perdem nunca. Quanto mais miseráveis, mais devotos, mais agarrados ao céu. (...) Rezam. Suplicam. Pedem. Depois é que vão para as portas onde ficam de cócoras cheios de fome e de esperança, lamurientos e choramingas, exibindo mazelas que carregam, as podridões que os acabam, os olhos bovinos, cheios de aflição, ou de tristeza, as mãos pálidas, magras sujas e côncavas, em riste.¹⁷⁴

A partir da leitura das passagens citadas acima, vê-se como as favelas representavam o território da miséria e acolhiam todos os tipos considerados desprezíveis. Nos morros se encontravam as “figuras sinistras”, os “tipos andrajosos”, os “elementos alienígenas”¹⁷⁵, os doentes, os velhos, os mendigos, etc. As favelas reuniam, assim como os cortiços, os piores tipos constituindo uma vergonha para a cidade e um grave perigo social. A atitude de Luiz Edmundo em destacar grande espaço para a descrição dos inúmeros personagens miseráveis com as quais se deparou indo rumo à missa, tem o intuito de denunciar e sensibilizar o leitor em relação à situação calamitosa e deplorável existente morro

¹⁷² *Ibidem*, p. 148.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 148.

¹⁷⁴ *Ibidem*, pp.160-161.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 147

acima que era ignorada pela grande maioria da população e principalmente pelas autoridades.

Ao descrever o grupo dos últimos resistentes à guerra de Canudos que após negociarem sua rendição aparecem em bando, Euclides da Cunha também apresenta o sertão como reduto de tipos asquerosos.

(...) mulheres, sem número de mulheres, velhas espectrais, moças envelhecidas, velhas e moças indistintas na mesma fealdade, escaveiradas e sujas, filhos escanchados nos quadris desnalgados, filhos encarapitados às costas, filhos suspensos os peitos murchos, filhos arrastados pelos braços, passando; crianças, sem-número de crianças; velhos, sem número de velhos; raros homens, enfermos opilados, faces túmidas e mortas, de cera, bustos dobrados, andar cambaleante.¹⁷⁶

É interessante como o trecho acima dialoga com outra passagem da crônica de Luiz Edmundo em que o cronista destaca o cotidiano deplorável das mulheres do morro de Santo Antônio.

(...) À noite, essa pobre gente desce outra vez a fim de buscar as sobras de restaurantes. Ficam por vezes em fila, pobres mulheres, enrodilhadas em xales cheios de remendos, ao colo, crianças esqueléticas e cobertas de ranho ou de feridas, à espera do pacote consolador onde se encontra tudo existe como sobra de alimentos em uma casa de comidas.¹⁷⁷

Doravante é oportuno destacar a descrição do caminho seguido pelo autor em suas andanças pelo morro.

Alcançamos, enfim, uma parte do povoado mais ou menos plana e onde se desenvolve a cidade miseranda. O chão é rude e áspero, o arvoredo pobre de folhas, baixo, tapetes de tiririca ou de capim surgindo pelos caminhos mal traçados e tortos. É uma árvore plantada aqui e outra acolá, outra mais além, em meio a um casario cor-de-ferrugem, arreventado e decrépito.¹⁷⁸

A descrição alude a um local seco e de pouca vegetação que pode ser vinculada diretamente ao sertão com suas “árvores sem folhas, de galhos estorcidos secos”¹⁷⁹. A viagem com destino ao coração do país apresenta uma paisagem melancólica em que a “natureza empobrece-se; despe-se das grandes

¹⁷⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 472.

¹⁷⁷ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [1938] Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957, p. 154-155.

¹⁷⁸ *Ibidem*, pp. 149-150.

¹⁷⁹ Cunha, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 38.

matas; abdica o fastígio das montanhas; erma-se e deprime-se – transmutando-se nos sertões exsicados e bárbaros”.¹⁸⁰

Mais adiante, Luiz Edmundo descreve o interior de um barraco e seus moradores. Segundo ele, o casebre era “pobre e velho”¹⁸¹ e “não há vestígio de um só móvel”¹⁸². O casal que habitava o casebre era composto por uma moça “muito magra, muito séria, muito triste”¹⁸³ e por um rapaz de “pernas angulosas”¹⁸⁴ e “dedos esqueléticos”¹⁸⁵, vestindo um chapéu “ensebado e sem feitiço”¹⁸⁶, cuja aparência fazia sentir que a “desgraça exaspera”¹⁸⁷. Vemos aqui o destaque feito pelo autor novamente em relação à miséria e à apatia e desânimo apresentada pelos moradores.

A simplicidade do interior da casa favelada pode ser comparada com a casa sertaneja apresentada por Euclides da Cunha, que diz haver nas casas do arraial de Canudos, no geral, “um banco tosco; dois ou três banquinhos com a forma de escabelos; igual número de caixas de cedro, ou canastra; um jirau pendido do teto; e as redes. Eram toda a mobília. Nem camas, nem mesas.”¹⁸⁸

Por conseguinte, é interessante mostrar como nas notícias de jornais pode-se observar igualmente a apresentação da favela de um modo que as aproxima do sertão. Uma reportagem especial feita acerca da habitação do morro da Babilônia, “o preferido da pobreza”¹⁸⁹, no ano de 1907, nos apresenta essa recente favela. Em contradição com a exuberante vista da praia de Copacabana, se encontravam lá em cima choupanas, ranchos, casebres e mocambos.

A reportagem se torna mais imprescindível pela presença de uma entrevista feita com um morador local. O caboclo¹⁹⁰ chamava-se José Carlos de Andrade e segundo ele, havia sido praça do batalhão de engenheiros. Após dar baixa e não conseguir viver em meio a carestia da cidade, dirigiu-se ao morro com sua companheira. Sua residência reunia plantações de aipim, batatas e frutas que eram

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 63.

¹⁸¹ EDMUNDO, Luiz. *Op. Cit.* p. 154.

¹⁸² *Ibidem*, p. 154.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 155.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 155.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 155.

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 155.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 155.

¹⁸⁸ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 144.

¹⁸⁹ Correio da Manhã, 02 de junho de 1907.

¹⁹⁰ Assim é descrito por quem escreveu a reportagem.

vendidas em Copacabana. O cenário era marcado pelas galinhas que “alegravam os arredores da residência com o cacarejo chocalhado”¹⁹¹ e pelo galo, que “empoleirado em uma laranjeira, cantava de quando em quando”¹⁹².

Quando perguntado se vivia bem no morro, José Carlos de Andrade respondeu dizendo que com “a alma estando bem com Deus, a gente vive em qualquer parte”¹⁹³ e que viver no morro era “melhor que lá”¹⁹⁴, referindo-se à cidade lá embaixo. Em seguida afirmou que o morro se tratava de local pacífico, sem brigas. Por conseguinte, quando perguntado se muita gente aparecia no morro, o morador responde: “- Aqui? Vosmecê não vê que isto tá fora do mundo? Quem, as vez, vem cá em cima é uma irmã de caridade (...) É uma senhora valente, isso é, que este morro não é graça.”¹⁹⁵

Os destaques dos parágrafo acima são muitos. Primeiro, há o fato de se dirigir ao morro ter sido um ato de escolha a partir da dificuldade de sobrevivência na cidade hipervalorizada consequente da reforma Passos. Em segundo lugar, chama atenção o aspecto rural e bucólico da localidade com a presença de animais e plantações. Além disso, novamente vemos a favela ser apontada como um local à parte da cidade, já que nas palavras do morador o morro se encontrava “fora do mundo”.

Outro ponto a ser ressaltado é a defesa da localidade por parte de José Carlos de Andrade como um local pacífico e tranquilo em contraposição à cidade desordeira e turbulenta. A atitude do morador contradiz a imagem comum difundida na imprensa acerca das favelas, porém o próprio morador se contradiz ao enfatizar a coragem da senhora que subia o morro regularmente para fazer caridade, pois o “morro não é graça”.

Logo que começaram a ocorrer crimes nos morros - em nada diferentes dos que aconteciam no resto da cidade, diga-se de passagem - a imprensa passou a noticia-los enfatizando o fato de o cenário ser a favela. As crônicas, por sua vez, também não deixaram de corroborar com a construção de uma imagem da favela como reduto do crime. Orestes Barbosa afirma que “a Favela reúne o que há de

¹⁹¹ Correio da Manhã, 02 de junho de 1907.

¹⁹² *Idem*

¹⁹³ *Idem*

¹⁹⁴ *Idem*

¹⁹⁵ *Ibidem*

eminente no nosso mundo criminal”¹⁹⁶. Em sua crônica “A Favela”, em que narra sua visita ao morro da Favela, Barbosa deixa clara a imagem negativa direcionada aos morros cariocas da Primeira República no seguinte trecho:

O morro da Favela ficou como uma lenda na cidade, entretanto, nada mais real do que os seus mistérios. Pouca gente já subiu aquela montanha – raríssimas pessoas chegaram a ver e a compreender o labirinto das baiúcas, esconderijos, sepulturas vazias e casinholas de portas falsas que formam toda a originalidade do bairro terrorista onde a polícia do 8 distrito não vai. Os *chaffeurs*, depois de dez horas da noite, não aceitam passagem para a rua da América, os bondes depois dessa hora passam a nove pontos, e o motorneiro e o condutor levam nas mãos as suas pistolas engatilhadas. A favela não é mesmo graça.¹⁹⁷

Orestes Barbosa ao escrever dessa forma, reforça a imagem da favela como um local desconhecido, repleto de mistérios, que poucos se arriscavam a desvendar devido ao medo causado pela suposta alta periculosidade do local. O perigo era tamanho que a favela e seus arredores constituíam um “bairro terrorista”¹⁹⁸, fazendo com que os passantes tomassem atitudes de precaução. O cronista faz questão de mencionar o fato de as autoridades policiais não atuarem como deveriam e é interessante como assim como o morador do morro da Babilônia, Barbosa afirma que a favela “não é mesmo graça”.

Ainda sobre a construção da favela como antro de criminosos temos a crônica “A favela que eu vi” de Benjamin Costallat, em que o cronista também narra uma visita feita ao morro da Favela. Em seu texto, Costallat adjetiva a montanha como “morro do crime”¹⁹⁹ e diz que “lá em cima, é o crime, é a facada, a violência, a vingança, a valentia (...) Na Favela, é a lei do mais forte e do mais valente. (...) Há muito crime, muita morte, porque essas são as soluções para todos os gêneros de negócios”.²⁰⁰ Aqui vemos os favelados sendo descritos como seres violentos e impulsivos, sendo as favelas o reduto dos criminosos, capazes de matar sem pensar duas vezes.

O sertão, por sua vez, era descrito comumente como o reduto dos homens valentes que com suas peixeiras brigavam e assassinavam de maneira fria e cruel.

¹⁹⁶ BARBOSA, Orestes. *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. p. 114.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p.111.

¹⁹⁸ BARBOSA, Orestes. *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. p. 111.

¹⁹⁹ BARBOSA, Orestes. *Op. Cit.*, p. 33.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 34.

O arraial de Canudos era bastante heterogêneo na composição de sua população e, segundo Euclides da Cunha, havia os “mais díspares elementos, do crente fervoroso abdicando de si todas as comodidades da vida noutras paragens, ao bandido solto, que lá chegava de clavinote ao ombro em busca de novo campo de façanhas.”²⁰¹

A presença de tipos desordeiros em Canudos era condenada por Euclides. Segundo este, o arraial formava o “homizio de famigerados facínoras”²⁰² e lhe incomoda particularmente a suposta convivência de Antônio Conselheiro com os maus feitos desses homens. Euclides denuncia o fato de “todo tipo de tropelias (...) [serem] permitidas, desde que aumentassem o patrimônio da grei”²⁰³, o que resultava nos comuns saques feitos aos lugares próximos que fazia os desordeiros retornarem cheios de despojos, “onde ninguém lhes tomava conta”.²⁰⁴ Euclides da Cunha demonstra indignação relativa ao fato de serem justamente esses homens os de maior afeição de Conselheiro por serem “os seus ajudantes de ordens prediletos, garantindo-lhe a autoridade inviolável. Eram, por um contraste natural, os seus melhores discípulos.”²⁰⁵

De volta à reportagem sobre o morro da Babilônia, é relevante mencionar outro morador também apresentado. Seu nome é Venâncio Augusto Ferreira, um “caboclo de Anajatuba, no Estado do Maranhão”²⁰⁶, que cansado da “vida exaustiva e errante (...) deixou o emprego e para gozar amplamente a liberdade, foi pedir agasalho à montanha.”²⁰⁷ Além de novamente vermos um exemplo de escolha pela moradia na “montanha agasalhadora”²⁰⁸, é interessante a percepção da favela como um esconderijo, um refúgio, haja visto que a montanha “parece desabitada – o asilo é discreto. O arvoredo esconde as choupanas, a altura sufoca os ruores, a distância faz com que o homem desapareça.”²⁰⁹

Novamente podemos visualizar o sertão, pelo seu caráter de esconderijo e mistério. Para conhece-lo, assim como às favelas, era necessário se arriscar, pois

²⁰¹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. p. 147.

²⁰² *Ibidem*, p. 149.

²⁰³ *Ibidem*, p. 150.

²⁰⁴ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975. P.150.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. 149.

²⁰⁶ *Correio da Manhã*, 02 de junho de 1907.

²⁰⁷ *Idem*

²⁰⁸ *Idem*

²⁰⁹ *Idem*

uma vez que se iniciasse a viagem de descoberta, não havia mais volta e o que se veria seria impactante para o observador. Não à toa a ida ao coração do Brasil modificou para sempre a trajetória de Euclides da Cunha. Os cronistas cariocas, por sua vez, compartilham o sentimento de surpresa e estarrecimento com o mundo desconhecido da favela que se encontra tão perto e tão longe ao mesmo tempo.

Por conseguinte, prosseguindo na análise comparativa entre sertão e favela, podemos inserir o processo de crescimento rápido e desordenado como mais um ponto de intersecção entre ambos. Canudos, por exemplo cresceu exponencialmente em pouco tempo. Sobre isso Euclides da Cunha escreveu:

O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as colinas. A edificação rudimentar permitia à multidão sem lares fazer até dozes casas por dia. (...) Aquilo se fazia a esmo, adoudadamente. A *urbs* monstruosa, de barro, definia bem a *civitas* sinistra do erro. O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, (...) tinha o aspecto de uma cidade cujo solo tivesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto. Não se distinguiam as ruas. Substituía-as dédalo desesperador de becos estreitíssimos, mal separando o baralhamento caótico dos casebres feitos ao acaso, (...) como se tudo aquilo fosse construído, febrilmente, numa noite, por uma multidão de loucos. (...) Feitas de pau a pique e divididas em três compartimentos minúsculos, as casas (...) [apresentavam] pobreza repugnante, traduzindo mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça.²¹⁰

A citação acima, além de apresentar um fenômeno de intensa migração para o arraial, deixa clara a impressão negativa que Euclides tinha em relação ao que via. Para ele, o arraial era formado por casas feias e mal construídas, de aspecto velho e precário, sendo uma espécie de alegoria da visão que Euclides da Cunha tinha de quem as construiu. A justificativa para que o arraial fosse um amontoado de casas disforme estava na raça, pois seria a mestiçagem a responsável pelos sertanejos serem degenerados, o que fazia com que tudo que criassem fosse igualmente mal feito.

As favelas, a partir da derrubada em massa das habitações populares também cresceram rapidamente. Os dados relativos a quantidades de moradias e moradores são poucos e questionáveis, pois demorou para que as autoridades se dispusessem a incluir os morros nos dados oficiais da cidade. Os números

²¹⁰ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.p. 142.

referentes ao morro de Santo Antônio, por exemplo, indicam que, em 1897, havia no morro cerca de 41 barracos. Em 1901, o número seria de 150, enquanto em 1910, após a reforma Passos, as informações apontam a existência de 1314 barracos.²¹¹ Apesar da falta de credibilidade das informações, os números encontrados um crescente crescimento ao longo do tempo, com destaque para o período pós reformas urbanas.

Outro ponto comparativo é o que trata da ausência do Estado. O arraial de Canudos e as favelas constituíam territórios em que não havia controle e presença das autoridades. No caso de Canudos, isto resultou numa organização autônoma muito próspera para seus moradores, haja visto o bem sucedido compartilhamento da produção de alimentos e das terras. A ausência do Estado, por outro lado, significava a falta de provisão dos serviços básicos à população sertaneja, embora Canudos em comparação com sua vizinhança seja apontado como um oásis no sertão pelas condições de subsistência garantidas por seus habitantes, o sertão como um todo é destacado sempre devido ao seu estado de miséria e ausência de quase tudo.

No caso das favelas, a ausência das autoridades era criticada pois era vista como responsável pela violência e precariedade local. A falta de empenho das autoridades em policiar os morros tornava-os lugares amaldiçoados, que ninguém arriscava passar perto, muito menos conhecer. A imprensa teve papel fundamental na construção dessa imagem monstruosa da favela como um perigo social, onde viviam os piores e mais nocivos tipos de gente para a sociedade carioca. Segundo Francisco Guimarães²¹², o Vagalume, “desde que a Favela passou a ser reduto de valente e cabras escolados nas várias modalidades de malandragens, crimes e contravenções, o seu nome jamais foi olvidado no cadastro sangrento do noticiário policial”.²¹³

Além disso, a ausência do poder público tornava as condições de vida precárias morro acima. Olavo Bilac reclama que “as ladeiras desses morros não

²¹¹ VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v.24, n.127, 1994. P.591.

²¹² Francisco Guimarães (1904-1933) foi um jornalista carioca filho de trabalhadores negros, nascido no contexto de transição do trabalho escravo para o assalariado no Brasil. Essa informação é relevante pois seus textos nos jornais eram sempre pautados pelo interesse pela linguagem e práticas dançantes e carnavalescas dos trabalhadores negros.

²¹³ GUIMARÃES, Francisco. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1953. p.247.

conheceram nunca, por contato, ou sequer de vista, uma vassoura municipal.”²¹⁴ Benjamin Costallat denuncia o fato de que na favela não tem luz, “não tem esgotos. Não tem água. Não tem hospitais. Não tem escolas. Não tem assistência. Não tem nada.”²¹⁵ Além disso, “a favela não tem ruas. (...) A sarjeta, a rua, o esgoto, é tudo a mesma cousa, e essa mesma é uma enorme vala onde se passa aos pulos, saltando-se de buraco em buraco.”²¹⁶ Vagalume ao falar sobre suas impressões acerca do morro do Kerosene, demonstra indignação com a situação local. Segundo ele,

[o morro] é de todos eles o mais imundo e infecto. (...) Lá em cima não há ruas. (...) Nos dias chuvosos, é uma temeridade chegar ao alto do morro. Há subidas íngremes, dando passagem a apenas uma pessoa e deixando ver o medonho despenhadeiro! Pelas picadas, à guisa de ruas existem valas abertas, que servem de escoadouro dos pardieiros. Quando o sol à pino, É insuportável o fétido desprendido de tais valas.²¹⁷

O empenho em dedicar linhas a alertar a situação de perigo e insalubridade local, poderia almejar a denúncia feitas às autoridades a fim de provisionar melhorias aos moradores e também conscientizar e sensibilizar os leitores sobre as mazelas vividas por uma parte da cidade inviabilizada. Por outro lado, o intuito poderia ser o de incitar a população a rejeitar e reclamar por uma solução definitiva em relação aos morros, visando a expulsão dos moradores das encostas das montanhas. Quanto a isso, este trabalho, não pretende tomar um partido em relação a cada cronista aqui apresentado, e sim propõe uma reflexão aberta sobre as intenções em relação à recepção de sua obra, o que, por sua vez, jamais encontra-se sob controle de quem escreve.

Por fim, as favelas assim como o sertão, são alvo de um forte julgamento moral por parte de quem os observa. Os habitantes das duas localidades são apresentados inúmeras vezes de maneira negativa e pejorativa. São condenados os seus hábitos, gostos e comportamento. Em relação às favelas há vários exemplos. Orestes Barbosa condena as moradoras do morro da Favela, pois elas

vivem, de dia, quase em ociosidade. De quando em quando, uma delas surge, de uma biboca, com lata d'água à cabeça. E nisto consiste a maior ocupação as famílias daquele bairro. Não

²¹⁴ BILAC, Olavo. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. p. 196.

²¹⁵ COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio* [1924]. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1995.p. 35.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 35.

²¹⁷ GUIMARÃES, Francisco. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1953. p.170.

tem casa para arrumar. Os filhos não vão ao colégio. Não há também, muita roupa para lavar. Andam em frangalhos. Negras de longas mamas balançando entre quatro trapos de corpinho, com a saia sungada nas nádegas, mostrando toda a perna, passam o dia na tagarelice das vendas sórdidas – que são os bars *chics* dali – ou nas pocilgas – deitadas em esteiras descosidas, praticando o vício.²¹⁸

Aqui vê-se que o incomodo do autor tem como alvo a preguiça das mulheres do morro, que não fariam muita coisa, vivendo deitadas boa parte do dia. Destaca-se o fato de as mulheres descritas e associadas à ociosidade serem negras. Além de acusadas de serem desocupadas e desinteressadas, até mesmo pela educação dos filhos, as negras são retratadas de maneira ainda que sutil como libidinosas ao se exporem propositalmente em trapos. A acusação de serem os favelados seres arredios ao trabalho também foi feita por Francisco Guimarães que diz haver nas favelas “os que procedem de modo justamente contrário: adeptos da lei do menor esforço - não fazem força... não trabalham e levam a vida folgadamente, confiados na autoridade que a valentia lhes impõe ou nas suas habitações – na roda do samba”.²¹⁹

É interessante, todavia, como as favelas são descritas pelos mesmos cronistas, muitas vezes nos mesmo textos, de forma oposta, revelando o caráter dualista das fontes. O trecho citado acima está presente na crônica “O morro do Kerosene” e é antecipado pela seguinte passagem:

É interessante e curiosa a vida dos morros. Cada um deles tem a sua história e abriga a sua gente, especializada neste ou naquele mister, na roda dos que trabalham, dos que trabalham muito, afrontando as intempéries sem que tenham um dia a compensação dos seus esforços, ao menos, com um simples sorriso da Felicidade ou um ligeiro aceno da deusa da Fortuna.²²⁰

Desse modo, o cronista deixa clara a sua compreensão da favela como reduto de gente trabalhadora e esforçada, porém, desafortunada. O cronista é sensível ao reconhecer os moradores como pessoas donas de trajetória única, detentores de um saber especializado referente as funções que ocupam. No

²¹⁸ BARBOSA, Orestes. *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. p.112.

²¹⁹ GUIMARÃES, Francisco. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1933. p. 168.

²²⁰ *Ibidem*, p.168.

entanto, faz questão de ressaltar a existência daqueles que levam a vida do jeito manso.

Apesar de serem vistas como um problema, as visitas feitas pelos cronistas às favelas resultavam em textos que por mais que alertassem para os perigos e denunciassem a miséria e falta de estrutura, inevitavelmente destacavam os pontos positivos com os quais se deparavam os intelectuais. Por isso, Vagalume afirma que “o diabo não é tão feio quanto pintam-no. O que dizem cá por baixo, não é positivamente o que se verifica lá em cima. Meia hora de convívio com aquela gente, basta para se modificar qualquer juízo temerário previamente feito.”²²¹

Olavo Bilac, afirma de modo entusiasmado que a favela é a “mais original de nossas subcidades”²²². No entanto, seria a “mais original e a mais triste”.²²³ A defesa da favela como lugar autêntico também é feita por Orestes Barbosa que vê a favela como “novidade em artigo nacional”²²⁴ e como uma outra cidade dentro do Rio de Janeiro, cidade misteriosa que o encanta e instiga. Para Barbosa, a favela é original ao contrário de Botafogo, que não lhe “entusiasma por ser posição”²²⁵.

Como dito anteriormente, o sertão foi descrito por Euclides da Cunha de maneira dualista em *Os sertões* e a originalidade sertaneja foi um dos aspectos que mais chamou a atenção do escritor durante o seu trabalho de campo. Apesar da decrepitude racial, os sertanejos formavam um grupo social acima de tudo forte, bem adaptado ao meio físico e não corrompido pelo cosmopolitismo e pela civilização fajuta que encantava o litoral. Segundo Euclides, os sertanejos compunham

raça forte e antiga, de caracteres definidos e imutáveis mesmo nas maiores crises – quando a roupa de couro do vaqueiro se faz a armadura flexível do jagunço – oriunda de elementos convergentes de todos os pontos, porém diversa das demais deste país, ela é inegavelmente um expressivo exemplo do quanto importam as reações do meio.²²⁶

²²¹ *Ibidem*, p. 237-238.

²²² BILAC, Olavo. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. p. 196.

²²³ *Ibidem*, 196.

²²⁴ BARBOSA, Orestes. *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. 114.

²²⁵ BARBOSA, Orestes. *Bambambã* [1923]. 2ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. 115.

²²⁶ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (Campanha de Canudos)*. 2ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.p. 82.

Em outra passagem de *Os Sertões*, Euclides da Cunha afirma que toda a apatia do sertanejo desaparece quando surge qualquer incidente que lhe cobre atitude denotando a vitalidade sertaneja frente as dificuldades. Nesse momento,

o homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto (...) e da figura vulgar do tabaréu canhestro, reponta, inesperadamente o aspecto dominador de um titã acobreado e potente, num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias.²²⁷

Para concluir, destaca-se a visão romântica acerca das primeiras favelas cariocas visitadas compartilhadas pelos autores e que indicam como apesar de serem vistas como uma cidade à parte, ignorada pelas autoridades e população, relegadas à péssimas condições de existência e acusadas de serem o reduto do crime, as favelas conseguiam surpreender positivamente. Vagalume, nesse quesito, tem várias crônicas que apresentam a favela de modo idealizado.

Sobre o morro da Mangueira, Vagalume destaca a honestidade e solidariedade entre os seus moradores:

Eu quisera viver no morro da Mangueira – pela lealdade e sinceridade daquela gente boa e generosa, porque em toda a sua pobreza, nos tempos que correm, eles praticam a verdadeira caridade, socorrendo os que têm fome, dividindo o seu pão dormido, com aqueles que estendem a mão a caridade pública. Não há, no meio deles a menor hipocrisia, como também não admitem que se para com eles de falsidade.²²⁸

Deste modo, conclui-se este trabalho, mostrando como apesar de à primeira vista serem inconciliáveis, as primeiras favelas cariocas e o sertão nordestino, referenciado aqui pelo arraial de Canudos, têm bastante em comum, o que foi aparentemente percebido também por aqueles que visitaram os morros cariocas habitados. A alusão feita aos sertões observada nas crônicas aqui apresentadas teria como razão não só uma possível leitura de *Os Sertões* por parte de seus autores, mas principalmente o fato de terem sido as favelas vistas como o território do desconhecido, do mistério, do perigo, da barbárie, da miséria e do atraso. Tal qual o sertão, as favelas representavam o avesso o projeto civilizatório proposto para a capital republicana com o adicional de se encontrarem dentro dela. No entanto, sua presença era ignorada ela grande parte da população

²²⁷ *Ibidem*, p. 92-93.

²²⁸ GUIMARÃES, Francisco. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1933.p. 187-188.

tornando ainda mais importante o papel dos intelectuais que se arriscavam nessa viagem de descoberta dentro de sua própria cidade, assim como Euclides da Cunha (re) descobriu o Brasil profundo em sua passagem pelo sertão.

Conclusão

As considerações finais deste trabalho visam reafirmar os principais argumentos aqui desenvolvidos. O primeiro diz respeito à ideia apresentada por Lícia Valladares de que as primeiras favelas cariocas teriam sido compreendidas como um pedaço rural no coração da capital da República, o que justificaria o fato de as descrições das favelas e dos seus moradores nas crônicas analisadas por esta monografia aludirem ao sertão. Sobre isto conclui-se que as favelas não eram vistas tal qual o sertão no sentido geográfico. Os morros habitados seriam uma representação metafórica do sertão, por serem atribuídas a eles as categorias simbólicas com as quais o mesmo é caracterizado – miséria, atraso, mistério, apatia, incivilidade, barbárie, desordem, originalidade.

A designação de localidades de uma cidade urbana como o Rio de Janeiro, como sertão não foi algo exclusivo às favelas como o feito por João do Rio na crônica “Os livres acampamentos da miséria”, por exemplo. O médico e romancista Afrânio Peixoto, professor de Higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, afirmou: “(...) não nos iludamos, o nosso sertão começa para os lados da avenida.”²²⁹ Em 1936, a revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro apresentou a obra *O Sertão Carioca* de Armando Magalhães. O sertão descrito de maneira científica e minuciosa à maneira euclidiana e belamente ilustrado por figuras desenhadas pelo próprio autor, nada mais era do que a zona oeste do Rio de Janeiro ainda pouquíssimo habitada e conhecida. Em todo caso, não se pode ignorar a característica marcante de os locais do Rio de Janeiro associados ao sertão serem litorâneas, o que complexifica a dicotomia presente na existência de um pedaço do sertão no Rio de Janeiro.

Outro ponto que merece destaque nesta conclusão é a questão racial. É importante que fique claro que o modo pejorativo pelo qual sertanejos e favelados eram descritos nas fontes analisadas está atrelado ao fato de serem negros e mestiços em sua maioria. Euclides da Cunha deixa bastante evidente em *Os Sertões* sua compreensão da mestiçagem como a grande responsável pela decrepitude sertaneja. O cruzamento racial seria o culpado por determinar que o

²²⁹ Apud PEIXOTO, Afrânio; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Revan: IUPERJ, UCAM, 1998. P.60.

povo do sertão fosse ocioso, apático, inconstante, irrequieto, ignorante, alienado e impulsivo.

Como vimos na crônica “A Favela” de Orestes Barbosa, por exemplo, há indícios que permitem supor que o julgamento moral que recaía sobre os moradores das favelas deve ser pensado juntamente às características raciais dos favelados. É relevante, todavia, fazer uma ressalva referente à necessidade de explorar melhor esse quesito, pois este trabalho o fez de maneira superficial.

Esta conclusão também discorre sobre a escolha pela utilização de *Os Sertões* na comparação entre sertão e favela. A importância singular da figura de Euclides da Cunha para a literatura brasileira e o caráter indispensável da leitura de *Os Sertões* para os estudos sobre a Guerra de Canudos, tornaram a escolha do livro automática para este trabalho. Além disso, o argumento de Lícia Valladares que vincula as favelas cariocas surgidas na Primeira República ao sertão, afirma que a referência de sertão compartilhada pelos cronistas da *Belle Époque* era aquele apresentado por Euclides da Cunha.

É fundamental deixar claro que não é uma das pretensões deste trabalho monográfico comprovar a leitura prévia de *Os Sertões*, pois isto só poderia ser feito com uma pesquisa que incluísse a documentação pessoal dos intelectuais aqui analisados. No entanto, a hipótese de que Euclides da Cunha tenha sido lido e servido de influência no modo como as crônicas sobre as favelas foram escritas parece viável devido aos inúmeros exemplos de citações expostos que demonstram semelhanças na construção textual das fontes. Além disso, é difícil imaginar que a partir do contexto do Rio de Janeiro como capital cultural, onde a intelectualidade brasileira se concentrava e atuava na imprensa, publicava inúmeras obras e debatia nos espaços da cidade como as livrarias, cafés, confeitarias e Academia Brasileira de Letras, o impacto do lançamento de *Os Sertões* não tenha sido sentido nem resultado em sua leitura.

Por fim, de qualquer forma, as aproximações feitas entre sertão e favela mesmo que se comprove não ter havido a influência euclidiana sobre o modo de escrita dos cronistas cariocas, permanecem possíveis e indicam que para além da gênese da favela carioca ser factualmente vinculada ao sertão, os dois locais apresentavam inúmeras congruências no período da Primeira República. Ambos passaram por um processo de crescimento rápido e desordenado, apresentavam a ausência do controle das autoridades, eram vistos como um perigo social e serem

julgados moralmente por aqueles que os observavam, além de serem alvos de uma descrição recorrentemente contraditória.

A ação intelectual desse modo, tanto de Euclides da Cunha como a dos cronistas cariocas foi a de revelar para o público leitor esse universo de mistérios e perigos que as favelas e o sertão representavam. A partir da concepção compartilhada de um utilitarismo literário, suas obras funcionavam a partir da lógica de denúncia social que tinha como intuito alertar sobre a existência de uma parcela da população que era ignorada e esquecida mas que deveria ser alvo de algum projeto futuro. No caso do sertão, a proposta euclidiana era a de assimilação do sertão nordestino a fim de formar uma civilização republicana autêntica. Em relação às favelas, o discurso geral da imprensa era o de corroborar com a criação de uma imagem que associasse as favelas aos crimes e à violência. No entanto, as crônicas indicam que aqueles que se arriscavam a subir os morros os retratavam comumente de maneira dicotômica, pois embora haja acusações que afirmavam a favela como reduto do crime, há exemplo como o seguinte trecho da crônica “A favela que eu vi” de Benjamin Costallat:

Falavam-me sempre do perigo de subir à Favela. Nos seus terríveis valentes. Nos seus malandros que assaltam com a mesma facilidade com que se dá bom dia. O maior perigo que encontrei na Favela foi o risco, a cada instante, de despencar-me lá de cima pela pedreira ou pelo morro abaixo. (...) Os pequeninos casebres feitos de latas de querosene também suspendem-se no ar, por cima de verdadeiros abismos, num milagre de equilíbrio, mas também não caem. Deus protege a favela! E a favela merece proteção divina porque ela é alegre na sua miséria.²³⁰

²³⁰ COSTALLAT, Benjamin. “A favela que eu vi”. In: COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. [1924]. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1995.p.34.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

_____. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4ed Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

_____; VAZ, Lilian Fessler. Sobre a origem das favelas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4., 1991, Salvador. Anais... Salvador: ANPUR, 1991.

ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: FUNARTE, Rocco, 1998.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 8, n.15, 1995.

AMOROSO, Mauro Henrique de Barros. *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*, 2006. Dissertação (Mestrado em História)— Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

AZEVEDO, André Nunes de. *Da monarquia à República: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Cultura, Puc-Rio, 2003.

BACKZO, Bronislaw. “Imaginação Social”. In: *Anthropos – Homem, Enciclopédia Einaudi*, vol 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços*. Brasília: Senado Federal, 1997.

BARROSO, Gustavo. “Vida e história da palavra sertão”. In: _____. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

BERENSTEIN, Paula. As favelas do Rio, os modernistas e a influência de Blaise Cendrars. *Revista Interfaces*. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1995.

CARNECATIM, Bernardo Maria de. *Dicionário da Língua Bunda da Angola*. Lisboa: Editora Imprensa Régia, 1804.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

_____; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida (Orgs.). *História das cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

_____; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Orgs.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COSTA, Nicola. *Canudos: ordem e progresso no sertão*. São Paulo: moderna, 1990.

FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

HOCHMAN, Gilberto. Logo ali, no final da avenida: os sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, ano V, p. 217-235, jul. 1998.

JÚNIOR, Vitor Claret Batalhone. As histórias d’Os Sertões: a história, a crítica, o monumento. *Veredas da história*, ano VI, ed. 1, pp. 111-123, 2013.

LIMA, Nísia Verônica Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* . 1998, vol.5, suppl., pp.163-193.

_____. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

MAGALHÃES, Armando. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

MATTOS, Rômulo Costa. *A “Aldeia do Mal”: o Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Rio de Janeiro, 2001 (dissertação em história) - UFF, 2001

_____, *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Rio de Janeiro, 2008 (tese em história) - UFF, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O sertão: um “outro” geográfico. *Terra Brasilis* (Nova Série), v. 31, n. 1, pp. 55-61, 2011

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. PUC/RJ - Finesp, 1986.

_____. HELZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Editora Atual, 1991.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, vol.5, suppl., pp.195-215, 1998.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 22, n. 44, pp. 511-537.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura - Departamento Geral de Informação Cultural, 1986.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Aguilar, 1994.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. Dissertação (mestrado em história), Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. “A continuidade do problema da favela”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa. 2ed. Lisboa: Typographia Laurdina, 1813*.

VALLADARES, Lícia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista brasileira de ciências sociais/ANPOCS*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 5-34, 2000.

_____. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2013.

VAZ, Lillian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista Rio de Janeiro*, v.1, n. 2, p. 29-35.

_____. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos: a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, v. 24, n. 127, p. 581-597, 1994.

VENEU, Marcos Guedes. A cruz e o barrete: tempo e história no conflito de Canudos. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v13, n2, pp. 38-56, 1986.

ZILLY, Berthold. A guerra como painel e espetáculo: a história encenada em Os Sertões. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, ano V, p. 13-37, jul. 1998.

ZYLBERBERG, Sonia (Org.). *Morro da Providência: memórias da “favela”*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. v. 1. (Coleção Memória das Favelas).

Fontes

BARBOSA, Orestes. “A Favela”. In: _____. *Bambambã*. [1923] Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura - Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993. pp. 111-116.

BILAC, Olavo. “Fora da Vida”. In: _____. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1916. pp.195-197.

Correio da Manhã, 02 de junho de 1907.

COSTALLAT, Benjamin. “A favela que eu vi”. In: _____. *Mistérios do Rio*. [1924]. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1995. pp.33-39.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões (campanha de Canudos)*. 2 ed. São Paulo: Círculo do livro, 1975.

EDMUNDO, Luiz. “O morro de santo Antônio”. In: _____. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. [1938]. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. pp. 145-172

GUIMARÃES, Francisco. “O morro do Kerosene”. In: _____. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1933. pp. 168-169.

_____. “Kerosene”. In: _____. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1933. pp. 170-171

_____. “O morro da Mangueira”. In: _____. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1933. pp. 185-187.

_____. “Ouvindo um bamba”. In: _____. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1933. Pp. 237-238

_____. “Morro da Favela”. In: _____. *Na roda do samba*. Rio de Janeiro: Typografia São Benedito, 1933. pp. 247-248.

RIO, João do. “Os livres acampamentos da miséria”. In: _____. *Vidas Vertiginosas*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911. pp. 143-152.